ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA
Independente e mais perto de você

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 25 de Abril de 2019.
Edição 2978 | Páginas: 38

8ª LEGISLATURA | 57º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA
PRESIDENTE

JÂNIO XINGÚ
1ª VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
2º VICE-PRESIDENTE

ODILON FILHO
3º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
1º SECRETÁRIO

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

CATARINA GUERRA
3º SECRETÁRIA

LENIR RODRIGUES
4º SECRETÁRIA

RENATO SILVA
CORREGEDOR GERAL

BETÂNIA MEDEIROS
OUVIDORA GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:
a) Deputado Jeferson Alves;
b) Deputado Renan Filho;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Coronel Chagas;
e) Deputada Ione Pedroso;
f) Deputado Jorge Everton; e
g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:
a) Deputado Soldado Sampaio;
b) Deputado Nilton Sindpol;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Jorge Everton; e
e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:
a) Deputado Nilton Sindpol;
b) Deputado Soldado Sampaio;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputado Dhiego Coelho; e
e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:
a) Deputado Evangelista Siqueira;
b) Deputada Lenir Rodrigues;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputada Tayla Peres; e
e) Deputada Angela Águida Portella.

Comissão de Cultura e Juventude:
a) Deputado Renan Filho;
b) Deputado Neto Loureiro;
c) Deputado Chico Mozart;
d) Deputado Dhiego Coelho; e
e) Deputado Evangelista Siqueira.

Comissão de Saúde e Saneamento:
a) Deputado Neto Loureiro;
b) Deputada Ione Pedroso;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Dhiego Coelho;
e) Deputado Gabriel Picanço;
f) Deputado Nilton Sindpol; e
g) Deputado Renato Silva.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Renato Silva;
b) Deputada Betânia Medeiros;
e) Deputado Jorge Everton;
c) Deputado Neto Loureiro; e
d) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
a) Deputada Betânia Medeiros;
b) Deputado Ione Pedroso;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputada Lenir Rodrigues; e
e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Tomada de Contas:
a) Deputado Gabriel Picanço;
b) Deputado Renato Silva;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputada Jânio Xingu; e
e) Deputado Renan Filho.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:
a) Deputada Tayla Peres;
b) Deputado Chico Mozart;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputado Odilon Filho; e
e) Deputada Angela Águida Portella.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:
a) Deputada Aurelina Medeiros;
b) Deputado Eder Lourinho;
c) Deputada Betânia Medeiros;
d) Deputado Gabriel Picanço; e
e) Deputado Marcelo Cabral;

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:
a) Deputado Odilon Filho;
b) Deputado Marcelo Cabral;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputada Betânia Medeiros; e
e) Deputado Eder Lourinho.

Comissão de Políticas Indigenistas:
a) Deputada Lenir Rodrigues;
b) Deputado Marcelo Cabral;
c) Deputado Jânio Xingu;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Renan Filho.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Eder Lourinho;
b) Deputado Soldado Sampaio;
c) Deputado Evangelista Siqueira;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:
a) Deputado Jorge Everton;
b) Deputada Tayla Peres;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputado Gabriel Picanço; e
e) Deputada Angela Águida Portella

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:
a) Deputada Ione Pedroso;
b) Deputado Dhiego Coelho;
c) Deputado Chico Mozart;
d) Deputado Jânio Xingu;
e) Deputado Jeferson Alves;
f) Deputado Renan Filho; e
g) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputado Dhiego Coelho;
b) Deputado Coronel Chagas;
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputado Jânio Xingu;
e) Deputada Catarina Guerra;
f) Deputado Soldado Sampaio; e
g) Deputado Nilton Sindpol.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:
a) Deputada Catarina Guerra;
b) Deputado Evangelista Siqueira;
c) Deputada Betânia Medeiros;
d) Deputada Ione Pedroso; e
e) Deputado Soldado Sampaio.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
a) Deputada Aurelina Medeiros;
b) Deputada Chico Mozart;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Nilton Sindpol; e
e) Deputada Angela Águida Portella.

Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Coronel Chagas;
b) Deputado Odilon Filho;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputada Lenir Rodrigues; e
e) Deputada Angela Águida Portella.
Suplentes:
1º - Deputada Ione Pedroso
2º - Deputada Betânia Medeiros

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa
- Moções nº 002 e 003/2019 02
- Propostas de Moção nº 027 e 028/2019 02
- Requerimento de Pedido de Informações nº 007/2019 03
- Requerimento nº 039/2019 03
- Indicações nº 182 a 200/2019 03
- Ata da 2749ª Sessão Ordinária - Sucinta 09
- Termo de Não Realização da 2750ª Sessão Ordinária 09
- Ata da 2750ª Sessão Ordinária - Sucinta 09
- Ata da 2746ª Sessão Ordinária - Íntegra 10
- Ata da 2747ª Sessão Ordinária - Íntegra 15
- Ata da 2748ª Sessão Ordinária - Íntegra 17
- Ata da 2749ª Sessão Ordinária - Íntegra 19
- Comissão de Educação, Desportos e Lazer - Edital de Convocação nº 007/2019 20
- Ata da Comissão Especial Externa - Resol. nº 004/2019 20

Superintendência Administrativa
- Resoluções nº 163 a 166/2019 28

Superintendência de Gestão de Pessoas
- Resoluções nº 3862 a 3944/2019 28

Superintendência de Compras e Serviços
- Certidão de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2019 38

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Site: http://www.al.rr.leg.br
E-mail: docgeralale@gmail.com
DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral
CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
THIAGO DE SOUZA PADILHA
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015,* respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

AUTÓGRAFOS - MOÇÕES

MOÇÃO DE PESAR Nº 002/2019

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna Pública:

Moção de Pesar pelo falecimento, nesta capital, da Senhora ANTONIETA MAGALHÃES AGUIAR, advogada militante no estado de Roraima.

Que seja acolhida pela Providência Divina com muita luz.

Palácio Antônio Martins, 21 de fevereiro de 2019.
Deputado Estadual **JALSER RENIER**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual **CHICO MOZART**
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual **MARCELO CABRAL**
2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 003/2019

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna Pública:

Moção de Repúdio contra a Prefeitura de Boa Vista, que autorizou a equipe da EMHUR- Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional a demolir imóvel de família no bairro Paraviana, momento em que o fiscal daquele órgão, em atuação desproporcional, no mínimo, agrediu fisicamente a senhora Rosimeire da Silva Fagundes, em latente violação ao preceito constitucional fundamental da Dignidade da Pessoa Humana.

Palácio Antônio Martins, 21 de fevereiro de 2019.
Deputado Estadual JALSER RENIER
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual CHICO MOZART
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual MARCELO CABRAL
2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

PROPOSTA DE MOÇÕES

PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 027/2019

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna Pública:

Moção de Pesar aos familiares do Senhor **Antônio Pedroso**, pelo seu falecimento, em 15 de abril de 2019, no município de Alto Alegre, em decorrência de câncer.

A Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 205 do Regimento Interno, em nome dos seus membros, vem, publicamente, manifestar solidariedade, profundo pesar e condolências aos familiares da Senhor **Antônio Pedroso**, pioneiro de Alto Alegre e atuante na política. Sua partida nos deixa muitas lições de amor, amizade, solidariedade, profissionalismo e de valor à vida, pela qual lutou bravamente.

Sua ausência deixa profundas saudades no seio familiar e entre todos que o conheceram.

Palácio Antônio Martins, 16 de abril de 2019.
MARCELO CABRAL
Deputado Estadual

PROPOSTA DE MOÇÃO DE APLAUSO Nº 028/2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 205 do seu regime interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

Moção de Aplauso alusivo aos 100 anos do Rádio no Brasil comemorado dia 06 de abril. Homenagem prestada a todas as emissoras de rádio do Brasil e seus radialistas. Em nome da Rádio Assembleia e de seus profissionais, parabenizo todas as rádios de Roraima, bem como os profissionais que nelas atuam.

Desejamos que a data tenha sido comemorada com saúde, paz e harmonia.

Palácio Antônio Augusto Martins, 22 de abril de 2019.
Eder Lourinho
Deputado Estadual

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

JUSTIFICATIVA

O rádio celebra 100 anos em 2019 com histórias boas e ruins para contar. No Brasil, a primeira emissora surgiu em 6 de abril de 1919, em um sobrado do Recife Antigo: a Rádio Clube de Pernambuco. A transmissão ainda era bem primitiva, mas já trazia as bases para a futura propagação do veículo, segundo o pesquisador pernambucano Renato Phaelante.

Só quatro anos depois, em 1923, viria a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquete Pinto. Em 1924, os cariocas também conheciam a Rádio Clube do Brasil. Com duas emissoras na mesma praça, a regularidade das transmissões aumentava gradativamente, conforme depoimentos do comunicador Almirante, conhecido como a mais alta patente do rádio brasileiro.

"O rádio irradiava só algumas horas. Quando teve entendimento com a segunda estação, que foi a Rádio Clube do Brasil, então as duas - Rádio Sociedade e Rádio Clube - combinaram o seguinte: uma irradiava só às segundas, quartas e sextas; a outra nas terças, quintas e sábados. No domingo, não tinha rádio. E era só por algumas horas. Evidente que, com o tempo, foi aumentando".

Obviamente, esse avanço gradual contou com as pesquisas e a genialidade de vários cientistas do mundo inteiro. Tem até um padre brasileiro na lista dos pioneiros: entre uma missa e outra, o gaúcho Roberto Landell inventou um sistema de transmissão da voz por meio de válvulas, em 1892. Antes dele, o físico alemão Heinrich Hertz já havia descoberto as ondas radiofônicas. Outro passo importante veio com a evolução dos receptores: primeiro veio a galena, depois, apareceram a válvula e a radiofrequência sintonizada.

No fim da década de 20, já havia 29 emissoras de rádio de norte a sul do Brasil. Outras 52 apareceram na década seguinte, geralmente transmitindo, música, óperas e textos educativos. Os anos 40 conheceram o auge da Era do Rádio, na qual algumas emissoras se tornaram ícones na radiodifusão de verdadeiros espetáculos de diversão, cultura, notícia e esporte.

O radioteatro, também, retratou, em capítulos, esse nosso Brasil romântico escrito pelos mais abençoados escritores radiofônicos, como Amaral Gurgel, Mário Brasini, Edgard G. Alves, o meu saudoso Guiaroni, Janete Clair, Dias Gomes, Mário Lago e tantos outros que também tiveram suas obras apresentadas em novelas que prendiam a emoção dos ouvintes nesse tempo do radioteatro, nesse tempo dos auditórios".

Era o rádio se transformando em veículo de comunicação de massa. E quanto mais portátil, mais simpatia ele conquistava entre os ouvintes, assumindo o papel de companheiro de todas as horas. Foi pelas ondas do rádio, por exemplo, que a paixão do brasileiro pelo futebol começou a ser moldada. Com narrações eletrizantes, o veículo soube explorar o amor do torcedor por seu time e pela seleção brasileira, sobretudo após a conquista da primeira Copa do Mundo, em 1958, na Suécia.

Utilidade pública e prestação de serviços foram outros dois ingredientes associados à receita para o sucesso do rádio. Educação também: um país de dimensões continentais, como é o Brasil, não podia abrir mão de um veículo tão potente para difundir cultura e educação. Ainda na década de 1930, o governo brasileiro estabeleceu que a radiofonia é um "serviço de interesse nacional e de finalidade educativa". A Rádio MEC, sucessora da pioneira Rádio Sociedade, assumiu muitas vezes o papel de "radioescola".

O ditador alemão Adolf Hitler ameaçava invadir a Polônia, em 1939. Antes disso, já havia um pequeno espaço para notícias nas rádios brasileiras, mas o impacto da Segunda Guerra Mundial obrigou todo o mundo a ficar de ouvido atento às ondas do rádio. Em agosto de 1941, o Brasil dá o primeiro passo para entrar no conflito. A data coincide com a estreia de um marco do radiojornalismo no país.

Em tom de comoção geral, o último Repórter Esso do rádio foi ao ar, já na Rádio Globo do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1968. Um marco dos informativos se apagava, mas, ao mesmo tempo, outros noticiários, com uma cara bem mais brasileira, já começavam a se consolidar no radiojornalismo.

A década de 60 foi de muita turbulência. Mas foi exatamente neste contexto de crise que o rádio escreveu outra passagem memorável na sua história. Alguns militares já queriam tomar o poder logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. No entanto, por meio das ondas do rádio, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, mobilizou várias emissoras do país inteiro a resistir e a garantir a posse de Jango, o vice-presidente. A chamada "Rede da Legalidade" funcionou a partir de um estúdio montado às pressas nos porões do Palácio Piratini, em Porto Alegre. Sobretudo a partir dos anos 80, o rádio passou a sofrer concorrências de outros veículos poderosos: primeiro foi a televisão, depois vieram a internet e as rede sociais. Mas, em vez de ficar se lastimando, o veículo se reinventa a cada dia, com a ajuda das tecnologias disponíveis. Seu conteúdo chega agora na tua casa, no teu trabalho, te distrai, te mantém informado, te acompanha e até interage contigo nos mais distantes rincões do país.

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 007/2019

A sua excelência o senhor
Deputado **Jalser Renier**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

O Deputado que este subscreve, nos termos do art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea "b", e inciso II, alínea "b", c/c o art. 196, incisos XII e XVI e o art. 209 e parágrafos, todos do Regimento Interno, e dos art. 49 e 62, inciso XVII, da Constituição Estadual, **requer, que seja encaminhado Pedido de Informação à Secretaria de Infraestrutura – SEINF, para atender as funções essenciais desta Casa e obter as seguintes informações:**

a) Cópia de todos os contratos administrativos vigentes;
b) Cópia de todas as licitações em andamento;
c) Relação atualizada de todos os servidores designados a trabalhar nos processos licitatórios, seja em comissões permanentes ou especiais, nos pregões, o pregoeiro ou seus auxiliares, nos termos da lei;
d) Declaração de relação de parentesco desses servidores com outros que atuem direta ou indiretamente nesses procedimentos, atendendo os preceitos legais e posicionamento pacificado no STF por meio Súmula Vinculante de nº 13.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2019.

RENATO SILVA
Deputado Estadual

REQUERIMENTOS

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 004/2019
REQUERIMENTO N° 039/2019

Excelentíssimo Senhor
Jalser Renier
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve amparado no que determina o § 1° do art. 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer de Vossa Excelência prorrogação de prazo por igual período para esta Comissão Especial Externa, composta pelos Senhores Deputados: **Nilton SINDPOL**, Presidente; **Renato Silva**, Vice-Presidente; Soldado Sampaio, **Relator**; **Aurelina Medeiros**; **Coronel Chagas**; **Jeferson Alves**; e **Renan Filho**, Membros, , "destinada a acompanhar as questões atinentes aos servidores da **CODESAIMA** – Companhia de Desenvolvimento de Roraima, aos servidores da **CERR** - Companhia Energética de Roraima, bem como os problemas relacionados aos terceirizados do Estado de Roraima".

Boa Vista, 16 de abril de 2019.

Atenciosamente
Deputado **Nilton SINDPOL**
Presidente da Comissão.

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 182/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA QUE SEJAM PROVIDENCIADOS MATERIAL DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS AMBULÂNCIAS, DO HOSPITAL DE CARACARAÍ, NO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ - RR

JUSTIFICATIVA

Funcionários do Hospital de Caracaraí, entraram em contato com a Folha Web, para informar que há falta de material de limpeza, e isso, faz com o que os pacientes possam contrair alguma infecção mais grave, devido a falta de higiene no hospital.

Outro problema que os servidores relataram é a questão das ambulâncias do hospital, que estão sem manutenção, prejudicando o atendimento aos pacientes que necessitam de socorro urgente.

Além disso, a quantidade de motoristas é insuficiente, para a quantidade de ambulâncias disponíveis.

Então por meio desta indicação, solicita que sejam tomadas as devidas providências para solucionar os problemas elencados nesta indicação, o mais rápido possível, para que os moradores de Caracaraí possam ter um atendimento adequado.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 12 de abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 183/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL EUCLIDES DA CUNHA, LOCALIZADA NA AVENIDA BENTO BRASIL, 112, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Euclides da Cunha, está localizada na avenida Bento Brasil, 112, Centro, de nossa capital. O nome da escola é uma homenagem ao escritor brasileiro Euclides da Cunha, autor de obras de destaque na literatura brasileira. Foi fundada em 1949, pelo professor Aloísio Neves com o nome de Ginásio Euclides da Cunha (GEC), no período do extinto Território do Rio Branco. A instalação oficial ocorreu em 06 de setembro de 1950, sendo que no ano seguinte, o direito de propriedade do ginásio foi doado à Prelazia do Rio Branco. Desde 1997, a unidade passou a ser denominada Escola Estadual Euclides da Cunha. Em 2000, a Diocese de Roraima vendeu o direito de propriedade para o Governo do Estado, tornando-a totalmente pública.

Atualmente, a Escola tem problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos. Uma boa organização estimularia o convívio entre eles e facilitaria o processo de aprendizagem. As relações sociais são muito relevantes para que o aluno desenvolva o seu lado crítico e de reflexão.

Os problemas existentes são:

- Reparo ou substituição das centrais de ar;
- Reparo ou substituição da geladeira;
- Reparo ou substituição das maçanetas das portas;
- Colocação de armários na cozinha;
- Reparo ou substituição dos bebedouros;
- Substituição das caixas de descargas;
- Colocação de bancos no refeitório;
- Colocação de um computador e uma impressora na secretaria;
- Reparo urgente do telhado da escola;
- Revisão das instalações hidro-sanitárias **e elétricas;**
- Pintura geral da escola.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção com urgência da escola, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 184/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA FRANCISCA ÉLZICA DE SOUZA COÊLHO, LOCALIZADA NA RUA DOM PEDRO I, 1899, MECEJANA, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Francisca **Élzica** de Souza Coêlho, está localizada na rua Dom Pedro I, 1899, Mecejana, de nossa capital. Foi criada sob o decreto lei nº 1.193-E/95 de 18 de março de 1996.

É uma escola pública referência na qualidade de educação no Estado, pois busca a cada dia melhorar o atendimento à comunidade num resgate à cidadania, como marca referencial, no desenvolvimento do conhecimento sistematizado, por meio de uma educação inovadora.

O nome da escola homenageia a Professora Francisca Élzica de Souza Coelho, grande educadora que contribuiu na área educacional do Estado.

Atualmente, a Escola tem problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos. Uma boa organização estimularia o convívio entre eles e facilitaria o processo de aprendizagem. As relações sociais são muito relevantes para que o aluno desenvolva o seu lado crítico e de reflexão.

Os problemas existentes são:

- Substituição das lâmpadas queimadas;
- Reparo ou substituição das centrais de ar com defeito;
- Colocação de um computador com impressora;
- Reparo ou substituição da geladeira;
- Reparo ou substituição das cadeiras quebradas;
- Reparo ou substituição dos bebedouros;
- Colocação de mesas e bancos para o refeitório;
- Reparo ou substituição do freezer;
- Reforma dos banheiros;
- Revisão das instalações hidro-sanitárias **e elétricas;**
- Pintura geral da escola.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção com urgência da escola, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 185/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL CARANÃ, LOCALIZADA NA RUA DECO FONTELLES, 758, CARANÃ, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Caranã está localizada na rua Deco Fontelles, 758, Caranã, de nossa capital. Foi criada sob o decreto lei nº 041 de 26 de janeiro de 1993, mas como esta data coincide com o recesso escolar, somente no dia 11 de fevereiro do mesmo ano, oficialmente a escola foi inaugurada. A mesma atende as modalidades de ensino da pré-escola até a 9ª série do ensino fundamental, nos turnos diurno e noturno.

Recebeu o nome de Escola Estadual Caranã, devido à existência de um igarapé encontrado no bairro Caranã.

Atualmente, a Escola tem problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos. Uma boa organização estimularia o convívio entre eles e facilitaria o processo de aprendizagem. As relações sociais são muito relevantes para que o aluno desenvolva o seu lado crítico e de reflexão.

Os problemas existentes são:

- Reparo ou substituição dos armários para armazenar os materiais didáticos;
- Reparo ou substituição do freezer com defeito;
- Reparo ou substituição da geladeira;
- Reparo ou substituição das centrais de ar com defeito;
- Reparo ou substituição das mesas e cadeiras;
- Colocação de computadores e impressoras para facilitar o trabalho dos professores e alunos;
- Reparo ou substituição dos bebedouros;
- Substituição dos vasos sanitários quebrados;
- Reparo ou substituição das portas dos banheiros;
- Reforma na quadra;
- Colocação de um fogão industrial;
- Colocação de um liquidificador;
- Reforma da copa;
- Reparo ou substituição das janelas das salas de aula;
- Revisão das instalações hidro-sanitárias **e elétricas;**
- Pintura geral da escola.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção com urgência da escola, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

INDICAÇÃO Nº 186/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL JESUS NAZARENO DE SOUZA CRUZ, LOCALIZADA NA RUA MANOEL SABINO DOS SANTOS, 36, CARANÃ, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Jesus Nazareno de Souza Cruz está localizada na rua Manoel Sabino dos Santos, 36, Caranã, de nossa capital. Foi inaugurada no dia 28 de Setembro de 1991.

Atualmente, a Escola tem problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos. Uma boa organização estimularia o convívio entre eles e facilitaria o processo de aprendizagem. As relações sociais são muito relevantes para que o aluno desenvolva o seu lado crítico e de reflexão.

Os problemas existentes são:

- Reparo no telhado da escola;
- Reparo ou substituição das centrais de ar;
- Colocação de Televisão na sala de vídeo;
- Colocação de computadores na sala de informática;
- Reparo ou substituição de cadeiras e mesas;
- Colocação de data show na sala de vídeo;
- Substituição das lâmpadas queimadas;
- Cadeira de rodas (urgente), pois existem alunos portadores de deficiência;
- Eliminar a infestação de pombos;
- Reparo ou substituição das mesas dos professores;
- Reparo ou substituição das cadeiras do laboratório;
- Reparo ou substituição do freezer;
- Reparo ou substituição dos bebedouros;
- Reparo ou substituição dos armários para armazenar os materiais didáticos;
- Reparo ou substituição da Geladeira;
- Revisão das instalações hidro-sanitárias **e elétricas;**
- Pintura geral da escola.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção com urgência da escola, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 187/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANTÔNIO FERREIRA DE SOUZA, LOCALIZADA NA RUA DOUTOR REINALDO NEVES, 558, JARDIM FLORESTA, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Professor Antônio Ferreira de Souza está localizada na rua Doutor Reinaldo Neves, 558, Jardim Floresta, de nossa capital. Foi inaugurada no dia 03 de Março de 1989.

Atualmente, a Escola tem problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos. Uma boa organização estimularia o convívio entre eles e facilitaria o processo de aprendizagem. As relações sociais são muito relevantes para que o aluno desenvolva o seu lado crítico e de reflexão.

Os problemas existentes são:

- Recolocação dos vidros quebrados e/ou inexistentes nas salas de aulas;
- Reparo ou substituição e limpeza das centrais de ar;
- Pintura da quadra;
- Substituição de lâmpadas queimadas;
- Reparo ou substituição de bebedouros;
- Reforma geral dos banheiros;
- Colocação de computadores na sala de informática;
- Reparo ou substituição das cadeiras das salas de aulas;
- Limpeza da caixa d'agua;
- Colocação de bancos no refeitório;
- Reparo ou substituição do fogão industrial;
- Reparo ou substituição do freezer;
- Revisão das instalações hidro-sanitárias **e elétricas;**
- Pintura geral da escola.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção com urgência da escola, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 188/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL MÁRIO DAVID ANDREAZZA, LOCALIZADA NA RUA ALCIDES LIMA, 249, CAIMBÉ, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Mário David Andreazza está localizada na rua Alcides Lima, 249, Caimbé, de nossa capital. Foi criada pelo Decreto nº020/88 de 31 de Agosto de 1988.

Atualmente, a Escola tem problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos. Uma boa organização estimularia o convívio entre eles e facilitaria o processo de aprendizagem. As relações sociais são muito relevantes para que o aluno desenvolva o seu lado crítico e de reflexão.

Os problemas existentes são:

- Eliminar a infestação de pombos;
- Reparo no telhado da escola;
- Reparo ou substituição das portas dos banheiros;
- Reparo ou substituição dos bebedouros;
- Reparo ou substituição do freezer;
- Reparo ou substituição do fogão industrial;
- Reparo ou substituição das centrais de ar com defeito;
- Reparo no piso do banheiro, pois o piso está soltando;
- Reparo no forro da escola;
- Reparo na estrutura física da escola, pois há muitas rachaduras nas salas;
- Reforma na quadra;
- Substituição das lâmpadas queimadas da escola e da quadra;
- Reforma e abastecimento do laboratório de ciências;
- Reforma nas salas de aula;
- Reparo ou substituição de mesas e cadeiras;
- Revisão das instalações hidro-sanitárias **e elétricas;**
- Substituição dos vidros quebrados das janelas da escola;
- Recuperação da cisterna;
- Pintura geral da escola.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção com urgência da escola, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 189/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR CAMILO DIAS, LOCALIZADA NA RUA TENENTE GUIMARÃES, 382, LIBERDADE, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Professor Camilo Dias está localizada na rua Tenente Guimarães, 382, Liberdade, de nossa capital. Foi criada pelo Decreto nº13 de 07 de março de 1983. O nível e modalidade de

ensino desenvolvido são: Ensino Fundamental de nove anos e Ensino Médio Regular, nos turnos matutino e vespertino. O nome da escola foi uma homenagem ao Professor de Língua Portuguesa Camilo Dias de Souza Cruz, cuja atuação ocorreu na década de 70, sendo professor, supervisor, gestor de escola e diretor do antigo Instituto de Educação de Roraima.

Em relação à estrutura física, a escola conta com uma sala de direção, com banheiros, sala de coordenação, laboratório de informática, secretaria, sala de recursos multifuncionais, sala da TV escola, biblioteca, cantina, sala de professores, sala de orientação educacional, 14 salas de aulas, quadra de esporte coberta e pátio para refeitório.

Hoje, a Escola tem problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos. Uma boa organização estimularia o convívio entre eles e facilitaria o processo de aprendizagem. As relações sociais são muito relevantes para que o aluno desenvolva o seu lado crítico e de reflexão.

Os problemas existentes são:

- Revisão das instalações hidro-sanitárias **e elétricas;**
- Substituição de lâmpadas queimadas;
- Reparo ou substituição de Centrais de ar com defeito;
- Reparo no forro da Escola;
- Substituição ou reparo nos armários;
- Reparo ou substituição dos bebedouros;
- Reparo ou substituição da caixa d'agua
- Colocação de assentos sanitários;
- Reparo ou substituição de caixas de descargas;
- Reparo ou substituição das torneiras quebradas;
- Reforma da quadra;
- Eliminar a infestação de pombos na quadra;
- Colocação de 5 portas de madeira nas salas de aulas;
- Reparo ou substituição de cadeiras quebradas;
- Reparo ou substituição da geladeira.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção com urgência da escola, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 190/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL BURITI, LOCALIZADA NA RUA ANTÔNIO PINHEIRO GALVÃO, 837, BURITIS, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Buriti está localizada na rua Antônio Pinheiro Galvão, 837, Buritis, em nossa capital.

Atualmente, a escola tem problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos.

Os problemas existentes são:

- Reforma completa da escola;
- Reparo ou substituição das centrais de ar com defeito;
- Recuperação da cisterna;
- Revisão das instalações hidro-sanitárias e elétricas;
- Reparo ou substituição de Geladeira;
- Reparo ou substituição de freezer;
- Reparo ou substituição de bebedouros;
- Substituição de lâmpadas das salas de aula e quadra;
- Eliminar a infestação de pombos na quadra;
- Substituição das caixas de descargas dos vasos sanitários;
- Colocação de portas nos banheiros.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção do colégio, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 191/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL GIRASSOL, LOCALIZADA NA RUA JANGO MENEZES, 1082, BURITIS, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Girassol está localizada na rua Jango Menezes, 1082, Buritis. Foi inaugurada no dia 31 de outubro de 1986.

Atualmente, a escola tem sérios problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos.

Os problemas existentes são:

- Reparo ou substituição dos bebedouros;
- Reparo ou substituição das centrais ar;
- Substituição de cadeiras quebradas;
- Reposição de livros na biblioteca;
- Reparo ou substituição de lavatórios com vazamentos;
- Reparo ou substituição de Fogão industrial;
- Reparo ou substituição de geladeira;
- Reparo ou substituição liquidificador industrial;
- Reparo ou substituição do Freezer;
- Reparo ou substituição das portas dos banheiros, que estão quebradas;
- Substituição das portas das salas quebradas;
- Pintura geral da escola;
- Manutenção do esgoto estourado, que causa grande incômodo aos alunos e professores.
- Revisão das instalações hidro-sanitárias **e elétricas.**

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção do colégio, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 192/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA MANUTENÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA COEMA SOUTO MAIOR NOGUEIRA, LOCALIZADA NA AVENIDA SÃO SEBASTIÃO, 92, TANCREDO NEVES, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA.

JUSTIFICATIVA

A Escola Estadual Professora Coema Souto Maior Nogueira está localizada na avenida São Sebastião, 92,Tancredo Neves, em nossa capital.

Atualmente, a escola tem muitos problemas em sua infraestrutura, causando assim muitos transtornos para alunos e professores. A infraestrutura escolar, especialmente nos aspectos físicos, influencia muito no desenvolvimento dos alunos.

As deficiências apontadas através do ofício nº19/19 (anexo), mostram a realidade das necessidades da escola.

Então, por meio desta indicação, encaminha ao Governo do Estado e solicita a manutenção da escola, para que os alunos, professores e funcionários possam trabalhar e estudar com mais conforto e tranquilidade.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 15 de Abril de 2019.

TAYLA PERES
Deputada Estadual PRTB/RR

INDICAÇÃO Nº 193, DE 2019

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no Art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura do Estado de Roraima, EDILSON DAMIÃO LIMA, a seguinte Indicação:

- Recuperação das vicinais do Polo Produtivo São Silvestre, no Município de Alto Alegre, com os processos de abertura, raspagem, piçarramento e compactação, totalizando aproximadamente 22 km de extensão, conforme normas de engenharia aplicáveis ao caso.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação sugere a recuperação das vicinais do Polo Produtivo São Silvestre, no Município de Alto Alegre. Cabe ao titular da SEINF, em razão de sua legitimidade, dentro de um planejamento e da programação orçamentária, atendê-la.

Note-se que, o intento estatutário da associação que administra o Polo Produtivo de São Silvestre visa atender a 380 (trezentos e oitenta) famílias, em lotes de chácaras, fazendo-as prover seus sustentos na referida zona rural. Ao atender a presente indicação, o Governo do Estado – através da SEINF – estará dando um passo na direção do desenvolvimento e da sustentabilidade do referido Polo.

Isto posto, levando-se em conta a necessidade de se investir em mobilização, setor produtivo e democratização dos serviços públicos no Polo Produtivo São Silvestre, clamo aos pares pela aprovação desta, bem como peço a sensibilidade do Exmo. Sr. Secretário em atender nossa sugestão.

Sala de Sessões, 17 de abril de 2019.

Deputado SOLDADO SAMPAIO

INDICAÇÃO Nº 194/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA A CONSTRUÇÃO DA PONTE DE 20 METROS SOBRE O IGARAPÉ DO MARACANÃ, PRÓXIMO A COMUNIDADE INDÍGENA TICOÇA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ/RR.

JUSTIFICATIVA

A locomoção dos Munícipes de Uiramutã e o escoamento do cultivo dos inúmeros produtores agrícolas moradores das comunidades daquela região, atualmente encontra-se prejudicados em razão do estado crítico da ponte com 20(vinte) metros de extensão sobre o igarapé do maracanã, próximo a Comunidade Indígena Ticoça, localizada no município de Uiramutã. A ponte permanece totalmente danificada desde o último período chuvoso da região, prejudicando a população local que necessita diariamente trafegar naquele trecho.

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 09 de abril de 2019.

Lenir Rodrigues

Deputada Estadual - Cidadania 23

INDICAÇÃO Nº 195/19

A Parlamentar que esta subscreve com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima da seguinte Indicação:

SOLICITA A REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEVERINO GONÇALO SEVERINO GOMES CAVALCANTE, BOA VISTA – RR.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o prédio onde se encontra instalada a Escola Estadual Professor Severino Gonçalo Gomes Cavalcante, localizada na avenida Nazaré Filgueiras, bairro Dr. Silvio Botelho, Município de Boa Vista, apresenta condições precária de uso, bem como, a crescente demanda de alunos, faz-se necessária a reforma de seu espaço físico urgente, de modo a melhorar as condições de estudo para comunidade escolar.

A escola atende as modalidades de Ensino Fundamental I e II e Ensino médio. É inadmissível para a dignidade do ser humano um local insalubre como hoje a escola se encontra, ou seja, corredores depredados, banheiros em situação periclitante, instalação elétrica inativa, dentre outras situações caóticas.

Nesse contexto, vale destacar que o direito à educação está elencado na Constituição Federal: Vejamos:

> Art. 6º **São direitos sociais a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)

Ligado intimamente ao Direito Social da Educação, encontramos o Princípio da Dignidade Humana. Reduto intangível do ser humano. Este por sua vez, esculpido na Constituição Federal como fundamento de nossa República.

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> (...)
> III - a dignidade da pessoa humana.

Muito embora a adoção da medida pleiteada compor discricionariedade administrativa, frisa-se a extrema necessidade da reforma da escola acima citada, uma vez que a educação é indispensável para a formação ética e moral do ser humano.

Assim sendo, é de extrema necessidade e urgência a reforma da Escola Estadual Ayrton Senna da Silva, localizada no bairro Centro, Município de Boa Vista, para proporcionar um estudo de qualidade e com dignidade para comunidade escolar.

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 12 de abril de 2019.

Lenir Rodrigues

Deputada Estadual - Cidadania 23

INDICAÇÃO Nº 196/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA A CONSTRUÇÃO DA PONTE DE 50 METROS, LOCALIZADA SOBRE O IGARAPÉ JAMARI, PRÓXIMO A ENTRADA DA COMUNIDADE INDÍGENA JAWARIZINHO, MUNICÍPIO DE NORMANDIA/RR.

JUSTIFICATIVA

A locomoção dos Munícipes de Normandia e o escoamento do cultivo dos inúmeros produtores agrícolas da Comunidade Indígena Jawarizinho e várias outras nesta região, atualmente se encontra prejudicado em razão do estado crítico da ponte com 50(cinquenta) metros de extensão. A ponte está localizada sobre o igarapé Jamari, próximo a entrada da comunidade Indígena Jawarizinho, no município de Normandia.

A ponte que dá acesso permanece totalmente danificada desde o último período de chuvoso da região, prejudicando a população local que necessita diariamente trafegar naquele trecho, trazendo prejuízos aos produtores locais, e também prejudicando os alunos que necessitam do transporte escolar na região.

A construção da ponte é uma questão inclusive de segurança, pois os moradores daquela localidade, preocupados temem que a situação se agrave mais ainda e torna-se intrafegável. Frisa-se que esta situação se encontra assim há anos, ou seja, nenhum tipo de melhoria foi realizado naquela região.

Nesse contexto, vale destacar que o direito à segurança está elencado na Constituição Federal: Vejamos:

> **Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, **a segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)

Ligado intimamente ao Direito Social da Segurança, encontramos o Princípio da Dignidade Humana. Reduto intangível do ser humano. Este por sua vez, esculpido na Constituição Federal como fundamento de nossa República.

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> (...)
> III - a dignidade da pessoa humana.

Portanto, é de extrema necessidade e urgência a construção da ponte de 50(cinquenta) metros.

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 09 de abril de 2019.

Lenir Rodrigues

Deputada Estadual – Cidadania 23

INDICAÇÃO Nº 197/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento a Excelentíssima Governadora do Estado de Roraima da seguinte Indicação:

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA ARTUR PINTO DA SILVA, LOCALIZADA NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA - MUNICÍPIO DE PACARAIMA/ RR.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o prédio onde se encontra instalada a Escola Estadual Indígena Artur Pinto da Silva, localizada na Comunidade Nova Esperança, no Município de Pacaraima, apresenta condições precária de uso. A crescente demanda de alunos, faz-se necessária a reforma de seu espaço físico urgente, de modo a melhorar as condições de estudo para comunidade escolar, bem como, a construção de um ginásio poliesportivo a fim de atender a prática de atividades escolares físicas e recreativas e também a construção do muro da escola garantindo uma melhor segurança aos alunos e profissionais.

É inadmissível para a dignidade do ser humano um local insalubre como hoje a escola se encontra, ou seja, janelas e portas das salas de aulas em situação precária, banheiros destruídos, telhado em situação precária, sem bebedouros, reforma elétrica, dentre outras situações periclitantes.

Nesse contexto, vale destacar que o direito à educação está elencado na Constituição Federal: Vejamos:

> Art. 6º **São direitos sociais a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso).

Ligado intimamente ao Direito Social da Educação, encontramos o Princípio da Dignidade Humana. Reduto intangível do ser humano. Este por sua vez, esculpido na Constituição Federal como fundamento de nossa República.

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> (...)
> III - a dignidade da pessoa humana.

Portanto, é de **extrema necessidade e urgência a Reforma e Ampliação da Escola Estadual Indígena Artur Pinto da Silva, localizada na Comunidade Nova Esperança, Município de Pacaraima,** para que possa proporcionar um estudo de qualidade e com dignidade para comunidade escolar.

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 16 de abril de 2019.

Lenir Rodrigues
Deputada Estadual - Cidadania 23

INDICAÇÃO Nº 198/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima da seguinte Indicação:

SOLICITA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA SANTA MÔNICA, LOCALIZADA NA COMUNIDADE INDÍGENA CAMARARÉM, MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ/RR.

JUSTIFICATIVA

O prédio onde se encontra instalada a Escola Estadual Indígena Santa Mônica, localizada na Comunidade Indígena Camararém, município de Uiramutã, apresenta condições precária de uso, bem como, a crescente demanda de alunos, faz-se necessária a reforma de seu espaço físico urgente, de modo a melhorar as condições de estudo para comunidade escolar, haja vista que essa solicitação atenderá reivindicação de pais, alunos, professores e funcionários.

É inadmissível para a dignidade do ser humano um local insalubre como hoje a escola se encontra, conforme imagens anexas, janelas danificadas, portas das salas de aulas sem fechaduras, banheiros destruídos, paredes necessitando de pinturas, sem bebedouros, instalação elétrica inativa, dentre outras situações periclitantes.

Nesse contexto, vale destacar que o direito à educação e cultura indígena estão elencados na Constituição Federal: Vejamos:

> Art. 6º **São direitos sociais a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)
> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Ligado intimamente ao Direito Social da Educação, encontramos o Princípio da Dignidade Humana. Reduto intangível do ser humano. Este por sua vez, esculpido na Constituição Federal como fundamento de nossa República.

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> (...)
> III - a dignidade da pessoa humana.

Muito embora a adoção da medida pleiteada compor discricionariedade administrativa, frisa-se a extrema necessidade da reforma e ampliação da escola acima citada, uma vez que a educação é indispensável para a formação ética e moral do ser humano.

Portanto, é de **extrema necessidade e urgência a reforma da** , a Escola Estadual Indígena Santa Mônica, localizada na Comunidade Indígena Camararém, município de Uiramutã, para proporcionar um estudo de qualidade e com dignidade para comunidade escolar.

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 09 de abril de 2019.

Lenir Rodrigues
Deputada Estadual - Cidadania 23

INDICAÇÃO Nº 199/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima do seguinte Indicativo:

SOLICITA A CONSTRUÇÃO DA PONTE DE 10 METROS, LOCALIZADA ENTRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS PEDRA BRANCA, ENSEADA, TICOÇA, SENTIDO A COMUNIDADE MATURUCA, MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ/RR.

JUSTIFICATIVA

A locomoção dos Munícipes de Uiramutã e o escoamento do cultivo dos inúmeros produtores agrícolas das Comunidades Indígenas Pedra Branca, Enseada, Ticoça, Maturuca, dentre outras, atualmente se encontra prejudicado em razão do estado crítico da ponte com 10(dez) metros de extensão. A ponte está localizada entre estas Comunidades acima citadas, sentido a Comunidade Maturuca, Município de Uiramutã.

A ponte permanece totalmente danificada desde o último período de chuvoso da região, prejudicando a população local que necessita diariamente trafegar naquele trecho.

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 09 de abril de 2019.

Lenir Rodrigues
Deputada Estadual PPS/RR

INDICAÇÃO Nº 200/2019

A Parlamentar que esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima da seguinte Indicação:

REFORMA DA QUADRA DE ESPORTE NA COMUNIDADE ÁGUA FRIA – LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ/RR.

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

JUSTIFICATIVA

A Reforma da Quadra de Esporte, localizado na Comunidade Água Fria, município de Uiramutã, faz-se necessário, tendo em vista que é um local bastante utilizado pela comunidade, por ser o único local para realização de eventos esportivos e práticas esportivas, devido haver uma carência de opções de lazer, esporte e entretenimento no munícipio. A solicitação da reforma do ginásio é um anseio antigo de toda a comunidade que ali vive, além disso, trará maior qualidade de vida à população.

O lazer por meio do esporte traz benefícios tanto para a saúde física, quanto para a saúde mental, contribuindo para o bem-estar individual, proporcionando benefícios significativos ao seus praticantes e um melhor convívio social, pois a prática de atividades físicas contribui para a diminuição de problemas e doenças crônicas, além de ajudar a combater o sedentarismo, que é uns dos principiais responsável pelo grande crescimento da obesidade no Brasil, agrega benefícios à comunidade e a possibilidade de envolver jovens e crianças em atividades esportivas e de lazer, intencionando assim afastá-los das drogas, violência e marginalidade.

Nesse contexto, vale destacar que o direito ao esporte não se limita apenas à prática esportiva convencional, mas em conjunto com a prática recreativa, de lazer e de divertimento, o que o coloca no rol dos direitos sociais, elencados na Constituição Federal de 1988:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso).

Ligado intimamente ao Direito Social do Lazer, encontramos o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, este por sua vez, esculpido na Constituição Federal como fundamento de nossa República.

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> (...)
> III - a dignidade da pessoa humana.

Portanto, é de extrema necessidade e urgência a reforma da Quadra de Esporte, localizado na Comunidade Água Fria, município de Uiramutã, para proporcionar uma melhor qualidade de vida para os moradores do município.

É com esse desiderato que apresentamos a presente indicação.

Sala das Sessões, Boa Vista/RR, 09 de abril de 2019.

Lenir Rodrigues
Deputada Estadual - Cidadania 23

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEPTINGENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA OITAVA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima quadragésima nona Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o senhor Presidente em exercício, Deputado **Jânio Xingu,** declarou aberta a Sessão e convidou o senhor Deputado **Evangelista Siqueira** para atuar como Segundo-Secretário *ad hoc*, a quem solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Continuando, solicitou ao senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Chico Mozart,** a leitura dos documentos constantes no Expediente. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para a pauta da Ordem do Dia, a discussão e votação, em primeiro turno, das seguintes proposições: Proposta de Emenda Constitucional nº 001/19, que "dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Roraima", de autoria de vários deputados; Projeto de Lei Complementar nº 001/19, que "dispõe sobre critérios de distribuição do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, revoga a Lei nº 010, de 11 de setembro de 1991, a Lei nº 046, de 15 de setembro de 1993, e dá outras providências", de autoria do Deputado Jalser Renier; e discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 021/17, que "autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros para despesas de custeio às prefeituras municipais que possuem máquinas e equipamentos agrícolas e que os destinem para desenvolvimento da infraestrutura rural e da agricultura familiar", de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Projeto de Lei nº 045/17, que "dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 167/17, que "dispõe sobre o registro de entidades de guardas comunitárias e profissionais autônomos de segurança comunitária de rua e dá outras providências", de autoria do Deputado Gabriel Picanço; e do Projeto de Lei nº 023/19, que "dispõe sobre a prioridade no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abusos físicos, bem como a conselheiros tutelares e comissários das Varas da Infância e Juventude, em todas as unidades da Polícia Civil do Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria do Deputado Renato Silva. Prosseguindo, o senhor Presidente suspendeu a Sessão para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 001/19, ao Projeto de Lei nº 021/17; ao Projeto de Lei nº 045/17; ao Projeto de Lei nº 167/17; e ao Projeto de Lei nº 023/19, assim como a Comissão Especial pudesse analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 001/19. Após o tempo necessário, o senhor Presidente reabriu a Sessão e informou que por falta de quórum regimental para deliberação das matérias, a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, às dez horas, o senhor Presidente encerrou a Sessão e convocou outra para o dia 17 de abril, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jânio Xingu, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Nilton Sindpol** e **Tayla Peres**.

TERMO DE NÃO REALIZAÇÃO DA SEGUNDA MILÉSIMA SEPTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA OITAVA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, o senhor Presidente em exercício, Deputado **Odilon Filho,** solicitou à senhora Primeira-Secretária, Deputada **Lenir Rodrigues**, proceder à verificação de quórum para o início da Sessão, tendo sido informado de não haver quórum. Em seguida, adiou a abertura dos trabalhos pelo tempo regimental de dez minutos. Após o tempo estipulado e não havendo quórum regimental, às nove horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente transferiu a Sessão para o próximo dia 23, à hora regimental. Estavam presentes em plenário os senhores Deputados: **Catarina Guerra, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Lenir Rodrigues, Odilon Filho e Tayla Peres.**

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEPTINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA OITAVA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima quinquagésima Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o senhor Presidente em exercício Deputado **Jeferson Alves** declarou aberta a Sessão e convidou o senhor Deputado **Evangelista Siqueira** para atuar como Segundo-Secretário *ad hoc*, a quem solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior e do Termo de Não Realização de Sessão, que foram lidos e aprovados na íntegra. Continuando, solicitou à senhora Primeira-Secretária Deputada **Catarina Guerra** a leitura dos documentos constantes no Expediente. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Jeferson Alves** iniciou fazendo críticas à empresa Roraima Energia, responsável pelo fornecimento de energia no estado, destacando que as tarifas são abusivas e o serviço é de péssima qualidade. De acordo com o senhor Deputado, a Venezuela suspendeu o fornecimento de energia e a referida empresa detém o controle de cem por cento do serviço, mas o racionamento é frequente. Em seguida, informou que protocolará Requerimento para realização de Audiência Pública, oportunidade em que o Presidente da Roraima Energia prestará esclarecimentos sobre os serviços daquela instituição. Finalizou registrando, com pesar, o falecimento do senhor Pedroso, morador do município de Alto Alegre, seu padrinho e avô da Deputada Ione Pedroso, destacando tratar-se de um homem ilibado, que muito contribuiu com o estado e deixará saudades. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para a pauta da Ordem

do Dia, a discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda Constitucional nº 001/19, que "dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Roraima", de autoria de vários deputados. E discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: do Projeto de Lei nº 021/17, que "autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros para despesas de custeio às prefeituras municipais que possuem máquinas e equipamentos agrícolas e que os destinem para desenvolvimento da infraestrutura rural e da agricultura familiar", de autoria do Deputado Marcelo Cabral; do Projeto de Lei nº 045/17, que "dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar", de autoria da deputada Aurelina Medeiros; do Projeto de Lei nº 167/17, que "dispõe sobre o registro de entidades de guardas comunitárias e profissionais autônomos de segurança comunitária de rua e dá outras providências", de autoria do Deputado Gabriel Picanço; do Projeto de Lei nº 023/19, que "dispõe sobre a prioridade no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abusos físicos, bem como a conselheiros tutelares e comissários das Varas da Infância e Juventude, em todas as unidades da Polícia Civil do Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria do Deputado Renato Silva; do Requerimento nº 039/19, da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 04/19, para prorrogação de prazo de funcionamento por igual período; do Requerimento nº 035/19, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, para realização de Audiência Pública no dia 24 de abril, às 15h, para discutir o tema "Políticas Indígenas"; do Requerimento de Pedido de Informação nº 07/19, do deputado Renato Silva ao Presidente deste Poder, para solicitar à Secretaria de Infraestrutura – SEINF informações pertinentes aos trabalhos da pasta; da Proposta de Moção de Pesar nº 027/19, de autoria do Deputado Marcelo Cabral, aos familiares do senhor Antônio Pedroso, cujo falecimento ocorreu no dia 15 de abril, no município de Alto Alegre; da Proposta de Moção de Pesar nº 026/19, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, aos familiares da senhora Lucimar Pereira Rodrigues, cujo falecimento ocorreu no dia 2 de abril, nesta capital; e da Proposta de Moção de Pesar nº 025/19, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, aos familiares da senhora Terezinha da Graça Barreto, cujo falecimento ocorreu no dia 3 de abril, nesta capital. Prosseguindo, o senhor Presidente suspendeu a Sessão para que as Comissões pudessem emitir parecer às matérias pendentes de análise. Após o tempo necessário, o senhor Presidente reabriu a Sessão e solicitou à senhora Primeira-Secretária a leitura do Requerimento nº 39/19, que, colocado em discussão e votação simbólica, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Continuando, o senhor Presidente solicitou à senhora Primeira-Secretária a leitura do Requerimento nº 35/19, que, colocado em discussão e votação simbólica, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Prosseguindo, o senhor Presidente solicitou à senhora Primeira-Secretária a leitura do Requerimento nº 07/19, que, colocado em discussão e votação simbólica, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Dando continuidade, solicitou à senhora Primeira-Secretária a leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 027/19, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes. Em seguida, solicitou à senhora Primeira-Secretária a leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 026/19, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes. Continuando, o senhor Presidente solicitou à senhora Primeira-Secretária a leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 025/19, que, colocada em discussão e votação simbólica, foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes. Em seguida, o senhor Presidente informou que o restante da pauta da Ordem do Dia foi transferido para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O senhor Deputado **Nilton Sindpol** convidou os membros da Comissão Especial Externa criada pela Resolução nº 04/19 para reunião após a Sessão. A senhora Deputada **Lenir Rodrigues** agradeceu as felicitações pela passagem do seu aniversário e parabenizou a servidora Jucilene Aparecida, que aniversaria na mesma data. Convidou seus pares a prestigiarem a Audiência Pública no próximo dia 24, às 15h, no plenário desta Casa, oportunidade em que serão discutidas políticas públicas voltadas às comunidades indígenas. Por fim, convidou os membros da Comissão de Políticas Indigenistas para reunião após a Sessão. O senhor Deputado **Jeferson Alves** convidou os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para reunião após a Sessão. E, não havendo mais nada a tratar, às dez horas e cinquenta e oito minutos, o senhor Presidente encerrou a Sessão e convocou outra para o dia vinte e quatro de abril, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Betânia Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Ione Pedroso, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho, Renato Silva, Soldado Sampaio** e **Tayla Peres**.

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2746ª SESSÃO, EM 09 DE ABRIL DE 2019
57º PERÍODO LEGISLATIVO DA 8ª LEGISLATURA
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima quadragésima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – Senhor Presidente, há quórum regimental para o início da Sessão.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido a Senhora Deputada Ione Pedroso para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc,* a qual solicitou à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Ione Pedroso -** (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Em discussão a Ata da Sessão. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva** – **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 022/19, de 09/11/19, encaminhando alterações programáticas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Lei Complementar nº 001/19, de 21/03/19, de autoria do Deputado Jalser Renier, que "dispõe sobre critérios de distribuição do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, revoga a Lei nº 010, de 11 de setembro de 1991, a Lei nº 046, de 15 de setembro de 1993, e dá outras providências"; Projeto de Decreto Legislativo nº 009/19, de 04/04/19, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que "declara de Utilidade Pública a Associação Fênix de Futsal-A.F.F-V.M/RR e dá outras providências"; Projeto de Lei nº 024/19, de 03/04/19, de autoria do Deputado Chico Mozart, que: "dispõe sobre a proteção do consumidor roraimense em relação às práticas abusivas por parte de prestadoras de serviços de telecomunicações"; Projeto de Lei nº 025/19, de 04/04/19, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que "institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às pessoas com Epilepsia no Estado de Roraima e dá outras providências"; Projeto de Lei nº 026/19, de 04/04/19, de autoria do Deputado Chico Mozart, que "estabelece os termos e condições em precatórios com débitos tributários ou de outra natureza inscritos no cadastro da dívida ativa estadual, na forma autorizada pelo artigo 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016"; Projeto de Lei nº 027/19, de autoria do Deputado Jalser Renier, que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais utilizarem canudos e copos fabricados com produtos biodegradáveis na forma que menciona". Requerimento nº 030/19, de 03/04/19, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, requerendo o desarquivamento das proposições de sua autoria; Requerimento de Pedido de Informação nº 006/19, de 02/04/19, do Deputado Renan Filho a Excelentíssima Sra. Secretária de Educação, solicitando informações e documentos que constatem a atual situação dos recursos destinados aos estádios Totozão e Canarinho, em Boa Vista - Capital; Indicação nº 101/19, de 15/03/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, solicitando recuperação da ponte sobre o rio Ariranha, na Vicinal 34 - município de Caroebe; Indicação nº 102/19, de 15/03/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, solicitando recuperação da ponte sobre o Rio Ariranha, na Vicinal 02 - município de Caroebe; Indicação nº 103/19, de 15/03/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, solicitando recuperação da ponte, na altura do Km 7, da Vicinal 05 - município de Caroebe; Indicação nº 104/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando reforma da Escola Estadual Ayrton Senna da Silva, município de Boa Vista/RR; Indicação nº 105/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção da Escola Estadual Ana Libória, Município de Boa Vista/RR; Indicação nº 106/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando reforma da Escola Estadual Professora Antônia Coelho de Lucena, município de Boa Vista; Indicação nº 107/19, de 01/04/19,

da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando reforma da Escola Estadual Senador Hélio da Costa Campos, no município de Boa Vista-Roraima; Indicação nº 108/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção da Escola Estadual Lobo D´Almada, no município de Boa Vista-Roraima; Indicação nº 109/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção do Colégio Estadual Militarizado Maria dos Prazeres Mota, no município de Boa Vista-Roraima; Indicação nº 110/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção da Escola Estadual Voltarie Pinto Ribeiro, no município de Boa Vista-Roraima; Indicação nº 111/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção da Escola Estadual Maria Raimunda Mota de Andrade, no município de Boa Vista-Roraima; Indicação nº 112/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção da Escola Estadual Professor Severino Gonçalo Gomes Cavalcante, no município de Boa Vista-Roraima; Indicação nº 113/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção da Escola Estadual América Sarmento Ribeiro, no município de Boa Vista-Roraima; Indicação nº 114/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando pavimentação asfáltica da Vicinal 28, com extensão de 35 km, no município de São João da Baliza/RR; Indicação nº 115/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando reforma geral do Hospital de São João da Baliza, localizado no município São João da Baliza/RR; Indicação nº 116/19, de 01/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção, (tapa-buracos) da Vicinal 26, que liga o município de São João da Baliza e Vila Nova Colina; Indicação nº 117/19, do Deputado Jeferson Alves ao Governo do Estado, solicitando aplicabilidade da Lei nº 228/1999, que "dispõe sobre a instalação de dispositivos de detectores de metais nas entradas das Escolas Públicas Estaduais"; Indicação nº 118/19, do Deputado Jeferson Alves ao Governo do Estado, solicitando que encaminhe Projeto de Lei a esta Assembleia criando o Fundo Estadual de Assistência ao Imigrante; Indicação nº 119/19, de 01/04/19, do Deputado Renato Silva ao Governo do Estado, solicitando reconstrução da ponte de madeira, situada no município de Cantá; Indicação nº 120/19, de 02/04/19, do Deputado Jorge Everton ao Governo do Estado, solicitando a prorrogação da isenção de ICMS na venda de veículos para famílias com pessoas com deficiência.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renato Silva -** Senhor Presidente, temos 02 oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** – Bom dia a todos. Desejo um bom dia, um dia abençoado na presença do Senhor. Semana passada, eu fazia uso desta tribuna pela primeira vez, na verdade, para agradecer à sociedade roraimense a confiança em mim depositada, e agradecer a cada um dos senhores, convidando-os a continuar lutando pelos nossos direitos. Hoje, senhoras e senhores, volto à tribuna ainda mais preocupada com a real situação do nosso estado, no que diz respeito à saúde. É sabido por todos que o ex-secretário de saúde, Doutor Ailton Wanderlei, um homem sério competente e dedicado, abandonou o cargo porque não suportou a pressão. Primeiro, por não conseguir desempenhar o papel e cumprir com as promessas de campanha do governador, por não conseguir resolver os problemas que tomaram conta da saúde deste estado. Infelizmente, vivemos um caos, nada mudou, tudo continua como antes, porém a população deste estado colocou na Assembleia 10 novos parlamentares e não é admissível que com uma mudança tão significativa nós venhamos a continuar na mesma situação. É preciso nós nos levantarmos, nos unirmos, darmos as mãos e tirar Roraima desta situação. Não é impossível. Eu convido o povo de Roraima, para juntos blindarmos essa corrupção que persegue o nosso estado. Nós não necessitamos, na verdade, de intervenção federal na saúde; nós precisamos colocar na saúde, nos lugares e nos cargos de mando e comando deste estado, pessoas sérias, que não se vendam, que vistam a camisa do povo de Roraima. Ou faremos assim, meu povo, ou certamente continuaremos na mesma, o poder concentrado nas mãos de poucos, e não é isso que queremos. Eu falei aqui na semana passada que, ainda que os 23 colegas nada façam, eu estou aqui, porque é com muita seriedade que eu saio da minha casa todos os dias, para viver o que os senhores estão vivendo. Não vamos admitir, vamos cobrar e se o meu papel é fiscalizar, então que eu fiscalize. Não estamos aqui apenas para distribuir simpatia. Nós estamos aqui porque o nosso Estado clama por socorro. Precisamos de parlamentares comprometidos com o povo. A situação do nosso estado não é novidade para nenhum de nós.

O que vamos fazer, senhores Deputados? Somos em dez e podemos fazer a diferença. Podemos viver quase quatro anos mudando a realidade deste Estado.

O povo do Pedra Pintada, o povo de Rorainópolis, está clamando por uma solução. Semana passada, esta Casa Legislativa discorreu sobre o início das aulas e o início do ano letivo nas comunidades. Fico muito feliz, Deputada Lenir, porque o nosso grito foi ouvido e conseguimos vitória, e não será diferente na saúde. Não vamos permitir. Entristece-nos abrir, cada vez mais, as páginas sociais e jornais de circulação neste estado e ver políticos e mais políticos tentando driblar um povo, que de burro não tem nada, um povo experiente, um povo que está atento. Porém, vergonha na cara e caráter ficou para poucos.

Nesta manhã, eu estou aqui porque eu acredito que juntos nós podemos mudar. Nós podemos pressionar este desgoverno e sairmos vitoriosos. Nenhuma força é maior do que a força deste povo, de um povo que não se cala, de um povo que tira e coloca quem ele quer. Pede impeachment e consegue tirar Presidente da República. Por que em Roraima seria diferente? Demos entrada em uma CPI ontem, uma Comissão Parlamentar de Inquérito e eu, de muito bom grado, faço parte desta CPI: CPI da Saúde, dos Contratos Milionários. Nós não vamos ficar de braços cruzados?

Precisamos cobrar o nosso voto, precisamos estar atentos e usar do nosso direito. Se for preciso, ação popular. Se for preciso, porta da Assembleia. Se for preciso para ter o nosso direito assegurado, direito esse assegurado constitucionalmente, como é o direito da nossa saúde, nós temos que exigi-la. Os senhores estão hoje aqui nesta manhã em busca de algo, que, certamente, este Poder tem tentado misturar. Os nossos concursados, os nossos concurseiros que, nesta manhã, poderiam muito bem-estar estudando, mas estão aqui sentados reivindicando o que vocês conseguiram.

Meu povo, um conselho: não se calem, se unam um a um, a dois, mas sejam a voz do povo. Todos os senhores sabem da vergonha. Não vou aqui citar nomes, visto que aqui, a partir de hoje, ou desde a semana passada, como vimos, tivemos acesso aos contratos dos então políticos que amam Roraima. Roraima cada vez melhor? Não. E me vem com intervenção federal na saúde. Intervenção federal na saúde, não! Caráter, vergonha na cara!

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros. –** Eu estava ouvindo aqui, atentamente, seu discurso, desde que a senhora falou que aqui tem dez parlamentares novos que não vão se calar, mas têm quatorze velhos que também não se calam. O problema da saúde nunca foi intervenção federal, é gestão. O que a gente não pode conceber, são quase quatro meses de mandato de um secretário, sem que tenha encaminhado, para as providências cabíveis, o que ele viu lá dentro. Eu também assinei a CPI e vou participar ativamente. Assinamos ontem e tudo que a gente tem que fazer é o que o Secretário não fez, porque, se ele presenciou tudo isso e só falou depois que saiu, ou não teve pulso para controlar e vem depois dizer que só uma intervenção federal dá jeito, é porque não tinha competência para o cargo.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** continua. – Parabéns, Deputada Aurelina. Muito bom saber que contamos, não só com dez novos parlamentares, mas com vinte e quatro parlamentares, deputados compromissados em trazer a verdade para o povo de Roraima. O Tribunal de Contas está nos ajudando. Talvez tenha sido, na verdade, essa falta de gestão que nos trouxe até aqui. Porém, tudo deve ser investigado, os contratos milionários e é muito bom, Deputada Aurelina, Deputado Jeferson, Deputado Renato, ficar calado. Nossa bancada federal não vestiu a camisa como nós, deputados estaduais, que estamos aqui vestindo e vieram falar em intervenção federal. Eu prefiro que tenhamos caráter.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Renato Silva**. – Como a Deputada Aurelina falou, quero fortalecer aqui que nós somos um colegiado. Eu, desde o primeiro dia que estou aqui nesta Casa, vejo o compromisso de Vossa Excelência e dos demais deputados antigos desta Casa. Então, tenho certeza que, com um ou dois, é muito difícil conseguir a mudança que a gente espera para o Estado de Roraima, mas, nós, os vinte e quatro deputados, juntos, unidos, nós conseguiremos, tenho certeza disso. Eu tenho, desde o começo, pregado essa união aqui na Casa, porque é uma briga e quem é o mais prejudicado? É a população. Então, nós temos que buscar essa união e aqui dentro somos todos iguais, todos os deputados. Com sete mandatos ou com um mandato, nós somos deputados nesta legislatura e nós temos que nos unir, e eu sempre me apego muito com Vossa Excelência, peço alguns conselhos. Ontem, procurei Vossa Excelência para a gente fazer a CPI, para a senhora assinar e se mostrou disposta a participar, fez questão de assinar a CPI, como Vossa Excelência falou agora há pouco. Então, eu tenho certeza que essa CPI vai trazer um bom resultado para a sociedade, que precisa. Nós temos aqui o Deputado Soldado Sampaio, que é da base do governo, líder do governo hoje, mas se mostra sempre coerente nas suas decisões e seus apontamentos, sempre buscando, em primeiro lugar, resolver os problemas, as dificuldades, que

a população de Roraima está enfrentando. Esse é o entendimento que nós, os vinte e quatro Deputados nesta nova legislatura devemos ter. Eu venho vendo isso, desde o dia primeiro de janeiro.

Então, eu quero dizer para Vossa Excelência, Deputada Betânia, que faço minha as suas palavras e é por isso que eu sempre tenho conversado muito com Vossa Excelência. Peço que a gente possa ter essa união aqui na Casa, porque eu sozinho não vou conseguir, Vossa Excelência sozinha não vai conseguir, mas eu tenho certeza que, se a gente pegar experiência dos deputados mais antigos, pegar experiência do deputado que seja o líder do governo, unindo nossas forças, nós iremos conseguir o bem maior, que é poder tirar Roraima dessa situação hoje. Obrigada, Deputada!

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** continua. – Disponha. Então, a documentação já está sob análise do TCE e, em breve, nós teremos, Deputada Aurelina, mais detalhes sobre a corrupção que toma conta da saúde de Roraima.

Para finalizar, quero declarar o meu apoio aos membros da Comissão de Saúde desta Casa, especialmente aos Deputados Dhiego Coelho, Nilton Sindpol e Renato Silva, que propuseram a criação da CPI para investigar a saúde de Roraima. Senhor Presidente, nobres colegas, nós temos aqui, nesta Assembleia, o Presidente Jalser Renier, que tem nos apoiado, tem feito muito mais daquilo que lhe compete para ver, realmente, o povo de Roraima desfrutando de dias melhores, seja na saúde, seja na educação, no transporte escolar, na merenda e segurança. Eu parabenizo o nosso Presidente, Deputada Aurelina. Eu não sei, sinceramente, como esse homem consegue cuidar deste Estado, porém, o Senhor tem lhe dado sabedoria. Dhiego Coelho, Renato Silva, Nilton Sindpol, Aurelina Medeiros e demais desta Casa, vamos à luta. Foi isso que nós escolhemos, nos colocamos nesse lugar para fazer a diferença. Deputado Neto Loureiro, Presidente da Comissão da Saúde, vamos juntos, pois os pacientes do HGR não merecem ficar na UTI sem central de ar, com esse clima do nosso Estado, e as demais coisas que nos desagradam. Que venhamos gastar todas as nossas forças em benefício do povo, porque, como foi dito, nós não temos hospitais particulares em Roraima e se algum de nós precisarmos, temos que ir ao HGR. Então, temos que ser justos, principalmente conosco, transformando não só a saúde, mas todos os setores do nosso Estado, apoiando esse povo que, terça-feira, quarta-feira e quinta-feira lotam esse plenário em busca dos seus direitos. Obrigada!

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol -** Bom dia, Presidente Jefferson, no qual eu cumprimento todos os Deputados aqui presentes, os servidores desta Casa, a impressa e demais pessoas que estão aqui nos prestigiando, assistindo esta Sessão.

Bem, hoje nós vamos falar da questão da saúde pública, que é uma situação terrível pela qual passa essa pasta do estado, importantíssima, e nós não temos mais tempo a perder. Deputado Soldado Sampaio, a saúde está em um grau pior que a UTI, como acabou de falar aqui minha antecessora, a Deputada Betânia Medeiros. É inadmissível que o paciente na UTI não tenha sequer uma central de ar. Então, as palavras do ex-secretário foram fortes e graves, porque mostraram o que a gente já vem constatando in loco, que a saúde está um caos, que não tem cirurgia eletiva, as salas de cirurgias estão interditadas, não tem material hospitalar e não tem remédios e que, segundo ele, os médicos estavam boicotando o serviço.

Gente, não podemos ficar aqui apenas usando a tribuna com discursos vazios e promessas não cumpridas. Quando o povo nos elegeu para representar o estado, ele quer que a gente tenha ação, que a gente resolva os problemas. Eles falam de intervenção, porém, para mim, é questão de gestão, realmente, e competência. Como falou a Deputada Aurelina, temos que resolver os problemas e não somente ficar nos discursos vazios. Temos que ter a prática, Deputado Jeferson. Como faremos isso? Na minha análise, é simples, é colocar os remédios, desinterditar as salas de cirurgias e começar a resolver o problema.

O Hospital das Clínicas está entregue às moscas, os leitos nem estão sendo utilizados na sua totalidade, enquanto no HGR está havendo superlotação de pessoas nos corredores. A saúde não está pedindo socorro, ela está em um grau muito maior que tudo isso e nós, os deputados, temos que nos debruçar para resolver isso. A questão da CPI tem que ser feita, mas que tenha resultados. O povo já está cansado de instalação de CPI ser sinônimo de tudo vai terminar em pizza. Vamos fazer diferente, meu povo. Roraima está no atoleiro, Roraima passa pela sua pior crise financeira e por que isso? Porque nestes 30 anos de estado, não se preocuparam em criar realmente as matrizes para que Roraima se desenvolvesse. Hoje nosso maior problema é o desemprego e não tem como os municípios e o Estado absorver toda essa mão de obra. A gente fala isso todo dia em várias oportunidades. Então, eu vejo como necessário para que a gente ajude as pessoas que estão carecendo da saúde, que a gente instale essa CPI, que realmente tenha frutos e que a gente venha contribuir para que o cidadão tenha saúde, para que ele, realmente, tenha seu problema resolvido. Não adianta ficarmos aqui nesse lenga, lenga e nesse blá, blá, porque todo mundo já está saturado disso. Vamos ser práticos, vamos fazer com que o nosso poder, que foi concedido pelo povo, a gente possa utilizá-lo para resolver essas demandas. A nossa vontade, caros colegas, é que realmente a CPI seja instalada com muita responsabilidade e que a gente possa buscar resolver esses problemas. A intervenção federal seria mais um sinônimo de incompetência se ela chegar a ser mais uma vez declarada aqui no Estado de Roraima. No caso da saúde, o nosso estado, infelizmente, está sem rumo, porque, nessa última década, foram tantos os desmandos, os desvios, que hoje chegamos nessa condição de instabilidade, de não sabermos onde estamos nem para onde vamos e a saúde não pode esperar. Eu conto com o apoio de todos para que a gente instale essa CPI e que ela tenha frutos positivos para que a gente possa buscar, dar subsídios e meios, para que o Executivo possa resolver esses imbróglios que estão aí. E quem for culpado que pague na proporção da sua culpa. Nós não estamos aqui para escolher os culpados, Deputado Renato. Nós não estamos aqui para apontar o dedo para ninguém, mas a gente também não pode se calar diante do discurso, da carta aberta do ex-secretário ao povo do estado de Roraima, dizendo que aqui dentro desta Casa Legislativa os deputados estão mergulhados nessa lama da corrupção na saúde. Eu, particularmente, fui eleito, recentemente, e tenho a minha consciência tranquila, que não estou envolvido em nenhum desses possíveis desvios. Nós temos que apurar e responsabilizar quem tiver responsabilidade nesses desmandos. Então, eu conclamo a todos os pares, para que a gente, realmente, se debruce sobre essa questão da saúde ao nosso presidente da Comissão, Deputado Neto Loureiro, para que a gente possa procurar os órgãos fiscalizadores e tomar as providências devidas. Eu sou policial civil de carreira e, ao término desta Sessão, logo após a reunião, vou me dirigir à delegacia que apura os crimes contra a administração pública e vou registrar um boletim de ocorrência para que as providências investigativas da Polícia Judiciária sejam tomadas. Eu não sei se isso já feito, mas se não, eu, como cidadão, vou lá registrar o boletim de ocorrência para que, realmente, haja investigação e a saúde não padeça mais desse tipo de situação que nós estamos vivendo hoje, o caos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Renato Silva. –** Realmente, Deputado, as afirmações do ex-secretário, doutor Aílton Wanderley, foram acusações muito graves. Ele pegou todos os políticos de todas as classes e colocou numa vala comum. Como Vossa Excelência afirmou, nós estamos há pouco tempo no mandato, apenas 03 meses. Eu estive duas vezes na Secretaria de Saúde, lá com o doutor Aílton, junto com o presidente da Comissão da Saúde, Deputado Neto Loureiro e com o Deputado Jerferson Alves e sempre tratamos de assuntos relacionados à falta de material e falta de medicamentos no HGR- Hospital Geral de Roraima. Então, nós vamos instaurar essa CPI. Nós precisamos de 08 assinaturas e já temos 12, então, ela vai ser instaurada e acredito que nós iremos convocar o doutor Aílton para vir a esta Casa esclarecer e dar nomes às suas acusações, porque ele foi a público, usou as redes sociais e todos os meios de comunicação para dizer que todos os deputados estaduais, deputados federais e senadores estão envolvidos. Então, ele vai ter que vir aqui e dizer os nomes dos envolvidos. Por que faço minhas as palavras da Deputada Aurelina Medeiros? Para mim, o que ocorreu foi falta de competência e, agora, jogar a culpa para terceiros fica mais fácil. Mas ele virá aqui na CPI e vai esclarecer não só para os deputados, mas para toda a sociedade quem são os políticos envolvidos na corrupção da Saúde.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medei**ros. – Até tenho falado pouco esses dias, mas, ao ouvir, o Deputado Renato falar que foi nas secretarias, preciso dizer que vivo em secretarias neste Estado. Sexta-feira, pela manhã, estava na SEFAZ, à tarde estava na Educação, ontem estava na SEFAZ. O que me parece é que acusações como essas fazem com que as pessoas pensem que um deputado, quando vai a uma secretaria, só vai atrás de contrato. Nós vamos atrás do transporte escolar, vamos atrás dos terceirizados, vamos atrás da saúde e garanto que o ar-condicionado da UTI do Hospital Geral não é de deputado. Pode ir atrás para saber que não é, eu sei que não é. Então, essas coisas precisam ser tiradas a limpo, pois nós somos os ficais dos recursos do Estado e ninguém pode dizer que todo mundo tem contrato. Portanto, ele tem que vir aqui dizer quem tem esses contratos ou não. Eu vejo contrato do governo com o Lotty Íris, em que cinquenta e dois por cento do valor é pago pelo SUS e, no SUS, o dinheiro está dormindo na saúde ou guardado ou sei lá o que fizeram com ele. E isso a gente vai atrás para ver. Eu estive na SEFAZ e depois repasso para vocês tudo o que o Governo do Estado recebeu de FPE e de arrecadação própria em janeiro, fevereiro e março, e o que gastou também, desde folha de pagamento, transferência para municípios, duodécimos de poderes e tudo. Só não pude pegar ainda as despesas de custeio e algumas outras porque ainda não tem orçamento definido. Esses recursos estão saindo com base no orçamento do ano passado. É engraçado, porque tivemos, nesses três meses de arrecadação própria e de FPE, nos

meses de janeiro, fevereiro e março, R$ 1.041.000.000,00 (um bilhão e 41 milhões de reais). Tivemos de despesas com transferência para municípios, FUNDEB, FUNDES, que é da saúde, PASEP, duodécimos de poderes, precatórios e serviços da dívida o valor de R$ 749.000.000,00. Sobraram R$ 291.000.000,00 nesses três meses. Daqui, foram repassados também, nesses seis meses, o restante do pagamento do duodécimo de dezembro do Tribunal de Justiça e a folha de pagamento, sem contar algumas coisas que foram pagas como as terceirizadas, que não constam do relatório. Com tudo isso, o Estado teria um saldo de R$ 51.000.000,00. Agora, sem contar com outros pagamentos que ainda não pude pegar ainda, só depois que pegarmos o orçamento completo. Então, é isso que a gente faz nas secretarias do Estado, é procurando ver o que pagou, o que recebeu, não é atrás de contrato, e as pessoas precisam entender isso. É preciso que entendam também que a folha de pagamento do Estado, geral, no mês de janeiro, foi de R$ 118.000.000,00, incluindo saúde, educação e UERR. Por incrível que pareça, a folha das outras secretarias, da administração direta ou indireta tem um valor de R$ 57.000.000,00, mais de 50% da folha da saúde, educação e a UERR. Em fevereiro, o valor da folha foi de R$ 116.000.000,00, e em março também foi R$ 116.000.000,00. Então esse é o valor da folha total, porque os valores da saúde e a educação saem do FUNDEB e do FUNDES, que hoje não está mais dando para pagar o valor da folha, da mesma forma que eu já tenho para a CPI a folha de dezembro da cooperativa, com lista nominal para podermos analisar. Então, são essas informações que depois vamos passar para a Comissão de Saúde e aos outros Deputados para termos uma base e termos uma noção, para dizer que temos muito dinheiro e não fazemos nada porque não queremos. Obrigada, Deputado!

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** continua. - Agradeço sua colaboração, Deputada Aurelina. Então, como é pregado todos os dias que Roraima vive numa crise financeira, temos que nos debruçar sobre os números, porque em análise superficial, Deputado Renato, é inadmissível que uma tal cooperativa tenha o monopólio da saúde, desde as centrais de ar-condicionado. Se a energia for cotada do HGR, o motor gerador também é dessa empresa. Então é um absurdo que essa cooperativa, segundo me informaram, tem no seu contrato uma taxa de administração de 40%, Deputado Chagas. Na nossa análise isso mostra a total falta de competência do estado em gerir os seus recursos e as vidas humanas estão sendo ceifadas no HGR. Então, isso não pode continuar, Deputada Aurelina. Nós temos que combater e mostrar onde está cada centavo, trazendo à tona todas as mazelas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jeferson Alves -** Conversando com o Deputado Renato, há pouco, sobre as declarações do Ex-Secretário de Saúde, que, a meu ver, foi muito infeliz e, no mínimo, irresponsável, colocando todos numa vala comum, quero dizer para vocês que ninguém pode acusar ninguém sem ter provas. Se ele disse que há deputados, senadores e deputados federais envolvidos na corrupção, que ele venha a esta Casa. A CPI o convoca e que ele diga os nomes. Ele tem que vir e esclarecer quem são essas pessoas, porque a corrupção mata. Porque daqui a pouco a população que está aí do lado de fora estará colocando os óbitos do HGR em nossas contas, sendo que deputados de primeiro mandato, seis, sete mandatos, não interessa quantos mandatos, não detêm contrato na saúde e não são responsáveis por isso. Então que essa CPI seja válida e realmente apure os fatos e traga o ex-Secretário aqui, para ele dizer quem são os políticos envolvidos com os contratos com a saúde, porque eu cheguei aqui sem ajuda empresarial, cheguei aqui através do voto popular limpo do povo de Roraima, e minhas mãos são limpas. Não vou aceitar ninguém me jogar na vala comum igual aos demais não. O Senhor está de parabéns.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** continua. – Obrigado, Deputado, pela sua participação. Deputado Neto, Presidente da Comissão de Saúde, é muito importante essa investidura na Comissão se debruçando nesses problemas, mas vamos abrir essa CPI. E, como eu disse e repito, para que a gente possa contribuir para Roraima sair desse atoleiro, não acabando com essa cooperativa, mais aos poucos extingui-la, porque não podemos deixar que essa empresa privada comande a saúde pública e leve boa parte dos recursos financeiros e o povo continue morrendo nas unidades hospitalares. Muito obrigado e bom dia a todos!

Quero aproveitar para convidar os deputados da Comissão de Segurança, para uma reunião que acontecerá logo após o encerramento da Sessão, neste plenário.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos para Ordem do Dia.

Discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 021/17, que "autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros para despesas de custeio às prefeituras que possuem máquinas e equipamentos agrícolas e que os destinem para desenvolvimento da infraestrutura rural e da agricultura familiar", de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Projeto de Lei nº 045/17, que "dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar", de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 167/17, que "dispõe sobre o registro de entidades de Guardas Comunitárias e Profissionais Autônomos de Segurança Comunitária de Rua e dá outras providências", de autoria do Deputado Gabriel Picanço; Proposta de Moção de Aplauso nº 019/19, ao palhaço Leonildo de Assis Silva, pioneiro e fomentador da cultura, há 45 anos, no estado de Roraima, através do seu circo (Circo do Léo), ao qual, na data dia 27/03, é comemorado o Dia do Circo, de autoria do Deputado Renan Filho; Proposta de Moção de Aplauso nº 020/19, ao Senhor Luiz Pimentel, curitibano de 56 anos, que, pela segunda vez, realiza uma viagem de cinco mil quilômetros desde o estado do Paraná até o estado de Roraima, para realizar doações de roupas e alimentos, de autoria da Deputada Ione Pedroso; Proposta de Moção de Aplauso nº 021/19, ao Senhor Victor Perin, à Senhora Luíza Perin (*in memoriam)* e ao filho Victor Hugo por incentivarem no estado de Roraima várias ações de desenvolvimento e patrocínio do esporte, de autoria do Deputado Renan filho; Proposta de Moção de Pesar nº 022/19, pelo falecimento da Senhora Eunice Melo da Silva, ocorrido em 01 de abril de 2019, nesta capital, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Proposta de Moção de Aplauso nº 023/19, ao atleta Flávio Monteiro, que em evento realizado no dia 30 de março do ano corrente, na Praia do Balneário dos Trabalhadores, na cidade de São Sebastião no litoral de São Paulo, representando o estado de Roraima, como nadador na categoria Sênior A- de 25 anos a 29 anos – alcançou o lugar mais alto no pódio, sendo campeão de sua categoria; Proposta de Moção de Aplauso nº 024/19 à lutadora de Jiu-Jitsu Fabiana Pereira - Fafá, pela conquista de duas medalhas de ouro no evento Pan Americano Championship, realizado nos Estados Unidos, de autoria da Deputado Ione Pedroso; Requerimento de Pedido de Informação nº 002/19, da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 004/19, ao Presidente desta Casa, Jalser Renier, requerendo que solicite, em caráter de urgência, informações das seguintes autoridades: Senhor Disney Barreto Mesquita, Secretário-Chefe da Casa Civil; Senhor Anastase Papoortzis, Diretor da CODESAIMA; e do Senhor Francisco Fernandes de Oliveira, Diretor da CERR; Requerimento de Pedido de Informação nº 003/19, da Comissão de Saúde e Saneamento, ao Presidente desta Casa, Jalser Renier, requerendo que solicite informações à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Roraima – SESAU, referente às atividades daquela pasta; Requerimento de Pedido de Informação nº 005/19, de autoria do Deputado Renan Filho ao Presidente desta Casa, Jalser Renier, requerendo que solicite, em caráter de urgência, informações ao Senhor Secretário de Saúde sobre a atual situação dos pagamentos destinados a tratamento de câncer e os respectivos medicamentos utilizados; Requerimento de Pedido de Informação nº 006/19, de autoria do Deputado Renan Filho ao Presidente desta Casa, Jalser Renier, requerendo que solicite, em caráter de urgência, informações à Senhora Secretária de Educação sobre a atual situação dos recursos destinados aos Estádio Totozão e Canarinho; Requerimento nº 022/19, de autoria da Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência, solicitando realização de Audiência Pública, no dia 17 de maio do corrente, às dez horas, para discutir o tema: Processo de Enquadramento dos ex-servidores do Extinto Território Federal e Roraima ao Quadro da União; Requerimento nº 023/19, de autoria da Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência, solicitando realização de Audiência Pública, no dia 22 de abril do corrente, às dez horas, para discutir o tema: Reforma da Previdência (mudanças na previdência dos militares e seus impactos aos policiais civis e militares).

Suspendo a Sessão para que as Comissões em Conjunto possam analisar e emitir parecer às matérias constantes da Ordem do Dia.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura de Proposta de Moção de Aplauso nº 019/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – (Lida Proposta de Moção de Aplauso nº 019/19).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Moção. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com a Moção permaneçam como estão.

Dou por aprovada, por unanimidade dos Deputados, a Proposta de Moção de Aplauso nº 019/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura da Proposta de Moção de Aplauso nº 020/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – (Lida Proposta de Moção de Aplauso nº 020/19).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Moção.

Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com a Moção permaneçam como estão.

Dou por aprovada, por unanimidade dos Senhores Deputados, a Proposta de Moção de Aplauso nº 020/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura da Proposta de Moção de Aplausos nº 021/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – (Lida a Proposta de Moção de Aplauso nº 021/19).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Moção. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com a Moção permaneçam como estão.

Dou por aprovada, por unanimidade dos Senhores Deputados, a Proposta de Moção de Aplauso nº 021/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura da Proposta de Moção de Pesar nº 022/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lida a Proposta de Moção de Pesar nº 022/19).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Moção. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com a Moção permaneçam como estão.

Dou por aprovada, por unanimidade dos Senhores Deputados, a Proposta de Moção de Pesar nº 022/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura da Proposta de Moção de Aplauso nº 023/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lida a Proposta de Moção de Aplauso nº 023/19).

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Em discussão a Moção. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com a Moção permaneçam como estão.

Dou por aprovada, por unanimidade dos Senhores Deputados, a Proposta de Moção de Aplauso nº 023/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura da Proposta de Moção de Aplauso nº 024/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lida a Proposta de Moção de Aplauso nº 024/19).

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Em discussão a Moção. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com a Moção permaneçam como estão.

Dou por aprovada, por unanimidade dos Senhores Deputados, a Proposta de Moção de Aplauso nº 024/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura de Requerimento de Pedido de Informação nº 002/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 002/19).

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Em discussão o Requerimento, em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado, por unanimidade dos Senhores Deputados, o Requerimento de Pedido de Informação nº 002/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 003/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 003/19).

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Em discussão o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado, por unanimidade dos Senhores Deputados, o Requerimento de Pedido de Informação nº 003/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 005/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 005/19).

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Em discussão o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado, por unanimidade dos Senhores Deputados, o Requerimento de Pedido de Informação nº 005/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 006/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 006/19).

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Em discussão o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado, por unanimidade dos Senhores Deputados, o Requerimento de Pedido de Informação nº 006/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura do Requerimento nº 022/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lido o Requerimento nº 022/19).

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Em discussão o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado, por unanimidade dos Senhores Deputados, o Requerimento nº 022/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura do Requerimento nº 023/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues – (**Lido o Requerimento nº 023/19).

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Em discussão o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica: os Senhores Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado, por unanimidade dos Senhores Deputados, o Requerimento nº 023/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que faça a leitura do Pedido de Informação nº 05/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – (Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 05/19).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento de Pedido de Informação n° 05/19. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

A votação será simbólica: votando sim, os Deputados aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Requerimento de Pedido de Informação n° 05/19.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que faça a leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 06/19.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – (Lido Requerimento de Pedido de Informação nº 06/19).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento de Pedido de Informação n° 06/19. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

A votação será simbólica: votando sim, os Deputados aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Requerimento de Pedido de Informação n° 06/19.

Senhores, gostaria, antes de passar para o Expediente de Explicações Pessoais, de dizer que, em razão das tratativas com relação ao orçamento, vamos votá-lo amanhã e eu gostaria de consultar o plenário no sentido de saber se existe alguma divergência em relação à votação do orçamento, pois entendo que a cada dia que passar, a cada dia que a Assembleia deixa de votar esse orçamento, estaremos impedindo que o estado faça os procedimentos técnicos para avançar com as tratativas do próprio governo. Então, esse orçamento é importante ser analisado e votado amanhã. E eu gostaria de abrir a sessão e estendê-la pelo tempo necessário para que possamos evoluir com esta votação. A votação desse orçamento é importante para o estado.

Eu quero também comunicar aos senhores deputados que, em razão do consenso entre o Poder Legislativo e a cabeça de cada um dos deputados, cada parlamentar aqui deu a esta Casa a condição de tratar com o governo sobre a possibilidade de o Poder Legislativo ajudar no tocante ao concurso público da Polícia Militar. Tivemos uma conversa com o governo e essas emendas serão apresentadas para as etapas que serão alocadas dentro da estrutura orçamentária, ou seja, as etapas da Polícia Militar que estão contidas dentro do projeto original serão aferidas e colocadas no projeto orçamentário ligado e com conexão com a própria Polícia Militar. A partir daí fica o governo responsável ou não para fazer as etapas do concurso público. No ano que vem a Assembleia vota um outro orçamento, vota uma outra proposta e nessa proposta vamos continuar discutindo essas tratativas com relação ao concurso. Devo dizer a vocês que cada um de vocês é o Poder Legislativo e aqui quero enfatizar que cada parlamentar ajuda e ajudou muito a construir essa peça orçamentária. Portanto, amanhã nós colocaremos, exclusivamente, um recurso especial na estrutura da Polícia Militar para que o governo possa dar andamento ou não à questão orçamentária e, independente do projeto, da Lei de Diretrizes Orçamentárias que aprovamos nesta Casa, o governo, dentro de um equilíbrio orçamentário, pode apresentar ou não as questões oriundas do seu próprio poder. A Assembleia não tem interferência sobre isso, o que vamos fazer é simplesmente a nossa parte. Está certo?

Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, apenas para dizer a todos que, neste final de semana, nos dias 11, 12 e

13 de abril, a Prefeitura Municipal do Bonfim tem a honra de convidar todos os roraimenses para o 29º festejo daquele município. Vai ter uma extensa programação que começa na quinta-feira, com a abertura oficial, leilões, corridas e show com voz e violão. Na sexta-feira, haverá corridas de cavalos e a escolha da rainha dos festejos, shows com bandas locais e bandas nacionais e com a continuação no sábado. Então, fica o convite a todos que estão nos assistindo ou escutando para participar deste festejo, que é o melhor festejo do interior do Estado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais quem queira usar o Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às onze horas e trinta e três minutos, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 10 de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Betânia Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Ione Pedroso, Jalser Renier, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho, Renato Silva, Soldado Sampaio** e **Tayla Peres**.

ATA DA 2747ª SESSÃO, EM 10 DE ABRIL DE 2019
57º PERÍODO LEGISLATIVO DA 8ª LEGISLATURA
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima quadragésima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação e quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, há quórum regimental para o início da Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Catarina Guerra -** (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretario **Chico Mozart** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Decreto Legislativo nº 011/19, de 09/04/19, de autoria do Deputado Jânio Xingú, que "concede a Comenda Ordem do Mérito Legislativo na Categoria Especial ao General Eduardo Pazuelo e dá outras providências"; Requerimento nº 035/19, de 09/04/19, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, requerendo a realização de Audiência Pública no âmbito desta Augusta Casa Legislativa, no dia 24 de abril do corrente ano, às 15 horas, para discutir o tema "Políticas Indígenas"; Indicação nº 121/19, de 01/04/19, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, encaminhando ao Governo do Estado, solicitando manutenção da balsa utilizada para travessia na região do Passarão, Zona Rural do município de Boa Vista; Indicação nº 122/19, de 02/04/19, de autoria da Deputada Ione Pedroso, encaminhando ao Governo do Estado, solicitando substituição dos postes de energia de madeira da Vicinal 9, região do Apiaú, no município de Mucajaí; Indicação nº 123/19, de 03/04/19, de autoria do Deputado Renato Silva, encaminhando ao Governo do Estado, solicitando reforma e ampliação da caixa d'água, situada no município do Cantá; Indicação nº 124/19, de 03/04/19, de autoria do Deputado Neto Loureiro, encaminhando ao Governo do Estado, solicitando a devolução do valor correspondente à taxa de inscrição do concurso público para provimento de cargos das carreiras da Polícia Civil do Estado de Roraima; Indicação nº 125/19, de 05/04/19, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, encaminhando ao Governo do Estado, solicitando recuperação da vicinal 1, no Projeto de Assentamento Ladeirão, na Vila Equador, município de Rorainópolis, região sul do estado do Roraima; Indicação nº 126/19, de 05/04/19, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, encaminhando ao Governo do Estado, solicitando recuperação da vicinal 2, no Projeto de Assentamento Ladeirão, na Vila Equador, município de Rorainópolis, região sul do estado de Roraima; Indicação nº 127/19, de 05/04/19, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, encaminhando ao Governo do Estado, solicitando conclusão dos trechos faltantes da Vicinal 5, no Projeto de Assentamento Ladeirão, na vila do Equador, município de Rorainópolis região sul do estado de Roraima; Indicação nº 128/19, de 05/04/19, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, encaminhando ao Governo do Estado, solicitando conclusão dos trechos faltantes da Vicinal 6, no Projeto de Assentamento Ladeirão, na vila do Equador, município de Rorainópolis, região sul do estado de Roraima; Indicação nº 129/19, de 05/04/19, do Deputado Nilton Sindpol ao Governo do Estado, solicitando conclusão dos trechos faltantes da Vicinal 7, no Projeto de Assentamento Ladeirão, na vila do Equador, município de Rorainópolis, região sul do estado de Roraima; Indicação nº 130/19, de 05/04/19, do Deputado Nilton Sindpol ao Governo do Estado, solicitando conclusão dos trechos faltantes da Vicinal 8, no Projeto de Assentamento Ladeirão, na vila do Equador, município de Rorainópolis, região sul do estado de Roraima; Indicação nº 131/19, de 05/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando reforma urgente da Escola Estadual Professora Maria das Neves Rezende, no munícipio de Boa Vista/RR; Indicação nº 132/19, de 05/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção da Escola Estadual Professor Antônio Carlos Natalino, no munícipio de Boa Vista/RR; Indicação nº 133/19, de 05/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção do Colégio Estadual Militarizado Professor Jaceguai Reis Cunha, no munícipio de Boa Vista/RR; Indicação nº 134/19, de 05/04/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando manutenção da Escola Estadual Major Alcides Rodrigues dos Santos, no munícipio de Boa Vista/RR; Indicação nº 135/19, de 05/04/19, do Deputado Nilton Sindpol ao Governo do Estado, solicitando envio de insumos básicos e material de expediente para as Delegacias de Polícia na capital e no interior; Indicação nº 136/19, de 09/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando envio de insumos básicos para funcionamento da Polícia Civil do Estado, em especial gasolina para as viaturas e o fornecimento de papel; Indicação nº 137/19, de 09/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando a construção de uma ponte para acesso à Comunidade Canauani, no município do Cantá; Indicação nº 138/19, de 09/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando a retomada das obras no Hospital Geral de Roraima em especial no bloco da UNACOM - Unidade de Atendimento ao Câncer, devido à grande demanda de tratamento da doença no Estado; Indicação nº 139/2019, de 09/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando manutenção, instalação e aquisição de centrais de ar condicionado para o Hospital de Alto Alegre; Indicação nº 140/19, de 09/04/2019, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando a implantação de um posto da Polícia Militar na Vila Félix Pinto a fim de atender as comunidades vizinhas do município do Cantá; Memorando nº 042/19, de 28/03/19, de autoria da Deputada Betânia Medeiros, justificando sua ausência à Sessão Plenária de 28 de março do corrente ano; Memorando nº 046/19, de 28/03/19, de autoria da Deputada Yonny Pedroso, justificando sua ausência à Sessão Plenária de 28 de março do corrente ano; Memorando nº 023/19, de 29/03/19, de autoria do Deputado Jorge Everton, justificando sua ausência à Sessão Plenária de 28 de março do corrente ano; Memorando nº 046/19, de 02/04/19, de autoria da Deputada Betânia Medeiros, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 02 de abril do corrente ano; Memorando nº 021/19, de 04/04/19, de autoria do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 04 de abril do corrente ano; Memorando nº 027/19, de 29/03/19, de autoria do Deputado Jorge Everton, justificando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 02 e 04 de abril do corrente ano; e Requerimento nº 36/19, de 10/04/19, de autoria da Comissão de Aviação, Transporte e Obras, requerendo convocação do Secretário Estadual de Infraestrutura de Roraima, o Senhor Edilson Damião Lima, para prestar esclarecimento sobre assuntos propostos em reunião, no próximo dia 12, às 10 h.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart -** Senhor Presidente, temos um orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Renato Silva –** Bom dia a todos. Quero cumprimentar meus pares, deputados, colegas que estão presentes nesta Sessão Legislativa. Quero cumprimentar todos que

estão no plenário, toda a população que veio assistir e acompanhar nosso trabalho no dia a dia. Hoje vou falar sobre a nossa possível CPI, que será instaurada aqui nesta Casa.

Devido às inúmeras denúncias e a real situação da saúde pública estadual, eu e mais alguns parlamentares decidimos propor a instalação de uma CPI aqui nesta Casa Legislativa, com um único intuito de restabelecer a ordem e a qualidade da saúde pública, assim como punir os causadores do descaso e sofrimento que toda a população vem sofrendo na saúde do nosso Estado.

Senhor Presidente, os deputados que subscrevem, em conformidade com o artigo 31, parágrafo 2°, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 45 do Regimento Interno, considerando a crise pela qual a saúde do estado de Roraima vem enfrentando, requerem de Vossa Excelência a criação de Comissão de Parlamentar de Inquérito-CPI, a ser composta por sete membros, para, no prazo de 90 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, investigar, em profundidade, possíveis irregularidades existentes em contratos licitatórios no âmbito da Secretária de Saúde, uma vez que, após a análise inicial em contratos cedidos pela própria Secretária, verificou-se possíveis irregularidades naquela secretária, como ausência de medicamentos, descumprimento contratual por parte da cooperativa COPERBRAS Médica, que presta serviço para a Secretária Estadual de Saúde, excessivos plantões realizados por médicos que, *a priori*, seriam humanamente impossíveis de serem cumpridos, entre outras possíveis irregularidades. Ainda neste contexto, é imperioso apurar também as denúncias de irregularidades apresentadas na imprensa e em rede sociais pelo ex-secretário de saúde, Dr. Aílton Wanderley, no âmbito daquela secretária. Em razão do exposto, para a realização de uma completa investigação, justifica-se plenamente a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, respaldado pelas assinaturas que acompanham a proposta. Atenciosamente. Os Deputados que assinaram o requerimento da criação da CPI: Deputado Renato Silva, Deputado Gabriel Picanço, Deputado Neto Loureiro, Deputado Nilton Sindpol, Deputada Catarina Guerra, Deputado Jalser Renier, Deputado Renan Filho, Deputada Betânia Medeiros, Deputado Soldado Sampaio, Deputada Aurelina Medeiros, Deputado Jânio Xingú, Deputada Ione Pedroso, Deputado Evangelista Siqueira, Deputada Angela Águida, Deputado Jorge Everton, Deputado Jeferson Alves, Deputada Tayla Peres e Deputada Lenir Rodrigues.

Somando todas as assinaturas, recolhemos 18 assinaturas para aprovação desta CPI. Eu quero entregar aqui, Senhor Presidente, Deputado Jalser Renier, para Vossa Excelência, em mãos, o protocolo deste requerimento. Então, senhores, este descaso da saúde não vai ficar por isso mesmo. Vamos buscar reestabelecer a ordem e a qualidade da saúde pública. Obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 021/17, que "autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros para despesas de custeio às prefeituras que possuem máquinas e equipamentos agrícolas e que os destinem para desenvolvimento da infraestrutura rural e da agricultura familiar", de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Projeto de Lei nº 045/17, que "dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar", de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 167/17, que "dispõe sobre o registro de entidades de Guardas Comunitárias e Profissionais Autônomos de Segurança Comunitária de Rua e dá outras providências", de autoria do Deputado Gabriel Picanço; Projeto de Lei nº 023/17, que "dispõe sobre a prioridade no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abusos físicos, bem como a conselheiros tutelares e comissários das Varas da Infância e Juventude, em todas as unidades da Polícia Civil do estado de Roraima, e dá outras providências", de autoria do Deputado Renato Silva; Projeto de Lei nº 081/18, que "estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2019", de autoria governamental.

Suspendo a Sessão, pelo tempo necessário, para que a Comissão Mista de Orçamento possa analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 081/19.

Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Dou por reaberta a presente Sessão.

Comunico aos senhores parlamentares que está pautada na Ordem do Dia, conforme o anunciado durante o decorrer da semana, a Proposta Orçamentária Anual para o exercido do ano 2019, deliberado pela Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, solicito prorrogação do tempo, uma vez que já é meio-dia.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Acato o pedido de Vossa Excelência. Prorrogada a Sessão por tempo indeterminado.

Senhoras e senhores, a maioria das matérias precisam de liberação da Comissão de Justiça e Redação Final, portanto, com autorização de Vossas Excelências, eu quero transferi-las para amanhã, para que a gente possa evoluir com a peça orçamentária anual. Pergunto se Vossas Excelências concordam. Havendo acordo, ficam pautadas para amanhã.

Referente ao Projeto de Lei nº 081/18, quero comunicar aos Senhores Deputados, no tocado da parte interessada, no tocante aos Policiais Militares, nós, toda Assembleia Legislativa, todos os Senhores Deputados, aportaram emendas para a concretização da segunda etapa do concurso público da Polícia Militar. Será repassado, conforme aprovação na Comissão de Orçamento, e, agora, consequentemente, no plenário, após lido pelo Deputado Chico Mozart... Eu quero comunicar que os recursos destinados à segunda etapa, para que não haja conflito de caráter orçamentário dentro da estrutura do Governo, vai ser repassado para a Polícia Militar e esta, através do Governo do Estado, pode ou não dar seguimento ao concurso público. Já não passa a ser responsabilidade do Poder Legislativo. O Poder Legislativo, em peça orçamentária, dentro do acordo que foi firmado com o Chefe do Poder Executivo, em palácio, a Assembleia e todos os deputados e deputadas estão cumprindo com o que foi estabelecido no quesito que foi apresentado nesta Casa, ou seja, a segunda fase do concurso público da Polícia Militar, que está agora na responsabilidade e na tutela do Governo.

Solicito ao Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 081/18, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Projeto de Lei nº 081/18, bem como o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Senhores Deputados, comunico também que, no entendimento entre todos os senhores deputados estaduais, existe também a manutenção do Curso de Formação de Oficiais de Polícia Militar, para concluir o curso que foi apresentado. Houve emendas e as emendas também estão contempladas no Orçamento, assim como está contemplado no Orçamento recursos para o término do Hospital Geral do Estado de Roraima; para a Secretaria Estadual de Educação - de conhecimento de todos os senhores deputados- e recursos de emendas parlamentares referentes à distribuição de trabalho, através da Secretaria de Infraestrutura, para construção de pontes e vicinais do interior. Devo dizer, também, que foram apresentadas emendas ao Centro de Referência da Mulher, bem como outras emendas dentro da estrutura do Governo, que foram elaboradas e representadas em comum acordo entre os senhores deputados estaduais. Devo dizer aos senhores deputados que, diante desse cenário, a Assembleia Legislativa cumpre exatamente a sua responsabilidade no tocante à questão constitucional e, também, as tratativas políticas que foram construídas ao longo desse Orçamento.

Em discussão a Peça Orçamentária Anual.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Não queria nem discutir, gostaria apenas de fazer os agradecimentos necessários. Quero começar pela Mesa Diretora da Assembleia. Agora há pouco, falei com o Governador e ele está muito feliz, porque foi aprovado exatamente aquilo que foi acordado com a Assembleia e com os demais poderes. É um gesto dos deputados em dar o Orçamento pronto e votado ao Governador, para que possa destravar de vez o estado e dar segmento. Quero agradecer aqui, em nome do governo, a Vossa Excelência e a Mesa Diretora pela condução, pela paciência de ouvir todos os segmentos da sociedade, ouvir os deputados, cada qual com suas demandas, e construir um entendimento no sentido de fazer com que as emendas fossem colocadas dentro do governo, de acordo com o que o governo pode executar. Então, os deputados, aqui, muitos abriram mão das suas emendas individuais, dos seus acordos políticos durante o processo eleitoral, por este ano, e as colocaram dentro da estrutura do governo para recuperar a vicinal. Quero aqui, em nome do governo, agradecer a Vossa Excelência, a todos os deputados por esse grande gesto em favor do Governo do Estado e é claro, também, em favor da sociedade roraimense. Parabenizar as mulheres deputadas que aqui fizeram a emenda. Isso é um marco importante para o Centro de Referência da Mulher. Deputada Catarina, Deputada Ione, Deputada Betânia, Deputada Tayla, Deputada Aurelina, Deputada Lenir, todas vocês estão fazendo o diferencial nesta Casa. Obrigado por ajudar a fazer esse entendimento. Por várias vezes, aqui, houve embates e foram vocês que botaram o dedo e construíram, como sempre, o entendimento.

Quero agradecer, mais uma vez, cada deputado pelas emendas. Foi atendido aqui, naquilo que foi possível, é claro... Como bem falou a Deputada Catarina, nós estamos aqui não resolvendo o problema do estado, mas estamos destravando o orçamento para o governo buscar o caminho para dar solução aos problemas do estado. Era isso, sei que é um grande consenso entre todos nós. Obrigado!

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Eu também quero aproveitar e fazer o agradecimento à Mesa Diretora e, em seu nome, Presidente Jalser Renier, agradecer aos nobres pares pela paciência que todos tiveram na condução e aprovação desse Orçamento. A quem é muito dado é muito cobrado, né? Então, nós votamos o Orçamento redondinho para o Governo do Estado de Roraima. Entramos em um acordo para destravar o nosso estado, para que ele venha crescer e se desenvolver. Fizemos do jeito que o governo queria. Foi feito, mas ele vai ser cobrado para que sejam executados todos os acordos que foram feitos aqui na Assembleia. Então, ao Executivo Estadual o orçamento está indo. Hoje vai para suas mãos e que você venha, não fazer por você, mas pelo Estado de Roraima, pelas pessoas que moram aqui, que nasceram aqui e escolheram Roraima para viver. Nós estamos aqui dependendo da sua iniciativa. O Orçamento, hoje, vai ser aprovado e faça por onde você ser aplaudido, senão você vai ser vaiado. Então, fica aqui o meu agradecimento a cada deputado estadual que fez o direcionamento da sua emenda, conforme nós entramos em acordo aqui, conforme aprovação pelo esforço de cada um de vocês. Estou no meu primeiro ano da Presidência da Comissão de Orçamento e Fiscalização e tentei fazer da melhor forma possível, Senhor Presidente. Então, o pouquinho de experiência que a gente tem aqui, a gente vai aperfeiçoando. Ainda tem mais três anos pela frente e, com fé em Deus, o próximo ano vai ser melhor para todas as classes do Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Dhiego, esta presidência agradece a sua intervenção, agradece o trabalho de Vossa Excelência e pode ter certeza que Vossa Excelência tem todas as prerrogativas e a confiança desta Casa para exercer o papel que Vossa Excelência exerce. Devo dizer aos senhores parlamentares, antes de ter a votação, que não houve nenhuma emenda para nenhuma instituição. Todas as instituições abriram mão de suas receitas, em detrimento às dificuldades financeiras por que passa o Estado. Então é importante informar à sociedade roraimense que não existiu nenhuma emenda para nenhum órgão ou instituição que receba duodécimo mensal, nenhuma dela.

Vamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado a Peça Orçamentária Anual, por 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. A matéria será encaminhada para sanção.

Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira-** Senhor Presidente, primeiramente, quero parabenizar esta Casa pela condução do processo, de Vossa Excelência ao relator. Da relatora *ad hoc* ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, eu acho que é um esforço conjunto da nossa Casa nesse intuito, como você bem já frisou isso. Quero parabenizar a categoria dos policias, dos futuros policias militares do nosso Estado, dizer para eles, deixar registrado que esse orçamento, essa vitória, que vocês estão comemorando, neste momento, teve um pouco de cada deputado. Não teríamos conseguido, se não fosse o esforço pessoal de cada um em abrir mão de suas emendas. Vocês farão um bom trabalho pelo estado de Roraima.

E, para finalizar, Senhor Presidente, quero deixar o registro que, na manhã de hoje, no município de Rorainópolis, aconteceu uma paralisação dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, juntamente a COOPER lá naquele município, mais precisamente na Praça do Grêmio, em relação ao início do ano letivo nas escolas estaduais, sobretudo na questão da contratação de professores, transporte escolar e equipe de apoio. É a comunidade se manifestando pela insatisfação do não início das aulas e a condição que elas iniciam em alguns municípios e em algumas escolas. Queremos manifestar nossa preocupação, enquanto Comissão de Educação e vamos fazer contato com essas lideranças, com os pais naquelas localidades para termos mais informações e, assim, cobrar da Secretária Estadual de Educação. Era isso, Senhor Presidente. Obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier**- Pois não, pode falar, Deputado Nilton.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Eu quero aproveitar o espaço para deixar registrado para toda a sociedade do Estado de Roraima que hoje, dia 10 de abril de 2019, a instituição a qual eu faço parte: a Polícia Civil, não tem combustível para as viaturas. Se houver algum acidente e o rabecão tiver que ser acionado, o corpo vai ficar estendido lá no chão porque não tem sequer combustível para essa viatura.

Aproveito a oportunidade para convocar os deputados: Aurelina Medeiros, Coronel Chagas, Jeferson Alves, Renan Filho, Renato Silva e Soldado Sampaio para reunião da Comissão Especial Externa, criada pela Resolução 004/19, para tratar de assuntos de interesse dessa comissão. E, parabenizar Vossa Excelência e o Deputado Dhiego pela condução e aprovação da Lei Orçamentária Anual, com apoio de todos os deputados presentes nesta Sessão. Muito obrigado!

A Senhora Deputada **Catharina Guerra -** Senhor Presidente, só gostaria de repassar um convite: amanhã, logo após a nossa Sessão, haverá uma Audiência Pública sobre políticas de prevenção ao suicídio. Quero estender o convite a toda população que está aqui, hoje, e aos demais colegas desta Casa, para que estejam presentes para a gente conversar e dialogar sobre esse assunto tão importante.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - E, não havendo mais nada a tratar, às doze horas e vinte e cinco minutos, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 11 de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Betânia Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Ione Pedroso, Jalser Renier, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho, Renato Silva, Soldado Sampaio** e **Tayla Peres**.

ATA DA 2748ª SESSÃO, EM 11 DE ABRIL DE 2019
57º PERÍODO LEGISLATIVO DA 8ª LEGISLATURA
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JEFERSON ALVES
(Em exercício)

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia onze de abril de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima quadragésima oitava Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Convido o Senhor Deputado Evangelista Siqueira para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc*, a qual solicito à verificação e quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, há quórum regimental para o início da Sessão.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues -** (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretario **Evangelista Siqueira –** Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Lei nº 28/19, de 10/04/19, de autoria da Deputada Ione Pedroso, que "Assegura o direito ao parto humanizado nos estabelecimentos públicos de saúde do Estado e dá outras providências"; Requerimento nº 037/19, de 04/04/19, de autoria do Deputado Renato Silva e outros, requerendo criação de Comissão de Parlamentar de Inquérito – CPI, composta por sete membros, para investigar em profundidade possíveis irregulares existentes em contratos licitatórios no âmbito da Secretaria de Saúde; Indicação nº 141/19, de 09/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando reforma do Ginásio poliesportivo Galdino Vieira Nascimento na sede do município do Cantá; Indicação nº 142/19, de 09/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando recuperação da estrada e pontes que se encontram no PA/União, área rural do município do Cantá; Indicação nº 143/19,

de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção de ponte de 15 metros sobre o Igarapé do corre liso, próximo a Comunidade Indígena Mutum, município de Uiramutã; Indicação nº 144/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção de ponte de 15 metros sobre o igarapé Kaipon, próximo a Comunidade Maracanã, município de Uiramutã/RR; Indicação nº 145/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção de ponte de 30 metros sobre o Igarapé na vicinal próximo a comunidade Ticoça, município de Uiramutã/RR; Indicação nº 146/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção da ponte de 20 metros sobre o Igarapé do Vitor, próximo a comunidade Indígena Ticoça, no município de Uiramutã/RR; Indicação nº 147/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando reforma e ampliação da Escola Estadual Indígena Nova Monte Moriá II – Comunidade Indígena Monte Moriá II – Município de Uiramutã/RR; Indicação nº 148/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando reforma da Escola Estadual Indígena Bernardo Sayao, localizada na Comunidade Maracanã, município de Uiramutã/RR; Indicação nº 149/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando recuperação da ponte com 10 metros extensão localizada na RR 319 no município de Uiramutã/RR; Indicação nº 150/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção de galerias pluviais, sobre o Igarapé do Darora, no município de Uiramutã/RR; Indicação nº 151/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção da Escola Estadual Indígena Joaquim Marques – comunidade Macuquém – Município de Uiramutã/RR; Indicação nº 152/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção da ponte de 10 metros sobre o Igarapé agua suja, próximo a comunidade Indígena Arabada, Município de Uiramutã/RR; Indicação nº 153/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção da ponte de 15 metros sobre o Igarapé do Chiuai, próximo a comunidade Indígena Morro, município de Uiramutã/RR; Indicação nº 154/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção da ponte de 25 metros sobre o Igarapé do Saca, município de Uiramutã/RR; Indicação nº 155/19, de 09/04/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando implantação do ensino Médio na Escola Estadual Indígena Carlos Gomes – Comunidade Pedra Branca – Município de Uiramutã/RR; Indicação nº 156/19, de 08/04/19, do Deputado Nilton Sindpol ao Governo do Estado, solicitando reforma da Escola Estadual Albino Tavares, localizada no projeto de assentamento Nova Amazônia – Zona Rural do Município de Boa Vista; Memorando nº 024/19, de 09/04/19, de autoria do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à sessão ordinária do dia 09 de abril do corrente ano; e Memorando nº 044/19, de 09/04/19, de autoria do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência às sessões plenárias dos dias 10 e 11 de abril do corrente ano.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira -** Senhor Presidente, não temos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 021/17, que "autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros para despesas de custeio às Prefeituras que possuem máquinas e equipamentos agrícolas e que os destinem para desenvolvimento da infraestrutura rural e da agricultura familiar", de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Projeto de Lei nº 045/17, que "dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar", de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 167/17, que "dispõe sobre o Registro de Entidades de Guardas Comunitárias e Profissionais Autônomos de Segurança Comunitária de Rua e dá outras providências", de autoria do Deputado Gabriel Picanço; Projeto de Lei nº 023/17, que "dispõe sobre a prioridade no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abusos físicos, bem como a conselheiros tutelares e comissários das Varas da Infância e Juventude, em todas as unidades da Polícia Civil do Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria do Deputado Renato Silva, Proposta de Emenda Constitucional nº 01/19, que "dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Roraima"; de autoria de vários Deputados; e do Projeto de Lei Complementar nº 01/19, que "Dispõe sobre critérios de distribuição do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, revoga a Lei nº 010, de 11 de setembro de 1991, a Lei nº 046, de 15 de setembro de 1993", e dá outras providências, de autoria do Deputado Jalser Renier

Solicito ao Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum regimental para deliberação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira –** Não há quórum regimental, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves –** Não havendo quórum regimental para deliberação das matérias, transfiro a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão. Passamos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira –** Gostaria de convidar todos que estão nos assistindo neste momento, você que se encontra aqui no plenário desta Casa Legislativa, para amanhã, dia 12, sexta feira, às 9 horas, neste plenário Deputada Noêmia Bastos, participar de uma audiência pública, Deputado Renan, que vai tratar sobre a segurança nas escolas.

Nós temos vividos casos muito sérios no nosso país de atentados dentro das escolas, a citar a escola em Realengo, no Rio de Janeiro, em 2011, a escola da cidade se Suzano, em São Paulo, que, também, teve um massacre trágico naquela instituição de ensino. Aqui em nosso estado, na Escola Estadual Lobo D'Almada, há umas duas semanas, nós tivemos uma inscrição, Deputado Jeferson, deixada em uma carteira, que trouxe uma preocupação grande para os gestores, professores, alunos e pais daquela unidade e a todos nós, enquanto Comissão de Educação desta Casa, ou seja, a inscrição informava um possível atentando que poderia ocorrer naquela escola em uma determinada data. Graças a Deus esse atentado não aconteceu e nunca virá a acontecer, se Deus quiser. Mas isso nos acendeu a luz vermelha da discussão sobre o ponto de vista desse tema. Nós precisamos discutir a segurança nas nossas escolas: Como se dá o acesso de pessoas nas instituições de ensino do nosso estado? Como está a relação interpessoal, psicológica, em um ambiente escolar, envolvendo alunos, professores, gestores e comunidade escolar. Esta discussão, nós vamos promover amanhã em audiência pública, através da Comissão de Educação desta Casa e eu gostaria de convidar você que está nos assistindo pela TV Assembleia, a todos vocês que se encontram aqui neste plenário, para, amanhã, às 9 horas da manhã, discutirmos neste plenário sobre segurança nas escolas. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Renan Filho** – Deputado Evangelista, eu quero lhe parabenizar pela atitude. O que aconteceu em Suzano pode acontecer em qualquer estado da federação. Eu acho que nós, deputados, na pessoa do Senhor, estamos fazendo a nossa parte. Aproveito a oportunidade e convido todos os Deputados estaduais para que nós possamos estar aqui amanhã debatendo um tema de tamanha importância quanto esse que vem acontecendo, infelizmente, nas escolas. A gente não sabe o que está acontecendo, se são os pais, se é a escola, se são os coleguinhas... Eu sou pai, eu fico muito preocupado. Tenho sempre falado para o meu filho respeitar sempre o colega, procurar sempre ter o mesmo respeito que ele tem em casa com os pais, mas isso foge do nosso controle. É um tema que a gente só acha que acontece com o vizinho ou em outro estado, a gente nota que isso acontecia muito nos países de primeiro mundo, mas hoje, no Brasil, isso virou uma realidade e o senhor está de parabéns mais uma vez. Amanhã estarei aqui e faço um apelo para todos os Deputados comparecerem, porque esse tema é de tamanha importância. Estamos falando da vida não só dos nossos filhos, mas sim de todos os filhos que vão todos os dias para a escola e hoje, infelizmente, a gente não sabe se voltam. Então, parabéns e amanhã estaremos aqui.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às dez horas e treze minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 16 de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Ione Pedroso, Jânio Xingú, Jeferson Alves, Lenir Rodrigues, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Renan Filho, Renato Silva, Soldado Sampaio** e **Tayla Peres**.

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ATA DA 2749ª SESSÃO, EM 16 DE ABRIL DE 2019
57º PERÍODO LEGISLATIVO DA 8ª LEGISLATURA
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JÂNIO XINGÚ
(Em exercício)

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima quadragésima nona Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, há quórum regimental para o início da Sessão.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado Evangelista Siqueira para atuar como Segundo-Secretário *ad hoc,* a quem solicito proceder a leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Evangelista Siqueira -** (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum deputado que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 23, de 11/04/19, informando o veto total do Projeto de Lei Complementar nº 002/16, que "acresce o inciso VIII e o parágrafo 10 ao artigo 98 da Lei nº 059, de 28 de dezembro de 1993, e dá outras providências". **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei nº 29/19, de 12/04/19, de autoria do Deputado Chico Mozart, que "obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecer veículo reserva similar, nos casos em que especifica; Requerimento nº 038/19, de 15/04/19, de autoria do Deputado Jânio Xingú, requerendo o desarquivamento e regular tramitação dos Projetos de Lei de sua autoria; Proposta de Moção de Pesar nº 025/19, de 08/04/18, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, pelo falecimento da Senhora Terezinha da Graça Barreto, ocorrido no dia 03/04/19, na cidade de Boa Vista/RR; Proposta de Moção de Pesar nº 026/19, de 08/04/18, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, pelo falecimento da Senhora Lucimar Pereira Rodrigues, ocorrido no dia 02/04/19, na cidade de Boa Vista/RR; Indicação nº 157/19, de 10/04/19, do Deputado Nilton Sindpol ao Governo do Estado, solicitando instalação de uma Delegacia Central no município de Uiramutã, sendo designados equipe e equipamentos necessários para atenção e atendimento ao interior do Estado; Indicação nº 158/19, de 10/04/19, do Deputado Nilton Sindpol ao Governo do Estado, solicitando instalação de um posto avançado do Instituto de Identificação no município de Uiramutã, sendo designados equipe e equipamentos necessários para atenção e atendimento ao interior do Estado; Indicação nº 159/19, de 10/0419, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando, com urgência, implantação de um posto da Polícia Militar na Vila São Silvestre, no município de Alto Alegre; Indicação nº 160/19, de 11/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando manutenção da estrada que liga o município de Alto Alegre à Vila do Taiano; Indicação nº 161/19, de 11/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando reconstrução do bueiro sobre o Igarapé do Salgado, localizado na RR-171, estrada que liga o município do Uiramutã; Indicação nº 162/19, de 11/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando reconstrução e manutenção da ponte da Baixa do Lilás sobre o Igarapé do Lilás, localizada na estrada que dá acesso ao município do Uiramutã; Indicação nº 163/19, de 11/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando reconstrução e manutenção da ponte da Matinha sobre o Igarapé Bom Jardim, próximo ao município do Uiramutã; Indicação nº 164/19, de 11/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando manutenção do bueiro da Serra do Tamanduá, localizado a 16 quilômetros da sede do município do Uiramutã; Indicação nº 165/19, de 11/04/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, solicitando recuperação e manutenção de uma ponte que liga a Comunidade Indígena do Socó, no município de Uiramutã, através da vicinal do Socó; Indicação nº 166/19, de 12/04/19, da Deputada Catarina Guerra ao Governo do Estado, solicitando reforma das pontes de madeira da Vicinal 18, localizadas no município de São Luiz do Anauá; Indicação nº 167/19, de 12/04/19, da Deputada Catarina Guerra ao Governo do Estado, solicitando reconstrução da ponte de madeira da vicinal 19, localizada no município de São Luiz do Anauá; Indicação nº 168/19, de 12/04/19, da Deputada Catarina Guerra ao Governo do Estado, solicitando reconstrução das pontes de madeira da vicinal 16, localizada no município de São Luiz do Anauá; Indicação nº 169/19, de 12/04/19, da Deputada Catarina Guerra ao Governo do Estado, solicitando limpeza do parque aquático do município de São Luiz do Anauá; Indicação nº 170/19, de 12/04/19, da Deputada Catarina Guerra ao Governo do Estado, solicitando reforma do Ginásio de Esporte do município de São Luiz do Anauá; Memorando nº 025/19, de 11/04/19, de autoria do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 11 de abril do corrente ano; Memorando nº 058/19, de 11/04/19, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, solicitando alteração nos registros desta Casa Legislativa, inclusive no painel eletrônico do plenário, do seu nome parlamentar: de Nilton do Sindpol para Nilton Sindpol.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart -** Senhor Presidente, não temos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação, em primeiro turno, das seguintes proposições: Proposta de Emenda Constitucional nº 001/19, que "dá nova redação ao art. 40 da Constituição do Estado de Roraima, de autoria de vários deputados; Projeto de Lei Complementar nº 001/19, que "dispõe sobre critérios de distribuição do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, revoga a Lei nº 010, de 11 de setembro de 1991, a Lei nº 046, de 15 de setembro de 1993, e dá outras providências, de autoria do Deputado Jalser Renier. Em turno único: Projeto de Lei nº 021/17, que "autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros para despesas de custeio às prefeituras municipais que possuem máquinas e equipamentos agrícolas e que os destinem para desenvolvimento da infraestrutura rural e da agricultura familiar, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Projeto de Lei nº 045/17, que "dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar; de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 167/17, que "dispõe sobre o registro de entidades de guardas comunitárias e profissionais autônomos de segurança comunitária de rua e dá outras providências, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; Projeto de Lei nº 023/19, que "dispõe sobre a prioridade no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abusos físicos, bem como a conselheiros tutelares e comissários das varas da infância e juventude, em todas as unidades da Polícia Civil do estado de Roraima, e dá outras providências", de autoria do Deputado Renato Silva.

Suspendo a Sessão, pelo tempo necessário, para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 001/19, Projeto de Lei nº 021/17, Projeto de Lei nº 045/17, Projeto de Lei nº 167/17, Projeto de Lei nº 023/19 e a Comissão Especial possa analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 001/19.

Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú –** Dou por reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, não há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú –** Não havendo quórum regimental para deliberação das matérias, transfiro a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às dez horas, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 23 de abril, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jânio Xingú, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Nilton Sindpol** e **Tayla Peres**.

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTOS E LAZER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007 /19

Convocamos os Senhores Deputados Membros desta Comissão: **Angela Portella Lenir Rodrigues, Tayla Peres e Gabriel Picanço** para reunião desta Comissão no dia **25 de abril do corrente, após Sessão Plenária** no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, para tratar de assuntos de interesse desta Comissão.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2019

Evangelista Siqueira
Presidente da Comissão.

.

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
RESOLUÇÃO N° 004/2019

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às onze horas, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas (Plenário), desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, duzentos e dois, realizou-se a reunião da Comissão Especial Externa, Criada nos termos da Resolução n° 004/2019, "destinada a acompanhar as questões atinentes aos servidores da CODESAIMA – Companhia de Desenvolvimento de Roraima, aos servidores da CERR - Companhia Energética de Roraima, bem como os problemas relacionados aos terceirizados do Estado de Roraima". Presidiu a Audiência Pública, o Senhor Deputado **Nilton SINDPOL**. Por determinação do Presidente, esta Ata será transcrita na íntegra.

ABERTURA:

O Senhor Presidente **Deputado Nilton SINDPOL** – Bom-dia, faço a abertura da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução n° 004/2019. Solicito à Secretária desta Comissão que proceda à verificação de *quórum* regimental.

A Senhora Secretária **Ediângela Maria** – Há *quórum,* Senhor Presidente.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Havendo *quórum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão que faça a leitura da Ata da reunião anterior

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu solicito a dispensa da leitura da Ata, porque é Ata de instalação, de cujo teor nós já temos conhecimento, foi apenas a instalação da Comissão, com a definição de Presidente, que é o Deputado Nilton; o Deputado Renato é o Vice-Presidente, e o Deputado Soldado Sampaio é o Relator. Nós somos Membros: Deputados Coronel Chagas, Jeferson Alves, Renan Filho e eu.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Coloco a Ata em discussão, em votação, não havendo retificação dou por provada a Ata.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – A Pauta da nossa reunião tem por objetivo tratar de assuntos de interesse desta Comissão, relacionados a questões referentes aos empregados da CERR(Companhia Energética de Roraima); CODESAIMA(Companhia de Desenvolvimento de Roraima) e das terceirizadas. Nós vamos buscar intermediar para que esses conflitos, Deputada Aurelina, essa falta de informações, na realidade, sejam sanados. Queremos registrar a presença dos concurseiros do Concurso da Polícia Militar. Eu passo a palavra aos Membros da Comissão e aos nossos convidados.

O Senhor **Francisco Figueira –** Presidente Nilton, cumprimentando Vossa Excelência, cumprimento todos da Mesa. Presidente, nós trazemos aqui, como representante dos funcionários efetivos da CODESAIMA, um fato novo, que se deu neste dia vinte e sete, quando fomos informados pelo Presidente, nomeado pelo Governador Antonio Denarium, que era para os nossos oitenta e oito funcionários, que estavam com o contrato suspenso, assinarem um aviso prévio, mas o Sindicato recomendou que não o assinassem porque iríamos buscar medidas que sanassem aquela situação, pois não poderiam, naquele momento, demitir bruscamente oitenta e oito pais e mães de família. E, porque não foi apresentado, naquele momento, nenhum critério para que ocorresse aquela demissão, simplesmente só houve a comunicação do fato, e queriam que, simplesmente, cada funcionário fosse assinar o seu aviso prévio e, posteriormente, a demissão. Buscamos junto ao MPT conversar e explanar o que foi ocorrido nesse dia vinte e sete, pela manhã, na CODESAIMA, quando o MPT ficou com o compromisso de pedir informações sobre o fato. Na reunião com Vossa Excelência na tarde desse dia vinte e sete, o Senhor pôde ouvir os nossos funcionários em relação à disposição que eles têm em continuarem em qualquer outra função no Estado, mas mantendo aí o seu vínculo empregatício. Sabemos que a conjuntura do país e do Estado de Roraima, em relação a emprego, não está fácil, nós queremos manter os nossos empregados em atividade, até porque eles mantêm as suas famílias, enquanto buscamos aqui um meio de solucionar isso, pedindo apoio desta

Comissão para que levem ao Governador essa disposição dos nossos funcionários de estarem exercendo outra atividade onde eles podem ser remanejados, pois eles têm aptidão, têm conhecimento para exercerem outras atividades dentro do Estado. O Governo contrata milhares de cargos comissionados, nós vemos toda semana a publicação de nomeações de cargos comissionados, por que não utilizar essa mão de obra que entrou por mérito? Afinal eles prestaram Concurso. Neste sentido, ressalto aqui, o que um funcionário, ontem, resumiu. Segundo suas palavras, ele teve que eliminar cerca de cinquenta candidatos para conseguir a vaga, isso é mérito, ele estudou, teve a capacidade de estar à frente de cinquenta para ter a sua vaga. Neste momento, pedimos que esta Comissão atenda à nossa reivindicação para que possamos estar buscando meios, quando existem outros meios, que não seja a demissão para esses oitenta e oito funcionários. Já foi utilizado um remédio no Amapá, que foi a utilização dos funcionários de Empresas de Economia Mista, dentro de um quadro em extinção do Governo do Estado, para que eles pudessem exercer outras atividades dentro do organograma estatutário. Estamos, pois buscando junto à Comissão, junto ao Governo do Estado, a sensibilidade de resolver o problema, e não, simplesmente, criar outro problema, nós sabemos, também, que isso tudo foi criado em decorrência do fechamento do Matadouro Frigorífico do Estado de Roraima (MAFIR), que teve as suas atividades suspensas, e o Governador embarca nessa situação e, simplesmente, não dá outra solução a não ser fechar o MAFIR e, simplesmente, demitir esses funcionários. A busca, aqui, é pela solução para esses oitenta e oito que estão com o seu psicológico abalado. Pedimos, aqui, ajuda dos Parlamentares e que esta Comissão, realmente, venham dar uma solução e um acalento para essas famílias.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Obrigado, Presidente Francisco, algum Deputado deseja fazer uso da palavra? Vamos, agora, passar a palavra a uma representante das empresas terceirizadas, nós queremos saber como se encontra a real condição de vocês, por exemplo, há quantos meses estão sem receber o salário, e quais as informações que essas empresas repassam para vocês? O que chegou ao nosso conhecimento é que a empresa diz que o Estado não está efetuando o pagamento e, por consequência, não paga os empregados, por outro lado, o Estado, em algum momento, disse que fez o pagamento da empresa, mas se essa não faz o pagamento dos servidores não é culpa do Estado. Nós precisamos saber, realmente, quem fala a verdade e dê os esclarecimentos devidos, obrigado.

A Senhora **Keith Marrone –** Bom-dia, senhores Deputados, presentes e demais convidados. A real situação é que nós terceirizados estamos há oito meses sem receber, já entrando no nono mês de dois mil e dezoito. Referente ao mês de janeiro, ele pagou um mês, que foi o de janeiro, e os nove meses ele colocou "debaixo do tapete". Tivemos uma reunião com ele, onde ele fez um acordo dizendo que iria pagar o salário referente ao mês de janeiro, e os demais meses, segundo ele, não tinha como pagar porque a dívida não era dele. Eu questionei, dizendo que nós sabemos que foi sua promessa de campanha conosco, terceirizados, honrar o compromisso. Nós também não servimos ao Governo da Suely Campos, mas ao Governo do Estado. Essa dívida é, sim, do Governo do Estado, o Governador não pode nos deixar no esquecimento, nós somos pais e mães de família que saímos do nosso lar todo dia de manhã para trabalhar, onde todo dia somos cobrados: se não chegarmos ao local de trabalho levamos falta e, sem receber. Estamos aqui para questionar porque, no dia vinte e seis, o Governador publicou uma nota dizendo que todas as terceirizadas estavam em dia, mas não estão em dia. Temos um histórico de pagamento: ele pagou o referente ao mês de janeiro, e foi somente a educação, mas existem as firmas da saúde cujo pagamento ele efetuou. Não fomos nós, nós somos educação. Quando ele diz que pagou as firmas terceirizadas, ele quer dizer que foram todas, mas não foram, nós que prestamos serviços à educação só recebemos o mês de janeiro.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Por gentileza, Keith, gostaria de saber, se é a mesma empresa que fornece o serviço ao Governo do Estado? Só que tem os empregados que estão nas secretarias, não é?

A Senhora **Keith Marrone –** São contratos diferentes, tem educação e saúde, é isso que ele não especifica, na reunião em que ele lança para dizer que fez o pagamento das firmas terceirizadas.

Então, fica como se fossem todas as firmas, mas não foram. Nós prestamos serviço para a educação, os da saúde foram os que já receberam. Estamos

aqui, hoje, para resolver essa situação porque não aguentamos mais, Deputado Jéferson, são oito meses doloridos, sofridos, não estamos batendo em portas para pedir esmolas, estamos pedindo "socorro", vocês podem nos ajudar, são as pessoas certas para pedirmos ajuda neste momento, quando um fica "jogando" para o outro. Nós sabemos que esse pagamento não foi efetuado, nós precisamos receber. Tem pessoas que moram de aluguel que estão com mais de oito meses sem pagá-lo, estão morando "de favor", tem pessoas que têm filhos com necessidades especiais, que precisam de remédios, mas não podem mais tomar, a saúde está sendo prejudicada. Eu tenho uma filha nessa situação, por causa desses oito meses a minha filha está sendo prejudicada porque eu não posso dar o remédio que ela tem que tomar, ela não pode tomar leite que ela necessita, porque eu não tenho mais condições de comprar. Estamos em uma situação constrangedora e sofrida. Estamos aqui pedindo socorro de vocês para que venham rever essa situação, rever e resolver. Muitos Deputados falam que sabem da situação, queremos que, hoje, vocês resolvam, não somente queiram saber sobre a situação, mas também que resolvam.

A Senhora **Patrícia Ribeiro Rodrigues** – Bom-dia, sou da HAIPLAN, e para a HAIPLAN não foi repassado nada, só foi repassado para LIPONGE referente ao mês de janeiro, para a HAIPLAN não foi nenhum centavo. Nós estamos sem receber mesmo, teve um repasse que foi para a HAIPLAN, só que saúde, educação, zero. Então nós queremos que vocês não fiquem só na palavras, mas sejam de ações também. Nós acreditamos no poder que vocês tem e também no Poder Executivo pra que possam nos ajudar porque nós estamos nas escolas todos os dias, como agora também, a educação está perseguindo funcionários, cobrando "a risca" os terceirizados.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Por gentileza, há quantos meses a HAIPLAN SAÚDE está sem receber?

A Senhora **Patrícia Ribeiro Rodrigues** – Eu não sou da saúde, sou da educação.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Ele só pagou a HAIPLAN SAÚDE, não é?

A Senhora **Patrícia Ribeiro Rodrigues** – Só pagou HIPLAN SAÚDE, LIPONGE EDUCAÇÃO mês de janeiro, para HAIPLAN EDUCAÇÃO ele não pagou. Estamos sem receber há oito meses, e à LIPONGE só foi repassado para pagar o mês de janeiro, que é referente ao mês em que ele assumiu o Governo. O resto da dívida ele colocou em Restos a Pagar, sendo também que nós fomos na Educação porque nós, como Comissão, vamos averiguar os fatos, pois, temos um povo lá na Tenda que é o nosso povo terceirizado. O Deputado Renan, que é nosso amigo companheiro, tem estado conosco suprindo nossas necessidades maiores, ele sempre leva uma ajuda para nós, ele conhece a real situação. Nós estamos lá reivindicando nossos direitos, como nós três já fomos na Educação e as notas da HAIPLAN foram canceladas. Então, como eles podem cancelar as notas, se elas já foram liquidadas, empenhadas e auditadas? Antes, ele dizia no jornal que tinha de haver auditoria e tudo, isso tudo aconteceu, por que na hora de pagar não pagaram nenhum centavo? Sem contar que é crime cancelar notas que já foram penhoradas e que já foram liquidadas. Nós pedimos que vocês, do executivo, estejam conosco, o Deputado Renato também. A todos que fazem parte desta Comissão, nós pedimos agilidade no pagamento dos nossos salários, pois trata-se de mães e pais de família que necessitam receber. Agora, imaginem se vocês ficarem um mês sem receber, vocês não irão poder arcar com as despesas de vocês. E olha, que o salário de vocês é maior do que o nosso.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Por gentileza, Patrícia, qual foi o ultimo mês que vocês receberam o pagamento?

A Senhora **Patrícia Ribeiro Rodrigues** – Eu recebi o mês de agosto de dois mil e dezoito, HAIPLAN EDUCAÇÃO. Ás vezes, igual àquele primeiro repasse que teve agora em janeiro, de um milhão, novecentos e oitenta mil, duzentos e dezessete reais. Então, o dinheiro que foi para a conta da empresa ainda teve desconto, eles têm descontos de impostos, sobrou um milhão quinhentos e sessenta e dois mil para pagar todos os funcionários da LIPONGE, para a HAIPLAN não teve nenhum pagamento, estamos sem receber, estamos vivendo de doações quando a população nos

ajuda é quando um leva uma coisa ou outra. Nós pedimos agilidade e, também que a Comissão possa ir até o Secretário da SEFAZ (Secretaria da Fazenda), na Secretaria de Planejamento e Finanças para averiguar, de fato, o que está acontecendo. Nós merecemos uma resposta, também merecemos nosso pagamento o quanto antes.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Obrigado, Patrícia Rodrigues, gostaria de passar a palavra ao representante da CERR (Companhia Energética de Roraima), por gentileza, Gissélio, faça um resumo de como se encontra a situação dos empregados da CERR.

O Senhor **Gissélio Cunha** – Bom dia, Senhores Deputados; bom dia à Deputada Aurelina e aos demais presentes. O Sindicato dos Urbanitários representa os empregados do setor de saneamento e energia do Estado de Roraima, são quatro empresas CAERR, CERR, RORAIMA ENERGIA e a ELETRONORTE. Nós temos uma demanda envolvendo os empregados da CERR. A gente sabe que, do setor energético de Roraima, no final de dezembro de dois mil e dezesseis, o Governo Federal tirou a concessão da CERR que atendia os quatorze municípios do interior e centralizou a concessão na BOA VISTA ENERGIA, paralelamente "startou" o processo de privatização, tivemos isso na mídia, tivemos até Audiência Pública aqui na Assembleia Legislativa, o Sindicato lutou muito contra a privatização, mas o Governo conseguiu privatizar a empresa. A empresa foi privatizada em dezembro do ano passado, a Oliveira Energia. O Governo do Estado tem de dar um direcionamento a essa empresa que, durante décadas, vem prestando serviços ao Estado. A CERR tem uns quinhentos empregados, são vários tipos de contratos de trabalho, mas o ponto central aqui da discussão são os concursados. Existem, aproximadamente, cento e oitenta empregados efetivos, existia um Projeto de Lei, uma PEC(Projeto de Emenda Constitucional) em andamento, esperávamos que fosse convertida em Emenda Constitucional, mas não foi possível. Estamos aguardando agora um posicionamento do Governo do Estado em relação aos empregados concursados da CERR. Nós vimos o tratamento que o Governo deu em relação aos empregados da CODESAIMA, a ameaça de demissões é constante, demissão de todos os empregados. Nós vemos que o Poder Executivo atual deixa desejar em relação ao pessoal da Administração Indireta. Pedimos apoio ao Poder Legislativo que, como colocou o Francisco, agora há pouco, existe uma situação semelhante no Amapá quando todos os empregados da Administração Indireta foram transferidos para a Administração Direta. Só depende de vontade política para resolver essa situação. A empresa CERR, paralelamente a isso, tem boa parte do seu corpo técnico, são empregados contratados nos anos de 1992 e 1996, a empresa está devolvendo, demissão em massa. Está saindo nos meios de comunicação que os empregados estão sendo demitidos sem, nem ao menos, a multa do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Tem empregado demitido no dia trinta e um de dezembro, empregados com câncer em estágio avançado, no nível cinco. Nós temos que interceder, só ontem, vinte e sete de fevereiro, que conseguiu sacar o FGTS em função da atuação do Sindicato. Queria pedir ao Poder Legislativo que acompanhe as ações do Poder Executivo do Estado e que dê um direcionamento, inclusive, o Deputado Soldado Sampaio, nos ajudou bastante na questão do Projeto de Lei para levar o pessoal da Administração para outra Secretaria do Governo. Devido à situação da privatização, o Ministério de Minas e Energia determinou que a empresa deveria entrar em fase de extinção, mas isso depende do Governo do Estado dar um direcionamento aos seus empregados, obrigado.

O Senhor **Francisco Figueira –** Gostaria de informar também que isso não irá gerar ônus para o Estado porque esses funcionários, tanto da CERR quanto da CODESAIMA já estão contidos na folha de pagamento do Estado, é o Estado que paga. O Projeto de absorção desses funcionários, hoje, não geraria ônus, porque o Estado já paga esses funcionários, só iria absorvê-los.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** - Pessoal, nós concordamos aqui que seria uma pessoa falando por vez, no caso das terceirizadas, na questão da CODESAIMA e CERR. Nós iremos, depois, ouvir a questão dos concurseiros da Polícia Militar, Deputada Aurelina, é uma outra situação que não faz parte do objeto desta Comissão. Passo a palavra ao Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio –** Bom-dia a todos, aos Membros da Comissão. Quero pedir desculpas pelo atraso e, também, pela saída antecipada, porque eu também estou como Relator da Comissão de Direitos Humanos, na questão venezuelana, estou recebendo no meu Gabinete uma equipe de televisão de fora do país que está aguardando para me entrevistar sobre o que falei na última reunião, estamos vivendo um momento de retrocesso no país, essa leitura de política nós temos, isto em nível de Estado e em nível Federal,. Tão ruim quanto a crise na Venezuela é a crise enfrentada aqui pelos servidores em novembro, dezembro, outubro sem salário, quando enfrentamos aquele caos, sofremos intervenção, algo nunca ocorrido no país, essa é a solvência econômica que estamos vivendo hoje no nosso Estado. Essa crise não mudou, apenas "virou o calendário", Francisco, e ela vai continuar e pendurar ainda por um ou dois anos, não tenha dúvida disto. Não vamos nos enganar, por mais que aperte de um lado ou de outro não será o suficiente para dar uma solução. É preciso que o Governo encontre um caminho menos doloroso nesse processo. Não

estou de acordo que esse ônus seja arcado, simplesmente, pelo servidor púbico, é o que vem ocorrendo, estamos vendo o "preço" disso sendo colocado nas "costas" do servidor público, tanto em nível nacional como de Estado. Nada mais prejudicial pra um trabalhador do que essa Reforma da Previdência, em especial, Deputada Aurelina, que é da Comissão de Agricultura, para um agricultor rural, para um professor ter seu direito retirado. Essa é uma tônica dada pelos Presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro, aqui, está se seguindo a mesma linha, mas ninguém percebeu isso no Processo Eleitoral, estamos "chorando o leite derramado". Preparem as "costas" do Sindicato para irem às ruas fazer enfrentamento em todos os âmbitos, essa é a leitura, tratando aqui, principalmente, do Estado de Roraima, o Governo hoje chama para um debate e, pelo menos, conosco, tem "colocado os números na mesa": "olha, está aqui, não tenho dinheiro", pelo menos tem sido assim a tônica do Governo Denarium nesse sentido. "Eu abro a conta do Governo, olha o que eu já paguei, o que eu não paguei, aqui está a quantidade de Cargos Comissionados que tinha e quantos eu cortei, estou aqui apresentando a Reforma Administrativa". Esse é o tom, e ele, com um argumento forte, que são números. Não tem força política para discutir o Orçamento dos Poderes, não está sendo cumprido, por parte do Governo Federal, a renegociação da dívida, que é de vinte e cinco milhões, até agora continuam descontando como se não houvesse essa renegociação da dívida. Então, nós estamos hoje com o "lençol curto", como gerenciar essa questão para manter o direito dos servidores efetivos terem os salários em dias, Deputada Aurelina. O Governador Denarium, pelo jeito, não quer fazer a tônica da Ex-Governadora Suely Campos que tinha dificuldades, não pagava os encargos e "empurrava para debaixo do tapete" as dívidas da Previdência, do IPERR(Instituto de Previdência de Roraima), pagava somente a folha líquida e não pagava o bruto, deixando, inclusive, a parte mais vulnerável com menor poder de pressão de fora, que são as terceirizadas de fora, "bota nas costas do empresário", e o empresário sem repassar o salário dos servidores. Eu fiz apenas uma análise da situação, como um todo, não dá para olharmos, especificamente, só para o problema da Polícia Militar, que eu a defendi, fiz a indicação para o concurso. Aurelina me criticou, mas no fundo apoiou também, sabe que precisa, mas, sabemos que, hoje, no orçamento da polícia militar faltam quarenta milhões para fechar a folha de pagamento, quando olhamos o orçamento, de fato, sabemos que não cobre. Essa é a situação que temos que saber como enfrentar a questão, através de diálogo. Pergunto para o Gerson, aqui, é possível nós absorvermos os servidores da CODESAIMA? Sim, é possível encontrar um entendimento. Vamos, Presidente, já chamar a proposta do senhor Relator, se a maioria concordar e assinar, para convocarmos o Presidente da CODESAIMA, chamar o Conselho para sabermos quantos Cargos Comissionados tem lá, o que está ocorrendo, porque primeiro os efetivos, porque a extinção do MAFIR, qual é a tônica? É questão econômica? É interesse empresarial por trás, precisamos saber disso. Eu pedi, recentemente, do pessoal da CODESAIMA que me trouxesse uma relação da formação e qualificação desses servidores, para que nós pudéssemos argumentar com o Governo, absorver esses servidores em outra função, podemos trazer a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que aprovamos, mas ainda não foi, de fato, aplicada. Não está sendo aplicada, e quem está perdendo é o Governo, porque está pagando o servidor para ficar em casa, podia estar
usando esta mão de obra qualificada em outras funções, digamos que o servidor lá de Caracaraí está pronto para ser o vigia de uma escola, ele entra em um quadro de extinção, com a preservação dos seus direitos. A Deputada Aurelina que briga muito para a criação, e é urgente e necessária a criação da ADATERR (Assistência Técnica e Extensão Rural), podemos ver o que tem de pessoas qualificadas, por exemplo, eu conheço o Senhor Frazão, que é concursado, é, se não me engano, engenheiro agrônomo, que está lá no MAFIR, vai ser muito bem absorvido; a FEMARH também precisa de técnicos, é preciso encontrar uma saída agora. Essa saída, Gerson, assim como o Francisco, já fui muitas vezes para o "balcão de negociação", ás vezes, sem a informação. Você é "desbancado" na negociação, se você não tiver com clareza as informações necessárias. Que tem uma crise tem, é fato, o Denarium tem esses números prontos, ele não fez outra coisa neste tempo todo a não ser levantar o endividamento do Estado, demonstrar o quanto está faltando e, amparado pela Lei Federal, precisa baixar as despesas com pessoal. A prova disso é que está ganhando, inclusive, na justiça. A questão da CODESAIMA, seu histórico, pelo que sei, havia uma contratação enorme para a CODESAIMA, sempre foi um cabide de emprego para se fazer os "arrumadinhos" políticos no passado. O Ministério Público do Trabalho percebeu isso, disse: "já que tem, porque não fazer concurso?", elaborou um processo junto à CODESAIMA para, praticamente, obrigá-la a fazer concurso público. A CODESAIMA fez o Concurso Público pra enganar a justiça, depois a justiça obrigou a convocação e a posse. É o que ocorre hoje, essa mesma justiça tem de se manifestar, não pode "fechar os olhos" "vou aceitar a demissão desses servidores, mas não estou fazendo nada com os Cargos Comissionados que continuam na CODESAIMA". Eu entendo que só se pode demitir o primeiro efetivo quando demitir o último comissionado. É preciso ter essas informações, de fato, para que possamos colocar essa questão; o outro caminho é o entendimento político. Todos nós, os Deputados, que estamos aqui devemos ter essa conversa com o Governador, sensibilizá-lo a buscar outras saídas, mas o que podemos colocar é isso, se preparem trabalhadores do Brasil, de Roraima, estamos em um momento de retrocesso nos direitos dos trabalhadores neste país, em todos os sentidos da Reforma Trabalhista, da questão da Reforma da Previdência, do fim da estabilidade no serviço público. Tem gente que sonhava em ser servidor público, mas hoje está sendo extinta a estabilidade do serviço público, não tem mais essa segurança de ser servidor público, está instável e inseguro. Essa é a leitura que nós temos neste momento. Eu acho que, Deputado Nilton, para encaminhar, eu gostaria que a gente pegasse, de fato, essas informações, a qualificação, o nome de cada servidor, de preferência, nos informasse como se deu esse processo. Temos que chamar, para conversar, o Ministério Público do Trabalho, que foi o "pivô" disso tudo desde o início, fez a efetivação do Concurso, chamá-lo para ver seu posicionamento, porque ele criou a situação, ajudou, mas não pode ficar no meio do caminho. Chamar o Presidente da CODESAIMA, exatamente com o Conselho; chamar o Secretário da Fazenda, de fato, mas trazermos o Relator do Orçamento do Estado, da proposta, para ver o que tem previsto para a CODESAIMA, para ver, de fato, se havia essa previsão da contratação de vocês dentro do Orçamento da CODESAIMA, enfim encontrar saídas, entendeu? Essas saídas se dão no campo da mobilização, no campo da justiça e se darão no campo político, essa é minha proposta, senhor Presidente. Eu posso, até, ir lá e voltar, se o Senhor me liberar, eu vou e volto rapidamente para a continuidade da reunião.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Eu vou ceder esse espaço para a Deputada Aurelina fazer sua fala, e vou aguardar.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Bom dia a todos, essas reuniões é sempre bom que façamos à tarde, porque tem bastante tempo e não tem sessão. Eu queria dizer que, às vezes, eu sou muito dura em meus posicionamentos. Eu acho que política não é mentira, nem é enganação nem promessa sem compromisso. Eu tenho mais de vinte anos de política, eu aprendi isso, eu não aprendi a me eleger prometendo o que eu não posso dar, até um emprego, quando me pedem, eu digo "se eu puder eu lhe consigo". Tudo que vocês disseram aqui, eu sei, eu não sou Deputada de ficar sentada dentro de um Gabinete sem saber o que estou fazendo, e quando foi dito aqui que eu sempre contestei, eu sempre contestei a ilegalidade dessas coisas que estão acontecendo hoje. Eu
previa que o Estado não pagaria a folha em março de dois mil e dezoito, eu votava, porque vinham os sindicatos, eu "corria" até a Governadora Suely, trazia o Plano de Cargos com um ou dois Deputados, chegava aqui nós aprovávamos em uma hora, sem ler. O Francisco sabe disso, quem era de Sindicato da época sabe disso também. Eu dizia para todos que isso iria acontecer, vai acontecer, porque eu não via outra saída, não é que eu seja chata, eu sou muito realista. Um dia desses, eu fui na Rádio Folha, ouvi até o Francisco falando. Mas o primeiro convite que eu queria sugerir a vocês, representantes de Sindicatos, como sou Membro da Comissão de Orçamento, o Renato Silva é também, para sentamos com quatro ou cinco pessoas para olhar esse orçamento do Estado, item por item, discuti-lo, porque é uma "carga" em nossas cabeças, parece que não, mas é, se vocês pegarem a análise que eu fiz do orçamento, eu tenho aqui, mês a mês a dívida da LIDAN (Comércio Representação e Serviços), da (inaudível), da HAIPLAN, da LIPONGE, do transporte escolar, eu tenho, mês a mês, a relação nominal. Exceto algumas dívidas da saúde e educação que não cheguei a ir em todas as secretarias porque nem todas tinham ainda despesas de restos a pagar, dividas de exercícios anteriores. Foi no final do ano que eu fiz isto aqui, mas a gente conhece essa situação. Eu queria dizer que naquele dia da saúde, eu não sei quem estava aqui, eu disse que não estava aqui porque (inaudível) e, afirmaram, eu não paguei em janeiro e mostraram-me, tinham dito, a saúde não está atrasada, até pediram ajuda, porque os empresários ficam chantageando e a gente pagou. Ontem estive lá para ver, diante daquela nota, que não especifica quem e nem que mês, eu não fui ainda saber, porque foi ontem à tarde, eu não fui, não deu tempo. A gente sabia disso, o que eu lamento, vocês assistiram no caso dos concursos, a justiça obrigar a continuar o concurso, e no outro dia voltar atrás, por que voltaram atrás? Porque, quando eles vão proferir uma sentença chegam à conclusão que deve ser feito concurso, depois vão ver que eles não podem obrigar a fazer o concurso, porque há uma Lei "maior", se ele não tiver dinheiro para isso... aí "brincam" com todo mundo. A verdade é essa, dizendo que pode ser feito o concurso, mas depois volta

atrás. Nós aqui é que ficamos com esse "peso", não pensem que algum Deputado aqui seja contra concurso, seja a favor de demissão. Eu conheço essas meninas aqui há muito tempo, a gente anda em bairros, conhecemos a vida, não tem nenhuma aqui que esteja a favor disso. A gente fica ali no Plenário e, muitas vezes, nem olhamos para trás, porque o pessoal xinga, grita, como se a gente tivesse poder, eu já ouvi, por exemplo, algumas coisas que eu vou dizer aqui: a Keith disse que eles vieram resolver hoje, mas não dá pra resolver hoje. Nós somos Legislativo, e não Executivo, temos obrigação de fiscalizar o executivo, e não deixar fazerem o que foi feito, se nós erramos cabe a avaliação de cada um, mas tinha uma pressão popular também para fazer, para que se fizesse o concurso, para vir, para que tivesse o PCCR (Plano de Cargos Carreira e Remuneração). Aí eu comecei a analisar o orçamento aqui, quando nós fazemos a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), nós fazemos em maio. Chega aqui uma previsão de receita sobre o que o Estado vai ter para gastar em dois mil e dezenove, só que essa previsão ainda é uma estima porque eles previam um PIB (Produto Interno Bruto) de três por cento, e só foi um ponto, dois, eles previram um IPCA de quatro e meio, mas só foi de três e meio. Não veio pra cá a LOA (Lei Orçamentária Anual) com essa correção. Então, temos uma Receita superestimada de quase três bilhões e oitocentos, quase três bilhões e novecentos, e temos uma despesa que dá o dobro disso. Quando nós fomos analisar, cadê o dinheiro da folha? Ai o que um planejamento equivocado faz, antes de mandar para a Assembleia, eles mandam para cá dizendo "eu só tenho três bilhões e novecentos. Então vou cortar aqui muitas coisas, o que dá para cortar", aí vêm faltando cento e oitenta e quatro milhões para a folha da saúde, foi quando chamaram mil e quinhentos servidores da saúde, mas não tinha dinheiro para pagá-los. Quando eu fui levantar pagamento de consignados, porque muita gente está no SERASA, muita gente teve descontado do seu salário em dois mil e dezesseis, dois mil e dezessete, dois mil e dezoito, hoje tem "trezentos milhões" de dívidas nos bancos dos consignados, dos empréstimos. Você vai levantar os terceirizados, e eu levantei, só nesses três anos, tem noventa e três milhões para pagar de empresas terceirizadas: Atlântica, Cometa, um monte. Você começa a se apavorar porque o contrato quando vem pra cá não passa pelo Legislativo, sobre quantas pessoas têm, isso não passa por nós, isso é competência do Executivo. Tem coisas assim que eu tenho ouvido muito "chegaram duzentos e vinte
e cinto milhões, por que não nos pagaram que somos das terceirizadas?", Porque a terceirizada não é pessoal, o contrato do Estado é de serviços, você contrata uma empresa para prestar serviços ao Estado. Quando veio aquele recurso foi específico para pagar o servidor efetivo. Então, fica todo mundo dizendo "vieram doze milhões, veio não sei quanto", mas não veio recursos para pagar servidores efetivos, o Estado tinha efetivo atrasado desde agosto, (inaudível), não estou dizendo que o Estado tem de dar calote, porque isso é crime. Ninguém pode dizer que não vai pagar dívida do Estado, eu disse isso para o General. Calote não existe, é dívida do Estado, não é da Suely nem do Anchieta nem de ninguém, a dívida é do Estado, tem de ser reconhecida. Quando saiu aquele Decreto eu fiquei meio apavorada, mas ainda bem que tiveram consciência para dizer: nós estamos cancelando, não pode cancelar nota, é crime, tem nota cancelada. Eles irão fazer um Processo de reconhecimento de dívida, tem de ter. Se não pagar é calote, ninguém pode dar calote em dívida que foi feita, você teve uma liquidação, foi atestado o serviço. A questão desse recurso que veio, não veio pra serviço, ainda conseguiram vinte e cinco milhões e pouco para os municípios que estavam sem receber ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), eram duzentos mais vinte e cinco. Eu ouvi o Governador dizendo que ia tentar pagar janeiro, que ia reduzir cinquenta por cento dos terceirizados, que não podia pagar agora. Isso eu ouvi. Agora, se ele disse que ia pagar com esse dinheiro, aí ele se equivocou, porque , na verdade, o dinheiro não deu para pagar o mês de dezembro, sobraram dez milhões e pouco. Ele pagou o mês de dezembro com o dinheiro do FPE (Fundo de Participação dos Estados) o do dia dez de janeiro, vinte milhões que o TJ (Tribunal de Justiça) tinha bloqueado, o duodécimo deles, antes de chegar esse dinheiro, ele pediu ao TJ para que abrisse mão do bloqueio e pagou o pessoal da segurança, da Polícia Civil que estava em greve, quando esse dinheiro chegou estavam incluídos esses vinte milhões, que era o dinheiro do bloqueio do TJ, que tinha feito até antecipado, ficaram esses vinte e mais dez e pouco, quando ele pagou o décimo terceiro até novembro. Então, juntou os vinte, que foi que ele tinha cedido, e quando chegou o dinheiro os vinte estavam incluídos, porque o TJ fez o acordo, liberou antes para pagar a Segurança, para que ela saísse de greve. Então ficaram esses vinte que contabilizaram dessa forma mais dez e pouco, não dava para pagar todo mundo, o Governador juntou com o FPE de janeiro, dia 10, foi quando pagou o mês de dezembro.

A Senhora **Leila Ribeiro** – Com todo respeito, a Senhora conhece toda a situação das terceirizadas, inclusive a nossa, HAIPLAN e LIPONGE, tem várias pessoas que trabalham comigo na escola que foram indicadas para trabalhar na empresa, através da Senhora. Eu gostaria que a Senhora defendesse mais a nossa classe terceirizada do que o próprio Governo, porque o Governo só sabe falar de números para nós, que estamos há oito meses sem receber, isso não interessa, Deputada, já estamos cheios dessa história, porque o Governador já nos recebeu duas vezes, e é só "Ctrl + C e Ctrl + V", com todo respeito a todos que estão aqui presentes, nós aqui queremos resolver a questão dos salários atrasados. Eu não fiz dívida, meus amigos também não fizeram, quando ele veio para a campanha ele sabia como estava o Estado, ele não poderia saber qual era o valor real, mas ele sabia que o rombo estava feio. Para nós não interessa saber se ele está devendo cinco milhões e etc...

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Pois devia interessar.

A Senhora **Leila Ribeiro** – Quando o Governo contratou a empresa sabia que vinha mão de obra, e nós somos contratados para trabalhar para o Governo do Estado, mas não somos reconhecidos como servidores do Estado, contudo mas nós fornecemos serviço para o Estado, Deputada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Vocês são prestadores de serviço, vocês não são servidores do Estado, isso não isenta a responsabilidade do Governo pagar vocês. É a mesma situação que nós temos da CERR e CODESAIMA. A CERR é uma luta de muitos anos de todos nós, talvez você não saiba da nossa luta, porque eu não estou no meio da rua gritando junto com vocês, não é o meu estilo, isto para mim não resolve nada, mas eu sei mais da situação de vocês do que vocês mesmos. Muita gente diz que é minha amiga, eu conheço muita gente, eu conheço a HAIPLAN há trinta anos, desde quando começou, quando não havia nem HAIPLAN nem LIPONGE. A Gilse, a
Gica e a Gerusa são minhas, são trigêmeas do Nordeste. Todo mundo diz que eu tenho uma empresa, não é verdade, é que eu sou acostumada a "correr" atrás para pagar a LIDAN, pergunte ao Daniel, sou acostumada a "correr" atrás para pagar a COMETA, vou atrás para pagar todo mundo, sempre foi a minha função, por isso eu conheço todo mundo. Aqui está a Patrícia, que é minha vizinha, arrumei um emprego pra ela, muitos são assim, muitas vezes, a pessoa vai e diz "arranja um emprego pra mim, eu tenho duas pessoas". Isso acontece muitas vezes, apesar de já dizer nas rádios que já sou dona de empresa, graças a Deus, não sou, senão hoje eu estaria "feito doida" que nem elas estão lá. Eu sempre ajudei, sempre fui atrás de pagamentos, mas, infelizmente, eu disse no começo, que não sei mentir, não sairei daqui para agradar vocês e dizer que amanhã vocês irão receber, não faço isso, se isso tiver que custar o meu Mandato que custe. O que eu posso dizer é que nós estamos lutando. Da mesma forma que eu já ouvi, é preciso que as pessoas se informem, eu vou pegar esse dinheiro da União para passar para ele, quando eu sair daqui vou lá na SEFAZ (Secretaria do Estado da Fazenda) para saber o quê o recurso veio, às vezes, as pessoas falam: eu já ouvi isso na rádio, "os Poderes mandaram cinquenta e tantos milhões, onde estão?", mas não existe dinheiro liberado para o Estado, dos Poderes, não. A gente não disse isso, o Senhor entendeu errado, o que nós dissemos foi que os Poderes teriam para dois mil e dezenove, porque nós não recebemos o dinheiro todo, não. A gente recebe, a cada mês, um duodécimo, uma parte, esse dinheiro não vem de uma vez. Todo mês, dia vinte, segundo a Constituição Federal, vem o duodécimo, esse dinheiro é dividido em doze parcelas, o que aconteceu ai foi que o orçamento dos Poderes daria setecentos e cinquenta e oito milhões para passar dois mil e dezenove inteiro, esse dinheiro é da Assembleia, Tribunal de Contas, Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Ministério Púbico de Contas. Do que os Poderes abriram mão? Ao invés de você ter um orçamento com sete e meio por cento a mais nós iremos deixar o orçamento igual ao do ano passado, vamos abrir mão do reajuste, e isso dá para fazer. Os Poderes ao invés de ter setecentos e cinquenta e oito milhões terão setecentos e quatro de orçamento, mas isso é ao longo do ano. Ninguém está passando para o Governo, ao invés dele mandar o duodécimo de quatorze, vai mandar de doze, de dez, não sei, não fiz as contas, não é dinheiro que foi mandado, é dinheiro que deveria a cada mês. Os Poderes disseram: "para tapar o buraco da crise não teremos aumento este ano, vai ficar o mesmo orçamento do ano passado", mas eu já ouvi "onde estão os cinquenta e quatro milhões dos Poderes que vieram para cá?". É a mesma coisa quando se fala do dinheiro da União, eu vou pegar o documento e vou passar para vocês, ninguém quer que se demita ninguém, eu não sei onde vamos achar saída, mas temos que achar. Quem já leu alguma coisa na rede social, que eu não sou muito de olhar, viu que saiu que o Estado só pode gastar sessenta por cento do que ganha com pessoal. Eu me preocupo hoje em tirar terceirizados para fazer Processo Seletivo, porque Seletivo é para contratação de pessoal, entra na contabilidade do Estado como pessoal, você sabe disso, e o serviço não entra, vai agravar ainda

mais se for Seletivo. E, é o que eu penso. Então, o que nós temos são, sessenta por cento do Estado, destes, seis por cento são do Tribunal de Justiça, do orçamento dele com gasto de pessoal; a Assembleia tem três por cento, o Ministério Público tem dois por cento e o Poder Executivo fica com quarenta e nove por cento do orçamento dele para gastar com pessoal, só que, com essas "doideras" todas, sem olhar para orçamento, o Estado hoje está com cinquenta e três por cento de pessoal. Ele tem dois quadrimestres para se ajustar, é vermos no artigo cento e sessenta e nove da Constituição Federal, está lá, inclusive, como tem que ser feito. Tem de se ajustar em dois quadrimestres ou não receberá FPE nem repasses do Estado, é automático isso, daí estamos com "mãos na cabeça", tem que diminuir. Eu, por exemplo, se fosse gestora, não demitiria, eu reduziria gratificação e outras coisas que desse pra diminuir, tem saídas, não sei qual é, o problema é ficar sem salário, esse é um problema pelo qual o Governo está passando e que nos deixa com "a mão na cabeça" aqui também com esse orçamento "beleza" para aprovar sem saber o que fazer. Neste sentido, estou convidando vocês a olharem item por item, Francisco. Vocês têm de saber disso. Vamos, formalmente, convidá-los, acho que vocês devem conhecer sobre esse orçamento, tem de discutir, é bom que vocês olhem, peguem, discutam, façam contas, deem sugestões, depois passar para todo mundo. A outra coisa que eu queria ver, além disso, é essa questão do pessoal das empresas, quando o Governo criou a ADERR (Agência de Defesa Agropecuária de Roraima) tirou a função de Defesa Sanitária animal e vegetal da Agricultura, eu fui no Ministério Público, conseguimos fazer uma Emenda na Lei deles dizendo como é a função do Estado para o Estado, Administração Direta e Indireta. Nós conseguimos fazer uma Emenda para lá. Hoje a empresa é CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), é um problema que nós temos para cuidar, se você me perguntar como é que vamos resolver eu não saberei dizer. A gente já tentou muito fazer isso com a CERR, mas não é fácil. Nós estamos esperando essa Reforma Administrativa, esperamos até agora sem aprovar o orçamento, porque queremos ver o que vem, somos nós que estamos fazendo, para que nós tenhamos um balizamento. Outra coisa que é importante dizermos aqui, é difícil o Cargo Comissionado, eles custam para o Estado sete milhões de reais, isso não faz "cócegas" na folha de pagamento, não paga a metade do mês das terceirizadas. O grande problema, na Constituição, vou dizer para vocês, vocês são sindicalistas, artigo cento e sessenta e nove diz que quando você ultrapassa a Lei de Responsabilidade Fiscal você começa a demitir vinte por cento dos Cargos, porque ninguém vai ser Diretor de escola, de hospital, Chefe de setor sem gratificação, mas alguém diz: "eu vou!", e você pergunta: "você é efetivo?" e ele responde "não", Então você só pode ir com Cargo, isso é próprio do sistema brasileiro tem que ter. Ninguém vai assumir uma responsabilidade em um Cargo de chefia, assinar, pagar, "virar a noite e dia" se não tiver gratificação, isso é próprio do sistema do Brasil também. Se tirar tem que demitir? Tem, tem que tirar os excessos sim. Essa reforma já está esperando isso, porque se juntar cinco Secretarias, ao invés de termos cinco RHs (Recursos Humanos) teremos somente um, ao invés de termos cinco divisões de orçamento só teremos uma, por aí a gente espera, eu não sei se virá assim. É difícil, e essa questão de Cargos Comissionados não pode deixar de existir, você tem trezentos e oitenta escolas, cada uma tem um Diretor, quem vai querer ser Diretor, ninguém quer, porque ganha 1200 reais, ele ainda paga do bolso, tem que comprar gás, tem que comprar merenda, igual a nós, temos que comprar telhas, temos que reformar a escola, a gente precisa fazer isso. Isso tudo é difícil, tudo que eu disser aqui não vai justificar nada, só vai justificar o que o Sampaio disse: a gente está vivendo uma crise, e temos medo que piore. Nós não desconhecemos o direito de vocês de receber os salários, a dívida é do Estado, tem que ser reconhecida, se você me perguntar, hoje, o que vamos fazer com o pessoal da CERR, da CODESAIMA para efetivarmos isso, é o nosso desejo também, mas não sei como fazer, eu já tentei isso, eu já fui no Ministério Público, já sentei com vários Procuradores, é empresa, é um regime diferente, são seletivas, os outros são estatutários, é um problema, mas temos que achar uma solução. O problema que nós estamos vivendo, que é grave, é de orçamento, mais que ninguém, vocês têm que entender, que a gente tem três bilhões, eu fui fazer uma análise rápida, eu estou falando demais. Nós temos, Francisco, dois bilhões e sessenta e cinco mil reais de despesa que não está dentro desse orçamento, e eu não fiz tudo fiz somente aqueles, cujo documentos eu pude pegar para comprovar, o que nós podemos fazer? Nós, os vinte e quatro Deputados, para atender os direitos de todo mundo? Era isso que eu queria dizer, mas eu acho que, na nossa discussão, a gente não pensa diferente de vocês, ninguém quer demissão, isso não é bom para ninguém, o grande problema é que só temos o Estado para contratar, precisamos sair disso, também não vejo perspectiva de se sair disso neste ano, porque não tem como se fazer investimento, está difícil e é um problema de todos nós e de vocês que estão sofrendo na pele. Depois nós vamos convocá-los para discutir esse orçamento, vamos colocar na ponta do lápis. É bom que venha um representante de cada entidade, dois ou três porque a gente vai olhando, cada um vai vendo, vai lendo, é longo e vocês têm de conhecer, obrigada.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** - Passo a palavra para o Deputado Jéferson Alves.

O Senhor Deputado **Jéferson Alves** – Bom-dia a todos, eu ouvi aqui, atentamente, a Deputada Aurelina e o Deputado Sampaio falarem. Eu tenho duas sugestões para passar para vocês. Quero falar, primeiro, sobre a situação dos servidores da CODESAIMA. São oitenta e oito servidores em uma folha de cento e sessenta e quatro mil por mês, eu serei o mais breve possível, isso dá dois milhões cento e quarenta e três mil por ano, se a justiça, pegando as palavras do Deputado Sampaio,
identificou que no passado se fazia cabide de emprego na CODESAIMA com Cargo Comissionado e exigiu o Concurso. Vamos chamar o Presidente da CODESAIMA, ver o quanto tem de Cargo Comissionado hoje, qual é o custo dessas pessoas por ano, e na tentativa para achar um meio termo para enxugar os Cargos Comissionados e colocar os concursados. Porque dá só cento e sessenta e quatro mil reais por mês na folha, é uma alternativa. A gente precisa chamar o Presidente para poder sentar e ver essa situação. É uma sugestão minha, cada um dos colegas aqui tem o direito de opinar. Segundo, a questão dos terceirizados, eu sou uma pessoa muito "pé no chão" quando trato com pessoas, brincar com o sonho das pessoas não é o meu perfil nem de nenhum Deputado aqui. A situação do Estado, todos nós sabemos como está, é notório e todo mundo conhece, ouviu falar ou já sabe que estamos passando por um momento difícil. Eu sugiro, visto que, o Governador vai trazer para esta Casa uma Reforma Administrativa, não é isso? Então, eu posso sugerir? Eu não tenho conhecimento ainda do que vai ser feito, o que é proposto pelo Governo nessa Reforma, mas eu quero adiantar para vocês aqui a minha posição: que, dentro desta Reforma, façam o enxugamento da máquina, principalmente, dos Cargos Comissionados, cuja lista de contratação o Governo tem apresentado, semanalmente. Então a gente consiga fazer esse corte para sobrar uma grana para atender a demanda dos terceirizados, que é pagar os salários. Não consigo ver outra saída a não ser essa, neste primeiro momento, "ha! porque vai trazer dinheiro, veio dinheiro", eu não acredito nisso, estou sendo muito honesto aqui, se a gente encontrar um meio termo de pegar essa Reforma Administrativa, enxugar o que puder no Governo para poder sobrar um pouco aí teremos condições de pagar. Enfim, em reação a isso tudo, teremos que ter o conhecimento. Eu fico muito triste quando vejo alguém falar aqui que tem de resolver, eu também acho, mas eu confesso de coração, ninguém aqui é Governador, ninguém aqui tem o poder de chegar e dizer: "vamos levantar daqui com uma solução", se eu fosse o Governador eu tinha uma solução, mas a Aurelina, não é eu também não sou, infelizmente. Estamos aqui em uma posição de fiscais do povo para poder achar um caminho para resolver essa questão, salário é comida, comida faltando em casa é coisa que dói, principalmente, para quem tem filhos, para quem tem família, eu sei o que é isso. eu quero dizer para vocês que ninguém desta Comissão vai se furtar de trabalhar para poder arrumar uma saída para toda essa situação que estamos enfrentando, hoje. Já tive várias reuniões aqui com concurseiros, concursados, o pessoal da CODESAIMA sempre coloquei o meu mandato à disposição como qualquer outro colega aqui. Agora precisamos ter responsabilidade naquilo que falamos, não adiante chegar aqui e falar, afagos para poder "acalmar o coração" de vocês, e saindo desta porta aqui sem resolver nada. Para ser breve, a minha sugestão, referente aos concursados da CODESAIMA, primeiramente, convocar o Presidente da CODESAIMA, ver a condição dos Cargos Comissionados, qual a folha de pagamento desse povo, na tentativa de inseri-los nessa despesa e diminuir os Cargos Comissionados. Não tendo sucesso nessa alternativa, partiremos para a PEC (Proposta de Emenda Constitucional), como foi feito no Amapá, e tentaremos pois essa alternativa; Segundo, a questão dos terceirizados, a minha sugestão é avaliar essa Reforma Administrativa que o Governo vai mandar para esta Casa, ver o que o Governo vai economizar "cortando da própria carne" para vermos em números o que vai sobrar para a gente poder cobrar o pagamento. Tudo "faz de conta" até agora, tudo é "disse me disse", não tem nada concreto. É por isso que eu estou sendo muito sincero aqui para que vocês não saiam daqui achando que o problema será resolvido hoje, não será.

A Senhora **Keith Marrone –** Os Cargos Comissionados estão aumentando, se você for ali no Palácio do Governo, nós que estamos ali na tenda, se ficarmos meia hora sentados naquela Porta, observando, vamos ver pessoas entrando com curriculum para adentrar como Cargo Comissionado.

O Senhor Deputado **Jéferson Alves** – Deixa eu te dizer uma coisa: essa Reforma será apreciada por esta Casa, aqui todos os

Deputados vão ter condição de fazer Emenda nesta Reforma, de sugerir se vai diminuir a folha, por exemplo, qual das secretarias vai ficar? Quantos Cargos Comissionados vão ficar por secretaria? Nós teremos esse acesso, mas não temos ainda. O que sabemos desta Reforma até agora é que ficarão nove pastas, oito secretarias e a Casa Civil. Então, vai ter de economizar em Cargos Comissionados, sim. Aí sobrará dinheiro, e será a hora em que terá outra "briga", quando, já for feita a Reforma, feito o corte. E se sobrar dinheiro, por que é que
não paga? Eles falam hoje que não tem o dinheiro, mas nós vamos provar na Reforma, dependendo do que for feito e apresentado pelo Governo, que pode se sobrar dinheiro para a gente poder fazer essa cobrança. Fora isso, não vejo outra saída, porque dinheiro não "cai do céu", essa história de que vai se resolver, que virá dinheiro de Brasília, eu não acredito nisso. Sou um cara muito "pé no chão", e acho que isso ainda vai demorar alguns meses para poder chegar ao fim de toda essa situação enfrentada por vocês.

A Senhora **Keith Marrone** – Deputado, muito obrigada, eu quero só finalizar aqui a sua fala, o Senhor fala em receber dinheiro de Brasília, mas a gente ouviu essa palavra diversas vezes, que estão indo atrás desse recurso, eu vou sair daqui hoje com a sensação de que a nossa causa é impossível de ser resolvida, que nós só viemos para falar, mas soluções não tem, isso dói, dói.

O Senhor Deputado **Jéferson Alves** – Keith, eu sou sensível a isso, só que eu não posso falar algo aqui para que depois você ao me encontrar na rua me chamarem de mentiroso, eu não faço isso. A verdade é bem-vinda em qualquer lugar, pode até doer isso que eu estou dizendo, só que amanhã ou depois você não vai dizer que eu enganei você, eu não faço isso, nem eu e nenhum dos nossos colegas aqui presentes. Nós temos que ter responsabilidade com isso, não fomos nós que causamos essa situação, estamos aqui Deputados de primeiro mandato, tentando resolver um problema que vem se arrastando há algum tempo neste Estado. Nunca ninguém teve a coragem de chegar para vocês e falar essa verdade. É por isso que está desse jeito hoje, não pense que algum de nós aqui vai chegar e "vender" um sonho sem que se tenha a condição de torná-lo real amanhã.

O Senhor Deputado **Renan Filho** – Deputado, esta Comissão aqui foi formada, no meu entendimento, para a gente tentar resolver a situação dos terceirizados, do pessoal da CERR e da CODESAIMA, coloco também aqui o pessoal do Concurso Público da Polícia Militar, que é de suma importância eles assumirem esse concurso, e o que tiver ao meu alcance, ao alcance do meu colega Renato Silva, ao alcance do Deputado Nilton, que também é Policial Civil, ao do Deputado Soldado Sampaio, também policial militar junto com o Deputado Jeferson, a gente vai até o limite para que vocês sejam convocados. Acho muito importante, vocês passaram em um Concurso que é dificílimo. Na minha campanha, passei por vários lugares onde observei pessoas abrirem mão de trabalhar em outros lugares, passavam até necessidades para estudar. Não é justo que, depois de passarem em um Concurso Público, as pessoas fiquem de fora. Acredito que o Governo terá a sensibilidade para ajudar, não agora, porque economicamente hoje não se tem condições de contratar ninguém, pelo contrário. Com relação às empresas terceirizadas, eu acompanho diariamente o que eles vêm passando, a gente sabe que é triste a situação hoje, ninguém quer estar em frente ao Palácio, ninguém quer estar à frente de lugar nenhum, é exigido um direito que é deles mesmos. A gente vê que eles estão passando necessidade, imagina nós fiarmos sem receber durante um mês, é como a amiga falou, hoje nós não podemos reclamar do salário que nós temos, já seria de grande dificuldade para nós, imagina, para quem recebe um salário mínimo e, ainda, passar oito meses sem receber. Foi uma dívida que o Governo do Estado adquiriu, porque venceram a eleição, não adianta nós ficarmos fazendo "rodeios" aqui, temos que arrumar uma solução para levar ao Governo do Estado para que ele possa resolver, "de conversa" vocês já estão cheios, nós já estamos cheios. Não adianta eu chegar aqui e dizer que tem "isso" ou "aquilo", mas levantarmos daqui sem resolver nada. Temos que ser mais diretos, mais coerentes e dar uma solução em definitivo, ninguém quer bagunça nem baderna. O que a CERR, o que a CODESAIMA, o que os terceirizados, o que os concurseiros querem, hoje, é justiça, que seja feita a justiça. Ninguém está aqui pedindo nada, eu me coloco no lugar de vocês, porque eu estou Deputado e contribuirei com a minha parcela, junto com o Deputado Renato, junto com o Deputado Nilton, o Nilton sabe como é difícil passar em um concurso público, você passou no Concurso Público da Polícia Civil sabe, pois, o que eles estão passando. Vamos fazer o nosso papel, vamos dar uma solução, eu escutei bastante a Deputada Aurelina, mas ficou um ponto de interrogação na minha cabeça, o que nós vamos fazer? Vamos resolver, chega! É sofrimento demais para esses pais e mães de família que estão aqui, sentar aqui e passar esse tempo todo conversando e sair daqui sem uma solução. A Keith acabou de falar que acha que a causa dela é impossível, se for impossível a gente vai buscar o possível, juntos. Esta Comissão está
à disposição de vocês, o que nós pudermos fazer para resolver a situação de vocês esta Comissão estará à disposição e eu também me coloco à disposição junto com os colegas Deputados.

O Senhor Deputado **Renato Silva –** Pessoal, a gente tem que ser muito objetivo, o problema dos concurseiros a gente já conhece, também da questão das terceirizadas, estou aqui desde o primeiro dia de mandato, lutando com isso, nós sabemos da situação da CODESAIMA, só que no caso da CODESAIMA, desde a primeira reunião, eu falei para vocês, não depende dos Deputados Estaduais. A gente vê a manifestação de vocês, é digna, é dever democrático, e respeitar também é nosso dever, mas nós temos que ser objetivos na questão de quem buscar, quem tenha o poder de resolver a situação. As terceirizadas, deixa eu falar para vocês, a gente vai olhar o orçamento, vamos nos comprometer a olhar o orçamento, mas eu já me reuni com os empresários, donos das empresas, não é só a LIPONGE, não é somente a HAIPLAN, tem LIDAN que também está com esse problema, tem outras, tem a COMETA, que também está com esse problema. Eu pedi para os empresários reunirem-se e trazer uma proposta da dívida de cada empresa, uma proposta de parcelamento dessa dívida para que nós apresentemos para o Governador, até hoje essa proposta não chegou em minhas mãos. Nós temos hoje esta Comissão criada que deveria ser hoje apresentada aqui pelo Presidente essa proposta do parcelamento, porque não tem como pagar à vista esses oito meses de salários atrasados, porque o Estado realmente não tem dinheiro. Nós temos que ter uma projeção, um plano de quando vai começar a pagar e como vai pagar, isso é direito de vocês, ou se vai pagar. Nós temos que ir até o Governador, não só conversar sem resolver nada, nós temos que chegar com ele e levar uma proposta para ele, e ele dá a contraproposta dele, se ele está de acordo, se quer mudar alguma coisa. Agora, só chegarmos e conversar, fazermos reuniões e mais reuniões não vai resolver nada, isso vocês têm de entender. Já me encontrei com vocês muitas vezes, no meu Gabinete, no Plenário, quando nos encontramos nos corredores, já conversamos muitas vezes sobre o problema de vocês. Eu já conversei com os empresários duas vezes, ontem mesmo eu conversei com um deles, dizendo: eu preciso de uma proposta do parcelamento da dívida de vocês. Ele falou! "eu dou até um desconto da dívida, gente precisa resolver para os funcionários". Acrescentei: "mas você têm de me trazer esse papel", a gente precisa de documento, não adianta ele me ligar ou vir na Assembleia e dizer isso e não formalizar. Nós precisamos trabalhar com documentos, as empresas, os empresários, vocês que são servidores procurem os empresários de vocês e cobrem essa proposta. Aqui está, a empresa HAIPLAN tem para receber dez milhões, "aqui está, eu aceito uma entrada de tanto e aceito tantas parcelas por mês"; a outra empresa LIDAN, mesma coisa. Nós temos que ser objetivos, eu não tenho como botar a arma na cabeça do Governador e falar "pague isso aqui". Nós temos que dialogar, mas precisamos de propostas para dialogar porque quem vive na pele essa necessidade são os empresários e vocês. Eu não posso fazer aqui um parcelamento com minha autonomia, a HAIPLAN aceita isso, não, os empresários é que têm de trazer para nós, apresentar nesta Comissão o valor total da dívida de cada empresa, o que tem de nota liquidada da empresa e qual é a forma que ele aceita receber, ou que ele aguenta receber por mês. O Estado resolveu não pagar, estamos aqui para buscar alternativas para que o Estado faça esse pagamento, vocês têm de entender que nós seremos objetivos e claros ou a gente vai ficar "pedalando" sem sair do lugar, temos que ser objetivos. Hoje, vocês não sairão com a solução, mas vocês esperam essa solução. Só que debater também não "enche barriga", nós temos que ser objetivos, eu cobrei ontem dos empresários, vocês cobrem do chefe de vocês, saiam daqui e cobrem, deixem a proposta com a gente, com a Secretária da Comissão, procurem a Ediângela aqui na Assembleia, ela vai passar essa proposta para o Presidente, Deputado Nilton, se os empresários quiserem também vir pessoalmente trazer essa proposta a gente os recebe, conversaremos com eles, nos vamos nos reunir com os empresários porque precisamos ser objetivos com o governador. Não adianta chegarmos com o Governador e ter apenas mais uma conversa para debater com ele, ele e nós já sabemos do problema, precisamos, pois, levar uma solução, "Governador, temos uma solução, as empresas dão isso de desconto para o senhor, parcelam em
"tantas" vezes, e aceita "isso" de entrada, o senhor concorda?" Aí ele vai dizer: por lei ele tem um prazo, se não me engano, são trinta dias para que ele dê essa resposta. Ele vai ter de dar uma resposta para nós, sim ou não, mas ele vai ter de dar uma resposta, ou uma contraproposta. Esse é um ponto, Deputada, para ser bem objetivo. Na questão da CODESAIMA, vamos convocar o Conselho Financeiro da CODESAIMA, o Diretor Presidente da CODESAIMA.

O Senhor **Agmael Souza Moura** – Seguindo a linha do que o Deputado acabou de falar com relação à CODESAIMA. Nessa proposta, a gente já tinha ofertado ao Presidente a condição da elaboração de um Projeto, em que se alterasse o Estatuto da Companhia e o Contrato Social da Companhia para inserir uma atividade de prestação de serviço, ora ele levou isso para o Governador, mas a proposta foi rejeitada, estamos diante de um "quadro" muito sorrateiro, onde as informações estão sendo ocultas ou manipuladas. Ontem, o Presidente da CODESAIMA anunciou que essa folha de pagamento desses oitenta e dois servidores ultrapassava trezentos mil reais, como foi dito pelo Deputado Nilton, lá no Sindicato. Nós trouxemos os dados reais, segundo os dados, são cento e sessenta e quatro mil, novecentos e doze reais por mês, dois milhões, cento e quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e seis reais por ano. Num orçamento de vinte milhões, correspondente a dez por cento que, matematicamente, isso é possível, e esses oitenta e oito representam mais de quarenta por cento dos servidores da CODESAIMA, num total de duzentas e vinte e sete pessoas, foi uma empresa saneada pela intervenção. A CODESAIMA está "enxuta", hoje ela só tem vinte Cargos Comissionados, com relação a tudo que está sendo falado aqui, sendo bem objetivo, para não tomar o tempo, eu acho que existe, como todo mundo está vivenciando, essa crise, só que ela não pode ser potencializada. O Governo não pode usar essa situação da crise para imputar isso ao servidor, porque a falta de planejamento vem do déficit fiscal e orçamentário, o déficit orçamentário é falta de planejamento, enquanto o fiscal é justamente sonegação, e até agora o Governador ainda não apresentou um plano para conter a sonegação, e, se ele estivesse fazendo uma política para arrecadar mais dinheiro, com certeza, Roraima não estaria nesse "poço" tão profundo. Ele tenta imputar isso aos servidores públicos todo esse déficit fiscal, orçamentário, que nos penaliza, porque nós sabemos da responsabilidade fiscal, mas também tem a responsabilidade social, exemplo: como eu vou chegar para o meu filho de dez anos e incentivá-lo a estudar? Eu, como o pai dele, estudei, me preparei, fiz o concurso e hoje estou sendo "jogado na rua"? Isso fere o princípio da meritocracia, a forma com que foi feita essa proposta de demissão para nós, foi uma forma que feriu o princípio da isonomia porque existem outros concursados da nossa mesma área exercendo função dentro da CODESAIMA. Então, ele "laçou" aqui e jogou na rua. Então, o que nós buscamos aqui, como o Deputado falou, é, justamente, passar essas informações para que vocês sentem com o Governo, discutam essa proposta com relação à adequação dessa atividade dentro do Estatuto da Companhia é uma proposta, com relação à PEC é outra proposta. E, quando ele fala, por exemplo, sobre a questão de remanejamento, só quero ler rapidamente aqui, primeiro o contrato de trabalho no primeiro item: fica o empregado admitido no quadro funcional da empregadora para exercer a função "x" mediante a remuneração. Essa é a remuneração padrão, 1.874,64 por mês, frisando, a circunstância, porém pode ser função especificada, não importa a transferência do empregado para outro serviço no qual demonstre capacidade de adaptação desde que compatível com a sua condição pessoal. Então, aqui deixa claro que podemos ser remanejados para outras funções dentro da Companhia ou então para a Administração Direta, conforme o Governo requerer, porque hoje nós estamos de posse aqui do mapeamento curricular, e todos esses oitenta e oito concursados possuem ensino médio, quase noventa por cento tem curso superior e todos têm uma experiência muito ampla dentro do serviço público como também no serviço privado. Essas pessoas, só para finalizar, assumiram um trabalho em um ambiente insalubre, hostil e com riscos à vida. Esse pessoal trabalhava no matadouro, imagine a Sara Moura, que faz medicina, estava trabalhando como magarefe no matadouro, abrindo bucho de boi. Nós temos bacharel em direito que trabalhava na bucharia, limpando bucho de boi. Então, vejam a capacidade dessas pessoas, que foram para um ambiente hostil, insalubre, deram conta, e por que não darão conta no serviço administrativo?

O Senhor Deputado **Renato Silva -** Voltando ao assunto da CODESAIMA, nós vamos convocar o Diretor-Presidente e o Conselho Financeiro. Nós já temos a informação que só tem vinte comissionados lá na CODESAIMA. O problema é que ele quer extinguir a CODESAIMA. Antes de lutar pelo emprego, ele tem que ver, porque aí ele extingue, e as pessoas ficam sem emprego de novo. Nós temos que buscar um entendimento, Presidente, com o Governador, que ele possa reestruturar a CODESAIMA, e não extingui-la. A responsabilidade da CODESAIMA não é só do MARFIR, nós sempre falamos somente do MAFIR, porque o MAFIR não tem mais condições, hoje, tivemos mais uma denúncia que têm empresários da Base do Governo que estão devendo uma quantia muito alta no MARFIR, e que isso ajudaria a reestruturar o MAFIR. Nós vamos buscar esse entendimento, vamos chamar primeiro o Diretor-Presidente para resolver isso, só quero que vocês entendam um ponto que vou deixar bem claro para encerrar a minha fala, que não só nós estamos aqui nesta reunião, mas os vinte e quatro Deputados estaduais tomaram uma atitude de congelar o orçamento do Estado, isso trouxe uma economia de cinquenta e quatro milhões neste ano de dois mil e dezenove no Estado de Roraima. Nenhum outro Estado da Federação está usando dessa forma para poder ajudar ao Poder Executivo, somente Roraima, por exemplo, nós sabemos que a crise de hoje é no país inteiro não só aqui, mas nós somos o único Estado que abriu mão do aumento do orçamento para poder dar essa economia para o poder executivo para resolver alguns problemas financeiros do Estado. Por exemplo, sobre o concurso, teve a coletiva do Governador junto com conosco. Ele assumiu a responsabilidade de dar continuidade ao concurso público, que é um concurso que não vai dar despesa para o Estado, agora, a segunda etapa é em setembro. Esse Concurso vai terminar mais ou menos no final de dois mil e vinte, começará a chamar em dois mil e vinte e um, quer dizer, nós estamos trazendo a economia hoje para o Estado, para o Poder Executivo para ele se responsabilizar por uma despesa que ele terá daqui a dois ou três anos. Ele não está cumprindo a palavra que foi dada a vocês nem a nós, os Deputados. Quero que vocês entendam e vejam o nosso lado, nós estamos lutando por essa causa de vocês. Nós estamos lutando pelos terceirizados, estamos lutando pelos concurseiros, pela questão da CODESAIMA, pela CERR, entretanto isso não é cem por cento de nossa competência, nós não temos o Poder de dar a palavra final, nós vamos levar propostas, vamos cobrar como nós estamos fazendo. Nós precisamos também pressionar não só aqui no Plenário, mas também pressionar lá na frente do Palácio, nós precisamos pressionar o Governador, a opinião popular conta muito, ou vocês estão satisfeitos com o que está acontecendo com vocês? Estamos de perto vendo a situação de vocês, pais de família, que passaram em concurso. Só para concluir, passo a palavra para o Deputado Jeferson. Não tem nenhum dos vinte e quatro Deputados que esteja confortável com essa situação, vamos cobrar do Poder Executivo, vamos fazer manifestações lá na frente, porque é ato democrático e direito de vocês, cobrem que nós faremos a nossa parte aqui na Assembleia. Para finalizar, sobre os concurseiros, a gente vai voltar a cobrar do Governador essa questão. A reunião era para tratar de outros assuntos, mas eu pedi para o Presidente autorizar, e ele aceitou que vocês participassem dessa reunião, nós vamos tratar isso novamente. Eu conversei com o Deputado Jalser Renier, pedi para ele, "o Chefe da Casa Civil não está cumprindo, pelo contrário, mandaram eles virem aqui buscar mais orçamento". O orçamento da Assembleia, esse duodécimo, é de direito, está na Constituição, não foi eu que criei, não foi o Deputado Nilton, o Deputado Jéferson nem o Governador. Esse duodécimo vem para os Poderes com apenas vinte por cento do orçamento que vai para o Estado. O problema da crise do Estado não é por isso, o problema da crise do Estado de Roraima hoje é corrupção, é contrato superfaturado, é desvio de verba pública. É isso que está causando essa crise financeira hoje, no Estado, não é o duodécimo dos poderes, mas, mesmo assim, decidimos "congelar" o orçamento para poder ajustar essa crise financeira. É o que eu tenho para falar.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Já que todos falaram, vamos dar os encaminhamentos para que não fiquemos no "dito pelo não dito", no caso específico das terceirizadas, vamos convocar todos os representantes dessas empresas para uma reunião com a nossa Comissão trazendo uma proposta para que nós, da Comissão, apresentemos ao Governador, que tem o prazo de Lei para dar dê uma resposta para convocarmos vocês novamente e, desta forma, possamos dar esse retorno para que não fique sem resposta. Na questão da CODESAIMA, vamos convocar o Presidente, o Conselho Administrativo e Fiscal, de quem vamos solicitar a relação dos empregados da CODESAIMA por Concurso, Cargo, o valor da remuneração e o total que isso representa para o orçamento da empresa, vamos fazer um comparativo, visando sugerir que não haja a demissão, bem como, iremos com o Governador para debatermos sobre essa questão, Francisco, nós podemos nos comprometer aqui com vocês, mas nós precisamos da formalização desse aviso prévio. Eu ressalto a todos os presentes, no caso da CODESAIMA, nós da Comissão temos que solicitar à Mesa Diretora para que encaminhe isso ao Governador, pois nãos podemos encaminhar diretamente por conta do Regimento Interno. Vamos fazer a mesma coisa, aproveitando a questão da CODESAIMA, para inserirmos a questão dos empregados da CERR; outra coisa que eu quero ressaltar é o encaminhamento, ao fim desta reunião, sobre a responsabilidade dos gestores, Deputado Renato. Estivemos, na semana passada, na Procuradoria-Geral do Estado, nomearam um Presidente da CODESAIMA ou da CERR, junto com a Diretoria, e ele "mete os pés pelas mãos", comete ilegalidades, faz um monte de bobagens, muitas vezes, isso tem custado caro aos cofres do Estado com indenizações e reintegrações de servidores. Então, isso aí fica o "dito pelo não dito", ele não é penalizado no bolso, entendeu Agmael? Quem tem responsabilidade tem de saber do bônus e do ônus. E, outra coisa, como disse a Deputada

Aurelina aqui, pessoal, nós vamos receber aqui a questão da reestruturação administrativa do Estado, que tem de ser detalhadamente, Deputado Renato. Não podemos mais, segundo as palavras da Deputada Aurelina, passar, digamos assim, meia hora discutindo e aprovar, não. Temos que nos aprofundar, porque serão extintas Secretarias, serão criadas Leis e extintas Leis, nós temos que ter essa responsabilidade. O povo nos elegeu para os representar, não interessa como nós chegamos aqui, se foi com mil ou dez mil votos, o povo espera é que nós busquemos o encaminhamento para resolver, até que nós cheguemos aqui e apresentemos o final e digamos: "pessoal, o caminho que nós percorremos foi esse, o resultado é esse", nós temos que dar uma resposta, ou sim ou não. Temos duas coisas importantes para fazermos aqui, a aprovação do orçamento, que a gente não pode fazer a aprovação de um orçamento fictício; temos que colocar as receitas e as despesas do Estado. A restruturação, que se falou hoje sobre o Estado que gira em torno de cada centavo que se arrecada, saber onde é empregado, mais do que nunca, temos que ter essa responsabilidade, não podemos nos furtar em dizer que somos pressionados e não "olhar para trás". Eu vou olhar para trás e vou lá com vocês. Nós Deputados não temos medo nem devemos tê-lo, vocês são um dos elementos que compõem o Estado, vocês são o povo, na hora que nós batemos na porta da casa de vocês pedindo votos, sempre dizendo que vamos lutar por vocês, que nós vamos procurar resolver, fazer e "acontecer". Então, agora, não podemos ficar nos escondendo em Gabinete, não vim para a sessão. Isso não. Nós aqui estamos com disposição, tendo certeza de que os demais Deputados também. Deputado Renato, para darmos uma resposta à sociedade do Estado de Roraima. Nós, os Deputados, estamos em um Poder que é privilegiado, como disse o Deputado Renato. Não fomos nós que aprovamos a Constituição Federal, não fomos nós que criamos o duodécimo nem obrigatoriedades que tem o Poder Executivo, mas como o "pai" de todos os poderes tem de ter essa responsabilidade, principalmente, social. Então, faremos esses encaminhamentos, vamos convocá-los para todos os passos seguintes para que, de forma transparente e concreta, estejamos buscando as respostas. Concedo um aparte ao Deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva –** Eu queria pedir para vocês que são das empresas pra não só contatar a HAIPLAN e a LIPONGE, mas também procurar os outros empresários das outras empresas terceirizadas. Nós temos até o dia quinze de março para colocar uma proposta de alguma mudança no orçamento do Estado, esse é o prazo final, quanto antes vocês entregarem isso melhor será para encontrarmos uma saída. Podemos conversar com o Presidente Jalser Renier para que nós remanejemos o orçamento para "tirar daqui, botar ali" para que o Governador se comprometa a pagar as empresas. Vocês têm de "andar contra o tempo". Hoje é dia vinte e oito, tem o carnaval. Quinta-feira, entreguem aqui para a Ediângela para que ela sente com o Deputado Nilton e, então, a
nossa Comissão irá levar essa proposta para o Presidente da Assembleia. Então, chamaremos o Presidente da Comissão de orçamento que é o Deputado Diego Coelho, que, com certeza, irá se sensibilizar com essa situação. Depois, temos que remanejar o orçamento, colocar no orçamento uma forma que dê de tirar de algum lugar pra poder pagar as empresas terceirizadas, para isso precisamos da aprovação do Presidente do Orçamento e do nosso Presidente da Casa, Jalser Renier. Comunicaremos ao Governador, informaremos a ele que encontramos uma solução aqui no Orçamento, "as empresas decidiram fazer assim, tiramos aqui do Orçamento e colocamos aqui". Eu preciso que, quinta-feira que vem, tragam essa proposta, se foi a HAIPLAN, a LIPONGE, a LIDAN que trouxe, nós iremos apresentar as propostas dessas empresas. Somente isso que eu queria falar, o nosso amigo Tomi quer falar.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Está aberta a palavra ao representante dos concurseiros.

O Senhor **Tomi –** Obrigado pelo espaço, a associação dos concurseiros não está integrando esta Comissão, porque no dia em que foi aberto para a criação desta Comissão nós estávamos em uma reunião no Palácio, onde ofereceram um chá de cinco horas, mais ou menos, e a gente não pôde vim, foi uma reunião com o Chefe da Casa Civil. Meu objetivo aqui, também se refere a um demonstrativo que eu coloquei sobre a Mesa dos senhores. No qual constam algumas visitas in loco que realizei com alguns Deputados, inclusive, com o Deputado Nilton e com o Deputado Renato, explicando mais ou menos como foi o nosso acordo, vocês já sabem mais ou menos. Gostaria que os demais estivessem aqui mas, infelizmente, não foi possível. O nosso acordo lá foi até o dia vinte de março, todas essas etapas que vocês veem aí demonstraram o que nós passamos. Hoje, dia vinte e oito de fevereiro, saiu a publicação da lista da prova objetiva. O Reitor da Universidade Estadual disse que recebeu um documento do Chefe da Casa Civil, Senhor Disney Barreto Mesquita, pedindo a suspensão, e não foi o que nós combinamos, nós estamos vindo de várias reuniões, inclusive, com vocês, e dentro dessas reuniões foi decidido que as etapas, até o dia vinte de março, seriam concluídas e as demais seriam alongadas para que o Governo respirasse, que ele tivesse uma solução dentro do seu orçamento. O outro pedido foi a redução de sete por cento dentro do duodécimo, e, nós conseguimos até mais vocês reduziram sente, ponto, vinte e quatro por cento, que dá um valor de cinquenta e quatro milhões para serem distribuídos entre saúde, educação e segurança. Não sei se vocês verificaram, que ontem saiu um dado estatístico dizendo que nós somos o segundo Estado em quantidade maior de homicídios, é muito sério. No momento, nós queremos aqui que vocês ajudem a cobrar para que saia essa lista hoje, que não foi publicada em Diário Oficial, não foi publicado no site da Universidade Estadual, nós gostaríamos que ele cumprisse isso até o dia vinte, conforme foi o acordo. Nós conseguimos congelar com o nosso "clamor", inclusive, eu gostaria até comentar a palavra da Deputada Aurelina quando disse que ir para a rua não faz o estilo dela, porque não daria em nada, infelizmente, lá no artigo primeiro da Constituição Federal, no parágrafo único, diz que todo o poder emana do povo. Então, nós temos que ir para a rua. Recapitulando, o que ela falou sobre o artigo cento e sessenta e nove da Constituição Federal, se vocês olharem no parágrafo terceiro, inciso primeiro, verão como são as formas para que o Executivo regule as suas contas públicas, lá funciona como? Reduzindo, pelo menos, vinte por cento, quem é jurista sabe disso. Este, pelo menos, não quer dizer que são vinte, ele pode ultrapassar, se quiser, até cem por cento, ele pode, porque lá é discricionário, se tiver entendimentos doutrinários nós veremos isso, os outros são os contratados, não estáveis. Só para deixar claro sobre a fala dela, nós conseguimos esse congelamento porque fomos para a rua, inclusive o que o senhor frisou: é bom vocês estarem na rua brigando pelo direito de vocês, a voz do povo é a voz de Deus, é a voz que diz que vocês estão aqui por causa do nosso voto. É isso que nós pedimos, que se mantenham as etapas, eu já apresentei esse demonstrativo sobre os cinquenta quatro milhões, conforme o Presidente da Casa, junto com os senhores Deputados, vinte e dois desses cinquenta e quatro milhões seriam para a Segurança Pública, que é a pactuação de contratação de quatrocentos novos policiais, mas nós sabemos que não há essa condição, nós queremos que o Governador "respire". Desses cinquenta e quatro milhões, nós queremos, pelo menos, um ou dois milhões só para que
continuem as etapas, as nossas etapas, conforme o meu demonstrativo, só terminam no dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte, e dá para que nós trabalhemos dentro da LOA (Lei Orçamentária Anual) de dois mil e dezenove para dois mil e vinte, que efetue a contratação desses policiais, até mesmo pela própria crise que nós vivemos hoje.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Eu sugiro que vocês façam um requerimento e o encaminhem para os vinte e quatro Deputados e peguem algumas assinaturas, façam um requerimento, formalizem.

O Senhor **Tomi –** Como nós já o visitamos, o Senhor pode assinar, não é? Dando seu apoio para nós sobre isso.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – O Requerimento de vocês é, justamente, fazendo essa sugestão no Orçamento, é um requerimento que pode ser assinado por qualquer um, vocês façam uma relação abaixo e peguem umas assinaturas e encaminhem pra os vinte e quatro Deputados.

O Senhor **Tomi –** Concluindo a fala sobre a relação dos Direitos Humanos**,** eu sou Comandante da Missão Brasil-Venezuela, eu consegui mobilizar toda a estrutura SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), eu sou o Coordenador-Geral do SAMU, estou almejando um Cargo Público de efetivo, não quero mais ser Comissionado, porque já está me dando transtornos. Porém, eu achei que o Governador iria declarar também Estado de Calamidade também na Segurança Pública, mas só foi na saúde pública. Creio que, futuramente, que vai acontecer isso. Então, isso, dá para verificarmos que há a possibilidade de contratação de novas pessoas e, se utilizarmos da forma correta o artigo cento e sessenta e nove da Constituição Federal, tem como resolver as contas públicas. Muito obrigado pelo espaço. Nós queríamos estar dentro desta Comissão, não sei se há a possibilidade, Senhor Presidente, de incluir a ACERR (Associação dos Concurseiros do Estado de Roraima) para estarmos pedindo essa força, apoio dos Senhores na luta pelo nosso Concurso Público.

O Senhor Presidente Deputado **Nilton SINDPOL** – Bem, infelizmente, nós não teremos como inseri-los nesta Comissão, mas nós nos comprometemos de continuar recebendo, acompanhando e encaminhando as demandas dos Senhores. Não havendo mais nada a tratar dou por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

Deputado **Nilton SINDPOL**
Presidente da Comissão

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 0163/2019

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1° Autorizar o afastamento da Excelentíssima Senhora Deputada **MARIA BETANIA ALMEIDA MEDEIROS,** para viajar com destino a Cidade de Brasília-DF, saindo no dia 25.04.2019, com retorno no dia 29.04.2019, para participar da Assembleia Geral Extraordinária da UNALE, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

MARCELO DE LIMA LOPES
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0164/2019

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1° Autorizar o afastamento da Excelentíssima Senhora Deputada **YONNY PEDROSO DA SILVA,** para viajar com destino a Cidade de Brasília-DF, saindo no dia 25.04.2019, com retorno no dia 26.04.2019, para participar da Assembleia Geral Extraordinária da UNALE, que será realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

MARCELO DE LIMA LOPES
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0165/2019

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1° Designar os servidores abaixo para exercerem a função de fiscal do contrato firmado entre este poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

N° do Processo	Contratado	Objeto	CPF/ CNPJ	Fiscal de Contrato
0610/2018	- RAILSON PIRES RAMOS.	Contrato de aquisição de água mineral natural.	28.908.306/0001-60	**FISCAIS:** - José Eduardo Vaz de Sá Roriz matrícula: 17717 - Geysa Maria Belo de Andrade Siqueira **(SUPLENTE)** Matrícula: 21801

Art. 2º Fica revogada a Resolução 0525/2018.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

MARCELO DE LIMA LOPES
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0166/2019

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1° Autorizar o afastamento da servidora **Célia de Oliveira Paz**, matrícula 18017, para viajar para os municípios de Rorainópolis/RR, Caroebe/RR, São Luís do Anauá/RR, São João da Baliza/RR e Caracaraí/RR, saindo no dia 25.04.2019, com retorno no dia 26.04.2019, para realizar o apoio e cumprimento ao Cronograma de Formação Político Educacional dos Municípios de Roraima, a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

MARCELO DE LIMA LOPES
Superintendente Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 3862/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do servidor LINCOLN JOHNSON BATISTA DE MENDONCA, matrícula 18683, no período de 24/04/2019 a 30/04/2019, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3863/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a), VERA LUCIA TOCANTINS MARQUES, matrícula nº 10632, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019, referente ao exercício de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a contar de 01/04/2019.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3864/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a), WAGNER DE OLIVEIRA TOME, matrícula nº 20078, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a contar de 01/04/2019.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3865/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a), LAIRTO ESTEVAO DE LIMA SILVA, matrícula nº 20622, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a contar de 01/04/2019.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3866/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a), IRAIMA CARVALHO BRIGLIA, matrícula nº 19070, no período de 29/04/2019 a 28/05/2019, referente ao exercício de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3867/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a), DANIELA MELLER DOS SANTOS, matrícula nº 17599, no período de 29/04/2019 a 28/05/2019, referente ao exercício de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3868/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora efetiva JASMINE ESTER NASCIMENTO SCHOMOLLER, matrícula 14608, CPF: 883.264.622-68, Licença para Tratar de Interesse Particular, pelo prazo de três anos consecutivos de 9 de abril de 2019 à 09 de abril de 2022, sem remuneração, com fundamento no artigo 85 da lei Complementar nº 053/2001.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 9 de abril de 2019.

Boa Vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3869/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder a servidora FRANCISCA REGINA PEREIRA MARQUES, matrícula nº 17404, dispensa do serviço nos dias 03,04,07,08,09,10.11,14 de janeiro de 2019, com base no artigo 98, da Lei 9.504/97, referente aos 4 dias de serviços prestados à Justiça Eleitoral, conforme o Processo ALE nº 0235/2017.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 03/01/2019.

Boa Vista RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3870/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar **VACÂNCIA** do Cargo de **Assistente Social: ALE/NS, Classe: C, Padrão: II,** de provimento efetivo, do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima**,** ocupado pela servidora **MARIA DAS GRACAS BORREL , Matrícula 1137, CPF: 026.778.572-00,** em decorrência da concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE RORAIMA - IPER, conforme portaria nº264/2019/GPRES/PRESI/IPER.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 15 de abril de 2019.

Boa Vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3871/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FABIANA CAMPOS DE SOUZA, matrícula 23146, CPF: 763.666.502-68, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3872/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FABIANA CAMPOS DE SOUZA, matrícula 23146, CPF: 763.666.502-68, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3873/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FABIANA PEIXOTO E PEIXOTO, matrícula 18937, CPF: 028.084.132-97, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-7**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3874/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FABIANA PEIXOTO E PEIXOTO, matrícula 18937, CPF: 028.084.132-97, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3875/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FABIO GAMA DA SILVA, matrícula 17549, CPF: 926.084.932-20, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3876/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FABIO GAMA DA SILVA, matrícula 17549, CPF: 926.084.932-20, no Cargo Comissionado de Assessor da Mesa Diretora I CM-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3877/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FABIOLA DE SOUSA WICKERT, matrícula 22139, CPF: 509.046.632-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-8**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3878/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FABIOLA DE SOUSA WICKERT, matrícula 22139, CPF: 509.046.632-72, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3879/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FABRICIO PEREIRA MACHADO, matrícula 23147, CPF: 944.518.502-15, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3880/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FABRICIO PEREIRA MACHADO, matrícula 23147, CPF: 944.518.502-15, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3881/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FERNANDA MONTEIRO ALVES, matrícula 22379, CPF: 689.369.232-34, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo I CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3882/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FERNANDA MONTEIRO ALVES, matrícula 22379, CPF: 689.369.232-34, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3883/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FLAVIO SILVA SOUSA, matrícula 22660, CPF: 031.096.032-09, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo III CAL-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3884/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FLAVIO SILVA SOUSA, matrícula 22660, CPF: 031.096.032-09, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3885/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ERICO VERISSIMO DA SILVA ARAUJO, matrícula 22011, CPF: 000.359.522-61, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3886/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ERICO VERISSIMO DA SILVA ARAUJO, matrícula 22011, CPF: 000.359.522-61, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-6**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3887/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ENOQUE MEDEIROS DA SILVA, matrícula 21964, CPF: 792.290.262-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-6**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3888/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ENOQUE MEDEIROS DA SILVA, matrícula 21964, CPF: 792.290.262-04, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3889/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EMERSON RENNER LIMA, matrícula 20946, CPF: 446.981.602-78, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3890/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EMERSON RENNER LIMA, matrícula 20946, CPF: 446.981.602-78, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo III CAL-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3891/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ELEONORA MARIA DA SILVA FREIRE, matrícula 11811, CPF: 192.278.682-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-5**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3892/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELEONORA MARIA DA SILVA FREIRE, matrícula 11811, CPF: 192.278.682-91, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo Especial II CAL-2, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3893/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ELEILTON SANTOS COSTA, matrícula 21813, CPF: 522.544.452-00, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3894/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELEILTON SANTOS COSTA, matrícula 21813, CPF: 522.544.452-00, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3895/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDWIN MESQUITA BARROS, matrícula 20208, CPF: 824.298.552-91, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3896/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDWIN MESQUITA BARROS, matrícula 20208, CPF: 824.298.552-91, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3897/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDUARDO ROMULO ARAUJO SOARES, matrícula 19535, CPF: 032.295.682-06, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo I CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3898/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDUARDO ROMULO ARAUJO SOARES, matrícula 19535, CPF: 032.295.682-06, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3899/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDSON JUAN FERREIRA NASCIMENTO, matrícula 22010, CPF: 910.807.462-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3900/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDSON JUAN FERREIRA NASCIMENTO, matrícula 22010, CPF: 910.807.462-34, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-6**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3901/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDGAR SALIM CHAVES, matrícula 22102, CPF: 956.186.782-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3902/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDGAR SALIM CHAVES, matrícula 22102, CPF: 956.186.782-68, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3903/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDE CARLOS SOUZA DE PAIVA, matrícula 12754, CPF: 004.624.447-67, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3904/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDE CARLOS SOUZA DE PAIVA, matrícula 12754, CPF: 004.624.447-67, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-3**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3905/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DOMINGOS RAFAEL AROUCHE LEAL, matrícula 22009, CPF: 870.853.993-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3906/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DOMINGOS RAFAEL AROUCHE LEAL, matrícula 22009, CPF: 870.853.993-68, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-6**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3907/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DIOMAR POLICARPO DE AMARAL, matrícula 21746, CPF: 179.212.443-00, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3908/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DIOMAR POLICARPO DE AMARAL, matrícula 21746, CPF: 179.212.443-00, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3909/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DENNIS HENRIQUE MENEZES BORGES, matrícula 17844, CPF: 894.982.082-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3910/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DENNIS HENRIQUE MENEZES BORGES, matrícula 17844, CPF: 894.982.082-04, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3911/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DEIVYD BENNE SOARES FERREIRA, matrícula 22008, CPF: 964.236.252-04, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3912/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DEIVYD BENNE SOARES FERREIRA, matrícula 22008, CPF: 964.236.252-04, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3913/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DANIELA BATISTA DE MELO, matrícula 16776, CPF: 012.106.302-06, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3914/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIELA BATISTA DE MELO, matrícula 16776, CPF: 012.106.302-06, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3915/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLIO DE SOUZA CUNHA NETO, matrícula 21216, CPF: 015.002.802-40, do Cargo Comissionado de Assessor de Fiscalização II CA-16, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3916/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLIO DE SOUZA CUNHA NETO, matrícula 21216, CPF: 015.002.802-40, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3917/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLEITON MOURA DE OLIVEIRA, matrícula 18061, CPF: 511.009.752-68, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial IV CAL-1, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3918/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLEITON MOURA DE OLIVEIRA, matrícula 18061, CPF: 511.009.752-68, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3919/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLEIDE DA SILVA COELHO, matrícula 15963, CPF: 566.508.682-72, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo I CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3920/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLEIDE DA SILVA COELHO, matrícula 15963, CPF: 566.508.682-72, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo I CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3921/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLEBER MOREIRA DA SILVA, matrícula 20788, CPF: 811.274.052-68, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3922/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLEBER MOREIRA DA SILVA, matrícula 20788, CPF: 811.274.052-68, no Cargo Comissionado de Assessor da Mesa Diretora IV CM-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3923/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CARLOS CESAR CONRADO RODRIGUES, matrícula 20997, CPF: 882.407.622-04, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3924/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CARLOS CESAR CONRADO RODRIGUES, matrícula 20997, CPF: 882.407.622-04, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial IV CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3925/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar BRUNNA RAYSSA LIMA GUIMARAES, matrícula 22372, CPF: 023.452.012-40, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo Especial IV CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3926 /2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BRUNNA RAYSSA LIMA GUIMARAES, matrícula 22372, CPF: 023.452.012-40, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo I CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3927/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar BRUNA SOUTO MAIOR BONATO, matrícula 22979, CPF: 814.948.232-68, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3928/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BRUNA SOUTO MAIOR BONATO, matrícula 22979, CPF: 814.948.232-68, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3929/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar BRUNA NAYARA DA SILVA PINHO, matrícula 19213, CPF: 002.992.222-41, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3930/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BRUNA NAYARA DA SILVA PINHO, matrícula 19213, CPF: 002.992.222-41, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3931/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ARIDES MORENO TAVARES, matrícula 16583, CPF: 293.214.924-53, do Cargo Comissionado de Assessor da Mesa Diretora II CM-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3932/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ARIDES MORENO TAVARES, matrícula 16583, CPF: 293.214.924-53, no Cargo Comissionado de Assessor da Mesa Diretora IV CM-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3933/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANTONIO DE CASTRO SILVA, matrícula 19212, CPF: 510.298.472-15, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial IV CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3934/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANTONIO DE CASTRO SILVA, matrícula 19212, CPF: 510.298.472-15, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo I CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3935/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANA PAULA CHAVES DE MACEDO, matrícula 19134, CPF: 026.257.702-01, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar Regional FSR-1**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3936/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA PAULA CHAVES DE MACEDO, matrícula 19134, CPF: 026.257.702-01, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-8**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3937/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ALEX NUNES DE OLIVEIRA, matrícula 8042, CPF: 970.009.571-15, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial II CAL-2, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3938/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALEX NUNES DE OLIVEIRA, matrícula 8042, CPF: 970.009.571-15, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3939/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ADRIANO NUNES DA SILVA, matrícula 22353, CPF: 795.009.272-68, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial II CAA-2, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3940/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADRIANO NUNES DA SILVA, matrícula 22353, CPF: 795.009.272-68, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3941/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ADAM MENEZES BORGES, matrícula 21763, CPF: 015.147.482-66, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3942/2019-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADAM MENEZES BORGES, matrícula 21763, CPF: 015.147.482-66, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3943/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CLENIO ALMEIDA DA SILVA FILHO, matrícula 21178, CPF: 038.835.524-70, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo I CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3944/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLENIO ALMEIDA DA SILVA FILHO, matrícula 21178, CPF: 038.835.524-70, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de abril de 2019.

Boa vista - RR, 24 de abril de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS

EDITAIS E LICITAÇÕES

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS
C E R T I D Ã O DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

A SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS por nomeação legal e na forma da lei

CERTIFICA que, analisando a solicitação constante do Processo nº **0310/2019**, oriundo da **COORDENAÇÃO ABRINDO CAMINHOS**, respaldada no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, baseado no **PARECER JURÍDICO Nº 050/2019-PROC.ADM/PGA/ALE-RR**, ficando caracterizada a sua **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, referente a a empresa **PERFORMANCE ASSESSORIA DE EVENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas Nº 18.211.717/0001-48, para o Pagamento de taxa de inscrição para as servidoras **ESCARLET SANTOS DE OLIVEIRA MELO e LUDYMILA FRANÇA MOURA** no "Evento Nacional de Educação Fisíca - ENAF**"**, no período de 27 a 28 de abril de 2019, na cidade de Manaus - AM, no valor total de R$ 1.196,00 (um mil cento e noventa e seis reais) de acordo com as especificações constantes do **PAM Nº 0310/2019**. Isto posto, conforme determina a Lei 8.666/93 em seu artigo 26, caput, esta situação de Inexigibilidade deverá ser comunicada dentro de 03 (três) dias à autoridade competente para ratificação e publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia dos atos.

Boa Vista-RR, 24 de abril de 2019.

CARLOS DA SILVA BENCHAYA
Superintendente de Compras e Serviços em Exercício.
Matrícula 19.623

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Superintendente Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem, conforme Art. 26, caput da Lei Federal nº 8.666/93.

Resolve:

RECONHER E RATIFICAR, com base no **PARECER JURÍDICO Nº 050/2019-PROC.ADM/PGA/ALE-RR**, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019**, referente ao **PROCESSO Nº 0310/2019**, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei Nº 8.666/93, para a contratação da empresa **PERFORMANCE ASSESSORIA DE EVENTOS LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas Nº 18.211.717/0001-48, para o Pagamento de taxa de inscrição para as servidoras **ESCARLET SANTOS DE OLIVEIRA MELO e LUDYMILA FRANÇA MOURA** no "Evento Nacional de Educação Fisíca - ENAF**"**, no período de 27 a 28 de abril de 2019, na cidade de Manaus - AM.

Boa Vista-RR 24, de abril de 2019.

MARCELO DE LIMA LOPES
Superintendente Geral
Matrícula 22.47